



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

DEPARTAMENTO DE COMBATE A DESERTIFICAÇÃO

**Ata da IV Reunião Ordinária da
Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD**

Data: 30 e 31 de maio e 01 de junho de 2012

Local: Instituto Nacional do Semiárido – INSA

Campina Grande - PB

PAUTA: Anexo I

PARTICIPANTES: Listas de Presença - anexos II, III e IV

Membros da CNCD:

| Instituição | Representante |
|-----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ministério do Meio Ambiente - MMA | Larisa Ho Bech Gaivizzo – Chefe de Gabinete SEDR, representando a Ministra de Estado Izabella Mônica Vieira Teixeira |
| Diretor do Departamento de Combate à Desertificação - DCD/SEDR/MMA | Francisco Barreto Campello |
| Ministério das Relações Exteriores - MRE | Thiago Medeiros da Cunha Cavalcanti |
| Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação – MCTI | Ignácio Hernán Salcedo |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA | Dione Maria de Freitas |
| Ministério das Cidades - MCidades | Errol T. Kohnert Seidler |
| Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE | Carlos Almiro Moreira Pinto |
| Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Dos Recursos Hídricos - SEMARH – AL | Marcelo Silva Ribeiro |
| INEMA - BA | Maria Amélia de Coni e Moura Mattos |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| | Lins |
| Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia – SERHMACT – PB | Beranger Arnaldo de Araújo |
| Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA/PE | Helvio Polito Lopes Filho |
| Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA/BA | Markus Breuss |
| Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/MG | Eliseu José de Oliveira |
| Ação Diocesana de Patos- ASDP/PB | Irenaldo Pereira de Araújo, representando Pe. João Saturnino de Oliveira |
| Diaconia/PE | Mário Farias Júnior |
| Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha - CDECMA/AL | Elessandra Araújo de Sousa |
| Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – SEAPAC/RN | José Procópio de Lucena |
| Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe – FETASE/SE | Alberto Marques Santos |

16Convidados:

| Instituição | Representante |
|-----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ministério do Planejamento - MPOG | Sérgio Luís Siebra Moreira, representante do titular, Marcos Antônio Pereira de Oliveira Silva |
| Agência Nacional de Águas - ANA | Maria do Socorro L. Castello Branco, representante do titular, Dalvino Franca |
| Banco do Nordeste - BNB | Érika Monteiro Luz, representante do titular, José Sydrião de Alencar Júnior |
| PF Governamental - ES | Fabiana Gomes Silva |

| | |
|----------------------------|---------------------------------|
| | |
| PF – Governamental - SE | Vera Lúcia Silva Cardoso |
| PF – Sociedade Civil – ASA | Paulo Pedro de Carvalho |
| INMET | Luiz Cavalcanti |
| Consultor da ASA | Wouter von Oosterhout |
| CONTAG | José Arnaldo Brito |
| CEMADEN/MCTI | Aline Regina Fernandes |
| UFPE/PE | Márcia Vanusa da Silva |
| IMARH/MA | José Amaro Nogueira |
| IMARH/NFMA/SEMA/MA | Telmo José Mendes |
| ASPTA | Luciano Marçal da Silveira |
| SEMARH/RN | Juliana Maria Duarte Ubarana |
| SEMAS/PE | Luiz Antonio F. Souza |
| IICA | Marcus Vinicius |
| DNOCS/CEST/PE | Alexandre Moura |
| MDS | Marcos Dal Fabbro |
| INSA | Bergson Guedes Bezerra |
| INSA | Inesca Cristina M. Pereira |
| INSA | Leonardo Bezerra de Melo Tinôco |
| INSA | Daniel Duarte Pereira |
| INSA | José Jonas Duarte da Costa |
| INSA | Catarina de Oliveira Buriti |
| INSA | Magno Feitosa |

| | |
|-----------|------------------------------------|
| INSA | Ricardo C. C. Lima |
| INSA | Wagner dos Santos Lima |
| INSA | João Macêdo Moreira |
| INSA | Valério da Silva Araújo |
| INSA | Arnóbio Cavalcanti |
| INSA | Aldrin Martin Perel Marin |
| INSA | Geovergue R. Medeiros |
| | Sonia Maia Barbosa de Souza |
| INSA | Ana Paula Silva dos Santos |
| SMCQ/MMA | Marcos Estevan Del Prette |
| ASPAR/MMA | Gileno Gomes de Oliveira |
| DCD/MMA | Jaime Camps Saiz Jr. |
| DCD/MMA | João Sávio Padilha de Castro |
| DCD/MMA | Luciana Hemétrio Valadares |
| DCD/MMA | Ricardo Henrique Padilha de Castro |
| DCD/MMA | Samira Saliba de Siqueira |

17

18 **Dia 30 de maio de 2012 – abertura da IV Reunião Ordinária da CNCD**

19

200 **PROFESSOR DANIEL DUARTE (INSA)** - Louvado seja o nosso senhor Jesus
21Cristo. Louvado seja o nosso semiárido, louvada seja a caatinga, louvados sejam todos
22você que estão em Pernambuco nesta reunião da Comissão Nacional de Desertificação.
23Boa noite, sejam bem vindos e bem vindas ao Instituto Nacional do Semiárido para a 4ª
24Reunião da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD. Essa reunião
25conta com a participação de representantes de vários ministérios, dos parlamentos, da
26Sociedade Civil e do Poder Executivo de estados e municípios. Durante os 2 dias de
27trabalho irá estabelecer estratégias de ações de Governo para o combate à desertificação
28e mitigação dos efeitos da estiagem, fenômeno que atinge atualmente cerca de 60% da
29população residente no semiárido brasileiro, totalizando quase 12 milhões de habitantes.
30O Instituto Nacional do Semiárido, assim como muitas das representações aqui
31presentes, está envolvido com esse tema e busca estratégias para possibilitar a

32convivência com o semiárido brasileiro de forma sustentável. Desse modo, reforçando a
33importância que esse evento representa para a nossa região, damos as boas vindas a
34todos e a todas e desejamos uma ótima estada em Campina Grande, outrora Rio Norte,
35Maranhão (...). Para compor a Mesa nós convidamos o Diretor do Instituto Nacional do
36Semiárido, professor Dr. Ignácio Hernán Salcedo. A Secretária de Extrativismo e
37Desenvolvimento Rural Sustentável, Dr^a. Larisa Gaivizzo, que nessa ocasião representa
38a Ministra do Meio Ambiente e Presidente da Comissão Nacional de Combate à
39Desertificação Izabella Teixeira. Representando o Ministério das Relações Exteriores, o
40Dr. Thiago Cavalcanti. O Chefe do Serviço Nacional de Meteorologia, Dr. Luiz
41Cavalcante. Representando o Senador Cássio Cunha Lima, Dr. José Araújo do
42Nascimento. Representando o Secretário de Recursos Hídricos do Meio Ambiente e da
43Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba, o Dr. João Azevedo Lins Filho, o Dr.
44Beranger Araújo. Representando o Governo do Estado de Pernambuco convidamos o
45Secretário Executivo de Meio Ambiente, Dr. Helvio Polito. Convidamos o Diretor do
46Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente, Dr.
47Francisco Campello. E o ponto focal da Sociedade Civil, o senhor Paulo Pedro de
48Carvalho. Composta a Mesa, nós passamos a palavra ao Dr. Salcedo para que possa
49cumprimentar e dar as boas vindas.

50**O SR. IGNÁCIO HERNÁN SALCEDO (INSA)** - Eu cumprimento a Mesa, a Dr^a.
51Larisa Gaivizzo, representante da Ministra do Ministério do Meio Ambiente e
52Presidenta da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, Izabella Teixeira.
53Cumprimento também a todos os presentes, o INSA tem uma enorme satisfação em
54receber todos vocês nessa noite para dar início a 2 dias de discussões que esperamos que
55sejam muito frutíferas.

56**O PROFESSOR DANIEL DUARTE (INSA)** - Nós temos um clipe rapidamente para
57que vocês possam degustar um pouco do nosso Luiz Gonzaga, já que este ano é o ano
58do centenário de nascimento, no dia 13 de dezembro deste ano de 2012

59(Vídeo clipe)

60O Professor Daniel Duarte - Feita a apresentação do clipe, da música, nós facultamos
61agora a palavra aos componentes da Mesa.

62**A SR^a. LARISA GAIVIZZO (SEDR/MMA)** - Sejam todos bem vindos e bem vindas,
63eu gostaria de agradecer a presença dos Governos Federais, Estaduais e Municipais,
64Executivo e Legislativo, e a Sociedade Civil. É com enorme orgulho que eu abro a 4^a
65Reunião. É a primeira vez que essa reunião ocorre no semiárido e em um momento
66bastante grave de seca e em um momento bastante favorável do ponto de vista político,
67econômico e social do País porque nós estamos às vésperas da realização da Rio+20
68onde um dos temas que vai ser debatido, vai ser o combate à desertificação. Durante a
69Rio+20 vai ser lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e nós
70estamos fazendo a leitura dessa política como uma medida estruturante de promoção da
71convivência com o semiárido. De fato, quem preside essa Comissão é o Francisco
72Campello e sua equipe, aproveitamos também para agradecer pelo grande esforço na
73realização dessa reunião, e também o INSA. Nós temos uma agenda que propõe
74diretrizes de medidas emergenciais e de medidas estruturantes no combate à
75desertificação.

76**O SR. LUIZ CAVALCANTI (INMET)** - Representante o Instituto Nacional de
77Meteorologia, e a pessoa do Diretor Dr. Antônio Divino Moura, o qual eu estou
78representando, que, infelizmente, por compromissos assumidos anteriormente não pôde
79comparecer.

800 SR. JOSÉ ARAÚJO DO NASCIMENTO - Na condição de representante do
81 Senador Cássio Lima a minha presença aqui traduz exatamente esse sentimento do
82 Senador Cássio, a sua preocupação e ao mesmo tempo a sua solidariedade em todos os
83 temas que irão ser debatidos ao longo desses dias de estudo durante a 4ª Reunião
84 Ordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação

850 SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (ASA) – Eu queria também cumprimentar
86 em nome de Chico Campelo, o Diretor do Combate à Desertificação, ponto focal
87 representante do Brasil perante a ONU, todos os representantes e órgãos
88 governamentais presentes aqui nessa reunião. Temos simbologias importantes: uma de
89 ser aqui no semiárido e outra de estar sendo no INSA. Aqui tem uma boa amostra das
90 parceiras que nós estamos construindo nesse sentido, nos órgãos de Governo e também
91 a Sociedade Civil atuando juntos, fazendo o papel na construção comprometida e
92 consequente de políticas adequadas para o universo sustentável do semiárido. Também
93 a Política Nacional de Combate à Desertificação, que estamos acompanhando de perto,
94 viemos cobrando desde que o PAN Brasil foi lançado, em 2004, A nossa posição em
95 relação às políticas que estarão encaminhadas, mas que precisam chegar ao Plenário do
96 Congresso Nacional. A Política Nacional de Ater já é realidade, temos uma série de
97 conferências estaduais e nacionais, traz um conjunto de propostas. Eu gostaria também
98 de citar os fundos já criados para o clima e recursos bastante concretos aqui no
99 Nordeste, o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, o Fundo Nacional do
100 Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente. O movimento da sociedade através
101 das cisternas, da ASA, incorporada por ministérios, incorporada por Governos
102 Estaduais, incorporada por prefeituras, por todo esse processo de formação da
103 organização social para convivência com o semiárido e trazendo tecnologias que são
104 apropriadas pelas comunidades espalhadas por todo esse semiárido brasileiro. Então
105 não podemos também deixar de pontuar aqui que a Comissão precisa assumir a sua
106 responsabilidade quanto ao Código Florestal Brasileiro que está aí, mas que não atende
107 a nossa luta pelo combate à desertificação, pela preservação, conservação e recuperação
108 da nossa biodiversidade. A atual proposta do Código Florestal é um retrocesso para
109 essa luta, especialmente essa nossa luta pelo semiárido brasileiro.

1100 SR. THIAGO CAVALCANTI (MRE) - Estou aqui representando o Ministério das
111 Relações Exteriores e como os senhores sabem, o Ministério das Relações Exteriores é
112 o ponto focal político do Brasil junto à Convenção das Nações Unidas para falar de
113 desertificação, sendo o ponto focal técnico o Ministério do Meio Ambiente.

1140 SR. BERANGER ARAÚJO (PB) - Eu saúdo a todos e ao professor Chico
115 Campello. Enquanto assessor do gabinete da Secretaria de Meio Ambiente da Paraíba,
116 que eu puder construir de ações estruturantes em nível de microbacias hidrográficas,
117 de forma a dar mais consistência à convivência, teremos mitigação da seca e uma
118 história para se construir.

1190 SR. HELVIO POLITO (PE) - Boa noite a todos e a todas. Eu queria cumprimentar
120 a Mesa. Eu fico me perguntando o que foi que nós fizemos, desde quando nós lançamos
121 o plano estadual de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, até hoje. E
122 o que eu espero dessa reunião, é tentar responder, à sociedade, esta pergunta: o que nós
123 fizemos nesses últimos anos? Essa Comissão tem uma função política para se expor e
124 cobrar, tem uma função técnica e um olhar ambiental para esta questão. Da minha
125 posição de Secretário Executivo do Meio Ambiente no Estado de Pernambuco, falo
126 cobrando da minha instituição. Eu ainda faço parte daqueles que ainda gostam do
127 conceito de desertificação, a “desertização” sendo um elemento da natureza, não tem o

128que combater, é se adaptar a ele, mas a desertificação é a ação do homem sobre a
129natureza de forma a propiciar uma modificação climática danosa.

130**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Boa noite a todos e a
131todas. Primeiramente eu gostaria de agradecer a recepção do INSA, em nome do
132Salcedo e toda a sua equipe. Agradecer a todo esse esforço da equipe do INSA, e
133também a equipe do nosso departamento... Temos o Ricardo, a Luciana, que estão aqui,
134a Samira que está chegando na equipe, alguns que ficaram lá. A Comissão tem duas
135grandes provocações, uma é nos assegurarmos da implementação de um processo
136participativo e democrático, às vezes, parece ser redundância, mas pode ser democrático
137e não ser participativo. A metodologia de formulação dos planos estaduais para
138combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca foi feita de forma harmônico em
139todos os estados, de maneira que permitisse uma efetiva participação e que fosse um
140processo democrático. Então, a Comissão vem com um desafio muito grande, por um
141lado ela é um instrumento que acompanha a implementação da convenção no País e, o
142marco institucional que precisa estar consolidado. Eu tenho uma função de diretor, mas,
143na formalidade, eu respondo por uma diretoria de recursos hídricos que, logicamente,
144tem um recorte muito forte com o semiárido, mas não é o diretor do departamento de
145combate à desertificação. Haverá uma reforma ministerial que vai consolidar esta
146situação, e outros espaços. Temos também um desafio que é como é que essa Comissão
147dialoga com a convenção, como é que ela pode fortalecer os instrumentos que nós
148temos de fomento das políticas públicas. Houve um primeiro esforço com o Fundo
149Clima, que está aqui, representado pelo nosso colega Marcos Del Prette que é o gerente
150no Ministério. No ano passado 50% dos recursos do Fundo Clima foram aplicados nas
151ações de combate à desertificação. Temos desafios maiores que é aprovar o Fundo
152Caatinga, que vem para promover ações de uso sustentável. A grande expectativa dessa
153reunião da Comissão é nós podermos ter deliberações que façam com que, neste
154momento, por conta da situação da seca, dessa estiagem mais prolongada e justamente
155por uma falta de planejamento para um ambiente semiárido onde trabalhar
156sistematicamente por estocagem seria a regra e não uma situação emergencial, a nossa
157regra é sempre trabalharmos com estocagem. Os instrumentos estão postos e eu acho
158que o grande papel da Comissão é o que nós podemos fazer para transformar esses
159planos que aí estão em ações efetivas. Pequenos projetos, ações que nós iniciamos com
160o Fundo Clima, o Fundo Socioambiental, são referências de que nós temos como, de
161fato, trabalhar no grande desafio que é o uso sustentável dos recursos naturais.

162

163

Dia 31 de maio de 2012 – manhã

164

165**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Então, para darmos início
166fica esse encaminhamento de mudança na sequência dos pontos da pauta, e iniciaremos
167ouvindo o colega Luiz Cavalcanti, do INMET, depois alguns informes, e falarei sobre
168as ações que estão sendo feitas a nível da CNCD; e sobre o que foi sistematizado pelo
169GT na última reunião da Comissão. Na parte da tarde, ouviremos a representante da
170ANA, e Larisa que fará uma apresentação do programa de agroecologia e produção
171agrícola. Em seguida, o representante do MRE, ponto focal político da UNCCD falará
172sobre os compromissos assumidos durante a COP 10, na Coreia; sobre a obrigação do
173Governo Brasileiro na estratégia; a Rio+20, e depois nós ouviremos o Paulo Pedro, da
174Sociedade Civil.

175**O SR. LUIZ CAVALCANTI (INMET)** – (Apresentação em Power Point, anexo V).

176O **SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Ontem à noite fizemos
177uma abertura política e institucional e alguns colegas não estavam presentes. Peço que
178cada um faça uma apresentação rápida, nome e instituição que representa.

179O **SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Nós vamos ouvir os
180representantes do “INSA” e do “IICA”. Quais são as nossas duas metas aqui? Analisar
181e acompanhar a implementação da Convenção no Brasil, os programas estaduais e
182particular. Uma das nossas preocupações é o alinhamento do Plano Brasileiro com as
183diretrizes da Convenção. Existe uma estratégia interna de retomarmos o papel dos
184pontos focais estaduais, muito importantes na construção dos planos estaduais. Teremos
185a junção de vários esforços de cooperação técnica com o PNUD, instituição parceira
186do Ministério que fornecerão os instrumentos para o fechamento do alinhamento.
187Paulo coordenou trouxe uma correspondência da ASA com questões a serem
188contempladas. O Departamento, com a assessoria parlamentar, com o Congresso e nós
189fizemos com que 90% das sugestões que vieram desses três ambientes e de um GT da
190CNCD fossem absorvidos na proposta da política. Qualificou-se o projeto de lei,
191absorveu nossa demanda. Precisamos ver, no âmbito da Comissão, a deliberação da
192adequação do seu Regimento. Questionou-se uma maior participação da Comissão nos
193trabalhos da política de agroecologia. Outro esforço que o Departamento vem fazendo é
194trabalhar os mecanismos de fomento que estão presentes hoje. Podem observar, que na
195chamada do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal estão contemplados os
196Estados da parte de cima do Nordeste e na do Fundo Clima, foram contemplados os
197estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e uma parte da Bahia. E esse ano
198estamos trabalhando em uma ação com o Fundo Nacional do Meio Ambiente que
199envolve o Fundo Socioambiental da Caixa. Parte dos recursos que nós temos estão
200presos em uma emenda parlamentar. É uma ação estruturante na Bacia do São
201Francisco, nós trabalhamos com a ANA e outras instituições parceiras, uma ação bem
202articulada para a proposta chegar a um edital entre 50 ou 60 milhões para recuperação
203das áreas degradadas destas bacias dentro da Bacia do São Francisco. Essa questão está
204sendo fechada para esse ano com o Fundo Nacional de Meio Ambiente e o Fundo
205Socioambiental da Caixa. Mesmo o Departamento estando com 4 ações da
206desertificação, a tendência é que fiquemos só com duas, o programa Combustíveis, essa
207questão energética. Então esse é um esforço que estamos fazendo no PPA, temos
208problema de contingenciamento pois há dificuldade na liberação de recursos previstos .
209Uma outra situação que vamos tentar provocar, é a questão das emendas
210parlamentares. Esse ano nós temos, no Departamento, são 10 milhões, não é muito mas
211se somarmos aos recursos do Fundo Clima e do Fundo Nacional do Meio Ambiente
212ajuda nessas ações pragmáticas de tecnologias sociais para trazer a sociedade para
213dentro do processo de implementação dos programas estaduais. Outra demanda é
214apresentar para as áreas susceptíveis à desertificação um programa que trabalhe a
215questão da segurança alimentar, hídrica e energética. Um bom exemplo é a experiência
216da “COPERCUT”, que ajuda um conjunto de famílias em um sistema de cooperativas
217com a utilização sustentável do umbu. Outro esforço é um trabalho de articulação
218institucional na região para trazer recursos, junto com a ANA há uma tentativa para
219apoiar projetos elaborados, na Bacia do São Francisco para recuperação ou prevenção
220de áreas degradadas. Com a ANA temos a expectativa de um conjunto de projetos, na
221ordem de uns 5 milhões mais ou menos; com a SUDENE há uma cooperação técnica
222para questão do balanço energético da região e do zoneamento ecológico e econômico, c
223inclusive abrir um espaço para que o Ministério, como já aconteceu, possa ter um
224ambiente da desertificação; com o Ibama está sendo concluída a criação da unidade de

225apoio do Nordeste, fazendo o acompanhamento técnico dessas ações de fomento
226implementadas na região. Hoje nós temos 27 projetos em andamento. Com o Ministério
227da Integração, uma das ações é o apoio a 18 comunidades que estão ao longo do canal
228da transposição e foram afetadas para que possamos levar a essas comunidades, um
229conjunto de tecnologias sociais de convivência com o semiárido. O INSA também é o
230nosso parceiro, e o Aldrin falará sobre a rede de desertificação, uma ação integrada
231entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Ciência e Tecnologia para o
232resgate da pesquisa na região. Mais tarde, a Aline, do Ministério de Ciência e
233Tecnologia, falará sobre o CEMADEN e o SAP(Sistema de Alerta Precoce de Seca e
234Desertificação). Fizemos uma articulação com o Fundo Clima e só ano passado foram
235transferidos um milhão para o Ministério de Ciência e Tecnologia para poder o SAP ser
236reforçado e entrar em pé de igualdade dentro do CEMADEN. Sobre a Rio +20, na
237arena social está previsto um debate amplo com a Sociedade Civil sobre vários temas e
238estamos levando a experiência de uso sustentável para essa arena. O Dia Mundial de
239Combate à Desertificação é dia 17 de junho. Tem uma agenda muito grande de como a
240Conferência está sendo no Brasil, um evento coordenado pelo Secretariado da UNCCD.
241É um debate que vai contemplar os 192 países membros, com a participação da Ministra
242do Meio Ambiente. A parte de sociobiodiversidade vai pela experiência da Rede da
243Caatinga e Rede Cerrado, e estão sendo mobilizados principalmente pelo Departamento
244de Extrativismo, pela Cláudia Calório, junto com o MDS. Uma articulação que nós
245estamos fazendo é levar para o ambiente do SEBRAE e das indústrias as experiências
246de empresários que trabalham com responsabilidade social e ambiental no semiárido.
247No espaço Brasil(RJ), um dos momentos mais importantes para nós é o momento com o
248Banco do Nordeste onde vai ser lida a carta da caatinga, onde será anunciada a criação
249do Fundo Caatinga. O Relatório Nacional é um compromisso do Brasil, nós temos que
250apresentar um relatório para o CRIC, que é um comitê que avalia a implementação da
251convenção nos países. Tem a COP, onde acontecem as deliberações antes da
252conferência. O prazo é até o dia 20 de setembro para fechar o relatório brasileiro. Temos
253indicadores de impacto que nós temos que apresentar é o índice de cobertura florestal e
254o índice de superação de pobreza. Vamos fazer um histórico da evolução das políticas
255que foram trabalhadas para o combate à desertificação se são realmente eficientes ou se
256carecem de modificações. Em termos de balanço, o que nós temos hoje são
257praticamente todos os estados fechado com os seus planos estaduais. Nesse momento o
258único que não está fechado é o do Espírito Santo, mas já fizeram o seminário final. Tem
259estados que estão mais avançado, por exemplo Pernambuco e Ceará já têm a Política de
260Combate à Desertificação, alguns estados só têm o plano, ainda não têm a política. O
261ponto focal parlamentar do Rio Grande do Norte, o deputado Mineiro insiste muito na
262questão da política, porque a política institucionaliza o processo, ela existe enquanto
263instrumento de gestão. Então o esforço nosso é auxiliar os estados para que eles
264consolidem suas políticas nessa nova etapa de trabalho. Um esforço que não alcançou
265muito resultado foram os projetos que foram apresentados ao Fundo Clima; porque nós
266não queremos criar um balcão de projetos. Nós temos instrumentos de fomento de
267política pública, não é um balcão de projetos. O edital é a forma como nós
268disponibilizamos uma estratégia de implementação desses planos Estaduais e não uma
269concorrência entre instituições. O outro esforço nosso nos editais é assegurar a
270participação da Sociedade Civil, porque o mandato que nós temos da convenção nos
271obriga a isso. Tem que ter a participação de Sociedade Civil Nós viemos fazendo um
272esforço para que as estruturas de governo tenham acesso aos recursos e que eles sejam

274alinhados aos planos estaduais, e que também fortaleçam mais a participação da
275sociedade civil.

276**O SR. SÉRGIO MOREIRA (MPOG)** - Nós estamos falando muito do Fundo Clima,
277do Fundo Caatinga, pelo menos o Fundo Clima, 90% do recurso é oneroso, é
278empréstimo. Existe no PAC carteira de processos de controle e processos erosivos e
279está sob responsabilidade do Ministério da Integração e da CODEVASF, ele tem
280recurso de mais de 330 milhões com mais de 60 ações com destino à estabilização de
281imagem, vegetação de bacia proteção de costa, recomposição de mata ciliar, técnicas de
282conservação de solo, etc. Esse recurso está parado desde 2007. Aqui há uma
283informação, o encaminhamento que eu queria propor a essa comissão, de nós
284provocarmos o Ministério do Planejamento, onde eu estou, com relação a essa carteira,
285de que o recurso está parado porque os projetos não são apresentados da forma que
286deveriam ser apresentados para que o dinheiro rode. O empréstimo, apesar de serem
287taxas baixas, mas nós sabemos que na região Nordeste isso não é uma solução muito
288viável porque nós sabemos das dificuldades que têm aqui para se conseguir dinheiro
289emprestado e pagar.

290**A SR^a. ELESSANDRA (ASA/AL)** - Quando o senhor Luiz fez a apresentação, ele
291mostrou a imagem do que mostra o cenário da cobertura vegetal, percebemos o solo
292bem desnudo. Em Alagoas, a questão da vegetação é uma quantidade ínfima. A
293degradação ambiental, o desmatamento que ocorreu ao longo do tempo, que repercute
294até hoje é muito grande. Percebemos que o papel do Governo do Estado fica muito
295distante da responsabilidade que deveria desempenhar. Eu não vou falar só sobre
296Alagoas, mas nós sabemos que essa situação de degradação ambiental trabalha com os
297demais Estados e nós que estamos na base, nós que estamos trabalhando com agricultor.
298A degradação ambiental é muito grande. Então que essa comissão possa ter o poder de
299tomar decisões e que sejam cada vez mais fortalecidas e levadas a sério, e que sejam
300postas em prática. Então, a partir daqui, as nossas decisões vão ganhar força lá dentro
301do Estado porque o representante da CNCD, nós sabemos que levanta a bandeira,
302questiona, busca, mas na prática fica muito distante do que deveria ser desenvolvido.
303Então o que eu coloco aqui, busco e peço o apoio de vocês, é que as nossas decisões
304possam ser tomadas, levadas a sério dentro do nosso Estado. Os nossos planos, o PAE,
305como que vai ser implementado? Com qual recurso? Nós precisamos sair daqui também
306com essas decisões.

307**O SR. LUIZ CAVALCANTI (INMET)** - Pela situação da fotografia que eu mostrei
308lá, eu deixei claro, aquela fotografia está bruta. Dela, se extrai detalhes pegando o
309*software* mais sofisticado, você extrai a poluição das águas do rio, a degradação, a
310ocupação urbana, tudo . Aquela fotografia é bruta. Se eu tivesse trazido alguma coisa
311que mostrasse os esgotos, a coisa era pior. Aquele produto pode extrair outra variedade
312de produtos. Esse satélite tem 16 canais, cada um tem um tipo de informação. Acho que
313ficou claro que aquele produto ali é superficial. Estava mostrando as áreas do semiárido
314que está seco nesse momento, tem a vegetação saudável, mas daquela imagem você
315arranca logo outros produtos.

316**O SR. MARCELO RIBEIRO (AL)** - Nós do Governo, muitas vezes estamos lá na
317secretaria pequena, desaparelhada, desestruturada, nós ficamos muito apreensivos
318também acompanhando essa devastação da nossa cobertura vegetal. Segundo
319levantamentos hoje, em torno de 10% da cobertura original. Vamos trabalhar juntos, o
320nosso PAE foi elaborado, a exemplo do Estado do Maranhão, com o pessoal da
321Sociedade Civil, foi uma entidade vinculada à ASA, o movimento Minha Terra que
322elaborou junto conosco, isso nos enche de orgulho e também dá respaldo técnico; e aí

323 vamos ter que nos acudir com outros *stakeholders*, tendo o próprio Ministério para
324 tentar viabilizar os recursos necessários à sua implementação. Essa estratégia, essa
325 sistemática das chamadas, muitas vezes não atende demandas no Estado como Alagoas,
326 que não tem equipe técnica capacitada para elaborar projetos; estamos de portas abertas
327 e estamos atentos e dispostos a trabalhar em prol de dias melhores para a nossa
328 sociedade alagoana. Queria, Campello, mostrar desapontamento com a sua fala, você
329 não citou a PEC Caatinga, num bioma que é patrimônio nacional. Talvez o nosso colega
330 da assessoria parlamentar nos traga notícias alvissareiras a esse respeito. E solicitar se
331 fosse possível, rapidamente, que na Rio+20 vocês pudessem contar aí uma agenda
332 mínima que fosse, que pudesse justificar nosso deslocamento dos Estados, dos pontos
333 focais e das pessoas representativas dos Estados para participar desses eventos.

334 **O SR. HELVIO POLITO (PE)** - Eu queria, aproveitando a deixa, foi dado em relação
335 aos recursos, poderiam ser melhores aplicados, eu queria solicitar do MMA um olhar
336 muito atento à questão de criação de unidades da conservação do bioma caatinga,
337 porque são ações de longuíssimo prazo. Pernambuco criou, há 25 anos, cerca de 32
338 unidades de conservação ao redor da região metropolitana do Recife. Em vários tipos
339 em áreas públicas, privadas, nós recebemos 25 anos de crítica do que fizemos em
340 unidades de conservação no papel, no decreto, mas quando o governador do Estado
341 criou a comissão para implantação de fato dessas unidades, nós tivemos uma boa
342 notícia, dessas 32 unidades de conservação no papel efetivamente podemos dizer que
343 perdemos só duas. Mesmo que só criadas em papel, foram preservadas. Nós estamos
344 falando em áreas com a grande pressão, numa região metropolitana. Então, a proposta
345 é ter um grande programa de questão unidades de conservação estaduais e federais no
346 bioma caatinga. Primeiro, isso não é caro, há uma grande reclamação do ICMBio, com
347 razão, de que as unidades estão abandonadas, tem uma ou duas pessoas para tomar
348 conta de praticamente todo o município, mas lembro que mesmo assim, nós temos um
349 resultado prático. Que nós possamos criar unidades de conservação, eu quero um plano
350 do Ministério e o fomento dessa comissão. Eu quero, principalmente o MMA, apresente
351 um plano de criação de unidades de conservação da natureza federal do bioma caatinga,
352 nem que seja uma daqui a 30 anos. Isso é importantíssimo para o combate ao
353 desmatamento, e são ações de baixo custo e de longa durabilidade. Nós estamos fazendo
354 agora, estamos nos propondo a fazer três unidades a nível estadual, estamos fazendo
355 inclusive em parceria com a CODEVASF. Porque ainda existe um problema muito
356 sério. Por exemplo, eu tenho o dinheiro da compensação ambiental, mas eu não posso
357 colocá-lo de uma (...) porque eu não tenho unidade de conservação estadual. Eu tenho a
358 transposição, eu tenho obra no sertão e o dinheiro da compensação eu tenho que aplicar
359 em unidade de conservação. Eu não tenho. Esse ano nós temos duas unidades da
360 caatinga, nós queremos criar mais duas ou três até o final desse ano e eu gostaria muito
361 que isso fosse o programa. Na verdade não é criar uma política nova, o próprio MMA
362 tem a política de criação de unidades de conservação, mas é trazer isso para a discussão
363 do combate à desertificação. Criar unidade de conservação é efetivamente fazer o
364 combate à desertificação de médio a longo prazo.

365 **O SR. RICARDO PADILHA (DCD/SEDR/MMA)** - Eu convidaria para compor a
366 mesa redonda aqui, o Dr. Gileno Oliveira, que é da Assessoria Parlamentar do
367 Ministério do Meio Ambiente e foi quem coordenou a retomada de negociação com o
368 Congresso e resultou nessa extrema velocidade, comparada aos anos anteriores, porque
369 nós temos conseguido tanto avançar na Política Nacional de Combate à Desertificação
370 como nas interlocuções diretas com parlamentares.

371 **O SR. GILENO OLIVEIRA (ASPAR/MMA)** - Boa tarde a todos e a todas, o
372 Congresso é uma coisa fundamental. 60% da mídia se pauta no Congresso. Eu queria
373 destacar primeiramente uma coisa, eu acho que o bioma caatinga ainda não está
374 pautado. Sou pernambucano nordestino, eu brigo muito por essa questão lá. Uma
375 primeira coisa que eu queria ressaltar, é muito importante que nós cada vez mais
376 estejamos presentes em Brasília fazendo as nossas articulações. É muito importante
377 esse papel de você, representando vários Estados do Nordeste, o debate para os seus
378 governos, suas bancadas, essa questão da caatinga. Outra coisa que vale salientar é essa
379 coisa de não estar na constituição nosso bioma, nem o nosso, nem o cerrado. Tem, se
380 não me engano, quatro PECs, têm duas no Senado e duas na Câmara, mas a que está
381 mais avançada é a do Senado, que já foi aprovada e a votação de Fórum qualificado e
382 está pautando, a Câmara não foi pautada ali, se a análise de nós fazermos é se a Câmara
383 vota, ela caminha mais rápido que o Senado, porque o Senado tem um procedimento
384 mais rápido lá dentro. E nós estamos tentando pautar; têm dificuldades cada vez mais
385 nas condições do Código Florestal, Nós brigamos muito para ser pautado,
386 principalmente na Comissão do Meio Ambiente, é um projeto que pode ser que amanhã
387 apresente, no curto prazo, nós estamos correndo contra o tempo, mas até agora tem
388 grandes divergências pautadas na lista e tem a contestação. Até agora está caminhando
389 bem, o importante é que está na pauta da votação. Agora, nós estamos o pautando para
390 ver se conseguimos que a presidenta o sancione na Rio+20, nós vamos correr contra o
391 tempo. Como não é um projeto polêmico, ele tem tudo para entrar e passa numa votação
392 muito rápida. Nós estamos brigando muito para pautar os nossos biomas, a questão do
393 semiárido é muito importante. Outra coisa, nós estamos trabalhando na construção da
394 frente parlamentar de combate à desertificação.

395

396

397

398

399

400

401

402

403

31 de maio de 2012 - tarde

404

405A **SR^a. LARISA GAIVIZZO (SEDR/MMA)** – Apresentação sobre a Política Nacional
406de Agroecologia - Brasil Agroecológico (Power Point, anexo VI).

407**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Obrigado. Eu queria fazer
408algumas considerações sobre as intervenções durante a apresentação. Hoje, a grande
409dificuldade que nós temos, para um programa de ATER, talvez mais amplo, é fruto de
410um cerceamento que foi dado, de se trabalhar com a causa pública. Houve uma
411preocupação tão grande sobre a questão dos recursos públicos, que hoje os órgãos
412públicos não conseguem trabalhar. Então, nós queremos fazer um esforço para
413decentralizar, e apoiar, e ficamos presos a esses mecanismos de controle. Se nós
414estamos em ambiente de deliberação, como bem provocou o colega Procópio, eu acho
415que também é importante nós provocarmos os instrumentos de controle, para que eles se
416adaptem às realidades desse Brasil, não dá para nós concorrermos em editais, o Governo
417tem uma estrutura de atendimento, a realidade do semiárido, semelhante às estruturas de
418São Paulo, com corpo técnico extremamente preparado, que vive a garimpar editais e
419não tem problema nenhum de atendimento de suas demandas, enquanto, nós
420conhecemos bem a realidade das instituições no Nordeste, trabalham sempre no passivo,
421ganha um projeto e está devendo parte do outro, para poder sobreviver. Então, talvez
422seja uma oportunidade, Procópio, de nós também fazermos uma provocação, para que
423os órgãos de controle tenham um entendimento dessa realidade socioambiental, para,
424por exemplo, que os nossos editais não tenham o mesmo tipo de rigor que um edital que
425sai para uma região extremamente qualificada. Então, talvez isso seria importante,
426porque pode ser o início de uma estratégia de se retomar essa extensão rural, que
427realmente, nós hoje não temos extensão rural. As ONGs fazem um esforço tremendo,
428mas se ONG concorrer a edital de 15 milhões, vira alvo fácil de qualquer crítica. Então,
429o que acontece? Nem as próprias instituições querem concorrer a grandes valores, têm
430medo, por mais capacidade que tenha, porque aí vai virar alvo de crítica.

431**O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (ASA)** – Quando nós estamos falando aqui
432da agroecologia, do semiárido, por estar ligado às questões ambientais e da agricultura,
433é precisa nós fazermos um esforço para fortalecer o Ministério do Desenvolvimento
434Agrário, hoje a Política de Ater é uma conquista, mas que tem grandes dificuldades, em
435outros aspectos. Então , não está se dizendo que não estão contratando, algumas
436chamadas de ATER na verdade foram contratadas, que não estão operacionalizando,
437porque não existe um fiscal, não existem pessoas para nomear como fiscal dos projetos.
438Então, têm vários projetos, é quase um ano, já com contrato assinado e não tem pessoal.
439Nós precisamos, como sociedade brasileira, fortalecer esses instrumentos que são
440extremamente importantes para apoiar esse nosso movimento por um desenvolvimento
441sustentável no País.

442A **SR^a. DIONE FREITAS (MDA)** – Vocês conhecem a realidade, não só do MDA,
443mas nós realmente temos um quadro de servidores muito pequeno e o ato de fiscalizar
444um contrato é de um servidor mesmo, nós temos vários consultores e nós não podemos
445colocar os consultores para fiscalizar contratos, não é possível, é contra a lei . E aí,
446temos também o número máximo de contratos que um servidor pode fiscalizar. Quando
447nós somamos a dificuldade de pessoas, que todo mundo aí está falando, todos sabem,
448não é segredo, é a quantidade de servidores e a quantidade de chamadas, nós chegamos,
449nós propomos. E isso implica em mudar a própria lei, que foi uma conquista, nós
450também achamos uma conquista, mas a forma de operacionalizar está dificultando que
451ela seja operacionalizada, lógico que nós estamos vendo, correndo atrás, mas isso que

452você falou, Paulo, é pura verdade, E nós publicizamos porque fazer concurso não é
453decisão só do MDA, o MDA não decide fazer concurso e faz, envolve outros
454ministérios.

455**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Agora vamos ouvir o nosso anfitrião, Professor
456Aldrin sobre a Rede de Pesquisadores em Desertificação, que foi criada por Portaria
457Interministerial, e ele agora vai fazer uma breve apresentação, dentro desse contexto.

458**O SR. ALDRIN MARIN (INSA)** – Boa tarde a todos e todas. Fui solicitado para
459conversar com vocês sobre essa rede de desertificação, que é uma parceria entre o
460Ministério do Meio Ambiente e o INSA para uma ação concreta, que pode ser uma
461proposição para que essa comissão se torne mais funcional. A proposição dessa rede
462surgiu desde quando se formulou o primeiro plano diretor do INSA. Então, nesse
463momento, houve uma série de discussões em que foram consultados vários Estados,
464onde um tema era esse, a publicação dessa portaria interministerial. Então, foi uma
465estratégia para induzir ou influenciar pessoas que pudessem trabalhar entusiasticamente,
466visando atingir o objetivo, sempre como desejo comum, dever comum e foi assim que
467surgiu essa ideia. Então, se fizeram várias atividades e reuniões, envolvendo várias
468pessoas, e depois de toda essa discussão, dessa mobilização, foi elaborada uma portaria,
469que foi publicada. Essa portaria institucionaliza esse grupo de pessoas e conseguirá (...)
470fazer alguma coisa positiva. Então, essa rede tem uma missão, tem um objetivo que
471precisará atingir, e tem uma área de atuação, basicamente a área do semiárido. Tem uma
472série de pessoas participando das atividades, de ações concretas. Têm várias linhas
473temáticas sobre as quais serão construídas ações e propostas, projetos. Então, essa rede
474tem uma governança, tem essa estrutura, se organizaram em Grupos de Trabalho e a
475exemplo da secretaria executiva desta Comissão, tem um comitê técnico científico.
476Então, se essa política for organizada, for motivada, principalmente porque envolve
477ciência, tecnologia, e todos esses componentes têm efeito nos processos físicos,
478biológicos e socioambientais e sobre área de conhecimento com metodologias
479específicas. (...) o que visa essa pesquisa aqui é fazer ciência, as fazer pessoas felizes e
480fazer essas pessoas protagonistas. Era isso que eu tinha para compartilhar.

481**O SR. JOSÉ NOGUEIRA (IMARH/MA)** – A primeira... Eu acho que agora chegou o
482momento de nós conseguirmos mostrar uma injustiça que foi feita com o Maranhão,
483está no prolongamento dela, quando nós vemos o INSA excluindo o Maranhão dessa
484rede. Se vocês observarem, o Maranhão não está. Em 2005 o Maranhão foi excluído do
485semiárido, por decreto interministerial, envolvendo o Ministério da Agricultura, o
486Ministério da Integração, Ciência e Tecnologia, com alegação que os estudos foram
487feitos em apenas um ano e nesse um ano detectou-se que o Maranhão não tinha
488semiárido e por isso foi excluído. Eu queria aproveitar o momento para mostrar a vocês
489a justificativa para o qual a Comissão Nacional de Combate a Desertificação é uma
490comissão nacional, não é uma comissão de combate à desertificação do Nordeste
491Brasileiro e nem do plano catinga, certo? Queria mostrar aqui agora um (...) agora, de
492todas as figuras ,mas que vai realmente mostrar o que foi feito com o Maranhão.

493**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Nogueira, estou a procura do mapa que você se
494referiu, e se a plenário não se opuser, nós vamos atender à sua solicitação. Como
495ninguém se opõe em seguida para você só localizar, se de fato...

496**O SR. JOSÉ NOGUEIRA (IMARH/MA)** – Aqui eu não vou ter dados, eu vou
497mostrar oficialmente para você que no Maranhão tem semiárido, é um bioma cerrado e
498é muito importante que essa comissão tome ciência de trabalhar, não só no Nordeste,
499mas o Norte todo da Amazônia, principalmente o Programa Cerrado que o Maranhão
500está e tem que ter, 30, 40% do Território Maranhense está dentro dessa questão. Aqui

501você veem logo o seguinte, o meridiano pode ter cota, essa região aqui, que é tida
 502como semiárido, a princípio, por quê? Porque é onde houve a maior concentração de
 503pequenos agricultores rurais no Estado. Então, com movimento da ASA, foi que surgiu
 504essa questão. Essa região daqui, todinha, apesar de, em 2005 quando nós mostramos, na
 505elaboração do PAN Brasil, o mapa do IBGE do Maranhão, que constava essa região
 506todinha aqui como semiárido, nós não fomos ouvidos. Então, por favor, primeiro... O
 507Plano Estadual do Maranhão, ele foi feito por toda essa região aqui, inclusive Grajaú,
 508mas essa verde, não foram feitos os estudos aprofundados, por quê ela não aparecia, ela
 509só veio aparecer, quando nós fizemos o levantamento da rede meteorológica de todo o
 510Estado, pense em uma rede muito pequena, fragilizada e que tivemos que trabalhar com
 511interpolação. Então, o mapa do Maranhão, esse invalida esse, o clima do semiárido
 512apareceu aqui, nessa região, justamente no meridiano 44, de acordo com a UNCCD.
 513Próximo, hoje a definição é essa, área de entorno precisa de mais estudos e essa aqui a
 514região semiárida e a sub-úmido seco, todas elas, daqui para cá dentro da Amazônia
 515Legal. E isso equivale a 8 municípios, 36.306 quilômetros de semiárido subiu 1%, dois
 516municípios 30 mil, agora 85% deste território é ocupado por populações indígenas e daí
 517o quê? Daí não teve aquele poder de dialogar, de gritar e reivindicar, aí o Maranhão saiu
 518perdendo. Essa área do 2º (...) ela vai dar 66 mil, com 43 municípios, é um área que tem
 519a maior concentração...

520**O SR. ALDRIN MARIN (INSA)** – Que critérios vocês utilizaram para considerar esse
 521espaço aí, marrom, como semiárido?

522**O SR. JOSÉ NOGUEIRA (IMARH/MA)** – Os mesmos da UNCCD, certo? Nós
 523temos, na Câmara Federal, um decreto, um projeto de lei, para inclusão do Maranhão no
 524semiárido, de 2007, é o projeto 2077, foi ele já aprovado por várias câmaras, estava
 525retido na de orçamento e agora, no mês passado, foi solicitado pela Comissão de Meio
 526Ambiente, para poder tocar essa questão para frente.

527**A SRª. MARIA DO SOCORRO (ANA)** – Não é a primeira vez que eu convivo com
 528essa discussão, sobre a inclusão do Maranhão no semiárido. A ANA foi convidada a
 529integrar, há alguns anos, há cerca de 5 anos atrás, o pacto para as crianças e
 530adolescentes do semiárido, nessa oportunidade o Maranhão incluído e o Estado do
 531Espírito Santo também e nós começamos a tratar como semiárido ampliado, dentro do
 532pacto, porque não podemos fugir a questão legal, ao ordenamento jurídico, no caso é o
 533decreto e regulamenta o que é o semiárido. Você disse 2 coisas que me chamaram
 534atenção, esse é o primeiro esclarecimento que eu acabei de fazer e a segunda é a
 535seguinte, que nem o Estado do Maranhão... Você usou essas palavras, salvo engano.
 536Tem consciência da importância do semiárido que possui. Essa é uma coisa. E a outra
 537coisa é, o Poder Público também, nós, na ANA, estamos implantando salas de situação
 538em 11 Estados da Federação, Alagoas, Pernambuco já foram 2 Estados, em razão da
 539tragédia de 2010, já receberam as salas. Alguns Estados já receberam equipamentos e
 540tudo mais, coisa vai andando, Bahia está recebendo, a Paraíba, o Sergipe já instalou e o
 541Maranhão, para surpresa nossa, não queria receber a sala de situação. Então, eu estou
 542entendendo que está atrapalhando um pouco isso e queria sugerir a vocês também, essa
 543mobilização, mas acabou saindo, o Maranhão assinou o protocolo de intenção, mas
 544houve resistência, porque isso vai melhorar muito a rede vocês, porque as estações de
 545última geração, o que tem de melhor no mercado, a custo zero, para os Estados. Então,
 546tem um movimento muito importante, que é preciso que vocês façam e a sociedade
 547maranhense precisa fazer, não adianta nós resolvermos isso com decreto, porque se não
 548se apropriar, nada feito.

549A **SR^a. FABIANA GOMES (IEMA/ES)** – Então, eu acho que na hora que o Aldrin
 550estava falando, doeu um pouquinho, o Estado do Espírito Santo e do Maranhão , de não
 551serem citados como integrantes da rede, eu acho que o que aconteceu foi isso, mas eu
 552vejo isso como ponto negativo, porque a rede começou por iniciativa daqueles que
 553tinham interesse. Então, eu não a vejo como uma rede do semiárido, é uma rede da
 554desertificação. Então, eu acho que cabe aos Estados e as instituições que estudam e que
 555estão fora, fazer o dever de casa, porque é o que eu vou fazer lá no meu Estado, eu
 556tenho um grupo lá, de professores, pesquisadores, que estão com interesse de
 557aprofundar na discussão. Então, nós vamos trazer, nessa discussão com o grupo que
 558está gerindo a rede, para nós chegarmos a um consenso e ver como nós podemos
 559superar isso e agregar, já que a intenção é justamente discutir e difundir, melhorar a
 560discussão sobre o tema.

561**O SR. BERANGER ARAÚJO (SERHMACT/PB)** – O Estado da Paraíba tem quase
 56293% do seu território, uma área suscetível à desertificação, 223 municípios, 170 são
 563semiárido. Agora, eu gostaria que fosse zero, nem município com desertificação, nem
 564municípios com semiárido, eu acho que devia ter um fórum assim, de quem é que entra
 565e quem é que sai, se fosse e se pudesse eu até ia tentar sair, porque até agora não tem
 566nenhuma vantagem ser área suscetível à desertificação e nem semiárido, porque até
 567agora, está desde 92 que nós discutimos e até agora o que se viu? Eu acho que nós
 568temos que avançar na nossa discussão, está certo?

569**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – É o seguinte, dentro da
 570Política de Combate à Desertificação que está em votação e que Gileno vai falar
 571amanhã, o resultado, nós estamos abordando essa questão, para nós, do departamento e
 572para o que está na política, essa questão de onde é o semiárido, onde é a semiaridez,
 573onde é o é árido. Onde é a caatinga, essas são jurisdições tecnocientíficas que vão dar
 574base a decisões políticas e não podemos inverter para que as decisões políticas
 575revoguem leis ou, por exemplo, a da gravidade, ou seja, vai ter o Fórum, debate, pode
 576ser que tenha havido equívocos nessas políticas, mas certamente, quanto mais
 577democrático, mais vai aproximar uma visão tecnicamente correta, para aquilo que é
 578politicamente viável. Só alguns esclarecimentos em cima do questionamento. A colega
 579aqui, do Espírito Santo, eu acho que foi muito feliz na colocação dela. Eu também quero
 580fazer um esclarecimento com relação a minha fala, se alguém se sentiu ofendido eu
 581peço desculpas, não foi a intenção. Então, nada contra a capacidade técnica vir de fora,
 582participar e atuar na região. se foi interpretado desse jeito, eu peço que vocês me
 583entendam que foi uma forma errada de colocar. O que eu estou fazendo referência é
 584que, às vezes, esse marco regulatório nos obriga a trazer situações de fora, para atuar em
 585curto prazo e aí é um desastre. Então, essas pessoas que vieram e estão ficando, eu acho
 586que isso, o conhecimento é extremamente bem-vindo. Então, temos aqui, trabalhando a
 587questão de desertificação, várias situações externas, porém com o espírito de ficar e
 588construir aqui e não chegar em curto período e tentar passar conhecimento. Então, é
 589nesse sentido que eu falei do perigo do marco regulatório e no sentido de nós
 590qualificarmos ele. E aí, agora, entrando na parte mais técnica, o nosso grande esforço e
 591aí, por isso nós congregamos o Espírito Santo, o Maranhão, o Norte de Minas. O nosso
 592esforço é em uma política para o combate a desertificação e aí nós, nesse caso, nós não
 593temos nenhum problema de dialogar com o Maranhão, com Espírito Santo, porque a
 594convenção em si, estabelece claramente os critérios para esses ambientes estarem
 595contemplados nos seus planos estaduais. O nosso grande problema é a definição do
 596semiárido. Por que é que esse município é semiárido ou não e aí é uma discussão muito
 597mais pertinente à SUDENE. São muitos indicadores e aí, nesses cruzamentos, alguns

598dos itens está fora, mas para nós, para o nosso ambiente aqui, não tem nenhum
599problema, porque a nossa área de atuação é na questão do combate à desertificação.

600O SR. MARCOS VINÍCIUS (IICA) – O coordenador pediu para que eu pudesse fazer
601uma explanação muito rápida do Programa Econormas e também vou responder a
602pergunta do colega, sobre a estratégia de alinhamento da convenção de combate à
603desertificação. Pois bem, o IICA é o Instituto Interamericano de Cooperação com a
604Agricultura, creio que muitos aqui já conhecem, o nosso foco é a cooperação técnica
605com o Governo Federal e também para alguns governos estaduais e alguns institutos
606diretamente também e, o Programa Econormas é um programa com recursos da União
607Europeia e uma das vertentes dele tem ações de combate à desertificação e, por meio
608dessa cooperação que eu falei, com a União Europeia e com a com uma entidade de
609gestão do Laboratório Tecnológico do Uruguai. O projeto tem 1 ano de duração, a
610princípio, no primeiro momento e, no segundo momento vão ser 2 anos, com
611intervensões físicas. Então, o objetivo dele é determinar, a nível regional, 4 zonas
612homogêneas de desertificação do Mercosul, desde o ponto de vista de riscos e processos
613ativos de desertificação. E o segundo objetivo desse programa, é justamente alinhar com
614a estratégia da UNCCD para convergência dos planos de ação nacional, do 4 países, do
615Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina. E nesse sentido, o Brasil tem muita referência no
616combate à desertificação, quando se compara com outros países, como já foi exposto,
617todos muito bem sabem, nós temos já 2 projetos de cooperação técnica, com o
618Ministério do Meio Ambiente, e junto com o Ministério da Integração Nacional e foram
619oriundos do Programa de Combate à Desertificação do Governo Japonês, onde deu
620origem a esses projetos aqui no Brasil. Aqui no País também, temos diversas
621instituições que atuam diretamente no combate, em relação a outros países que não têm
622nada disso, exceto a Argentina, que tem o instituto de zonas áridas, com estudos de
623combate a desertificação. Então nós temos o INSA, tem a ASA e Fundação Agente, no
624Estado do Piauí e outros. Temos aqui no País, também muitas ações a nível
625governamental em relação a outros países, que não têm, o próprio de trabalho
626especificamente que existe, além das ações locais de combate à desertificação. Então, o
627objetivo de identificar essas zonas físicas, é para que a segunda fase do projeto possa se
628concretizar, dessas ações. Então o IICA está pleiteando a execução dessas ações para
629não deixar diretamente para o Governo de cada País executar, para não ter risco do
630recurso cair em uma conta única e não conseguir ter esse tipo de ação direta de
631intervenção. E a pauta fundamental hoje, nós vemos que muito foco de obras, a Rio
632+20, integração da zona agropecuária, é o foco atualmente do Governo. Então, o IICA
633tem uma expectativa muito grande de capitanear ou internacional para conseguir
634recursos externos também, também de possível elevar de patamar novamente, a zona de
635combate à desertificação e nós temos acompanhado, junto com o Campello, lá em
636Brasília, a militância que ele tem, dentro do Ministério e fora também, para conseguir
637recursos, mas as dificuldades são muito grandes, justamente pelo momento do País,
638dependendo da sua agenda política. Então, justamente fazer essa integração das ações
639nós nos colocamos a disposição também, de participar da rede da desertificação, eu tive
640até oportunidade de participar nas reuniões do Rio Grande do Norte. Eu vejo que o
641caminho é esse, nós trabalhando em conjunto, em rede, para que juntos possamos elevar
642de patamar, pelo menos na agenda política, da Secretaria Executiva da Presidência,
643realmente conseguir implementar as ações em nível regional. E o segundo ponto
644também, estamos junto com o FIDA, que é um projeto de gestão de reconhecimento
645também, com recursos da União Europeia, que nós conseguimos colocar em prática essas
646ações, a nível local.

647**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Então, como nós estamos
 648tentando ser breve nos informes, para poder avançar nos debates e encaminhamentos.
 649Se ninguém tiver nada a comentar, a colega da ANA vai fazer uma apresentação sobre a
 650experiência do programa Produtor de Água. Entendemos que esse dia de hoje tem
 651muitas informações, mas são prerrogativas para os encaminhamentos, por exemplo, eu
 652tenho guardado aqui um encaminhamento de que a comissão pode já, de imediato, um
 653projeto da rede de desertificação, para o edital do Fundo Clima, que está aberto, nós
 654temos um ambiente, dentro do edital, que recebe com muita simpatia esse esforço de ter
 655a pesquisa extremamente voltada para tecnologias, para o semiárido, cabe
 656perfeitamente.

657**A SR^a. MARIA DO SOCORRO (ANA)** – Boa tarde a todos. O programa Produtor de
 658Água, é um programa de pagamento de serviços ambientais, desenvolvido pela ANA,
 659de 2007 para cá, e já em 2007 ganhou o prêmio da Fundação Banco do Brasil e esse
 660programa, para nossa felicidade, na medida em que, ele reconhece a necessidade de
 661pagar quem cuida das suas nascentes, na medida em que tenta mitigar todos os efeitos,
 662prejuízos causados pela erosão do solo, por mau uso do solo. Então, ele está com uma
 663perspectiva diferenciada que, eu acho que todos aqui vão concordar comigo, que os
 664recursos naturais estão em fase de esgotamento e é preciso recuperá-los. Sociedades,
 665teoricamente mais desenvolvidas do que a nossa, já perceberam isso, hoje a Cidade de
 666Nova Iorque é toda abastecida com base no pagamento de serviços ambientais dos
 667produtores, porque abastecem aquela cidade, os produtores são remunerados para
 668garantir a água da Cidade de Nova Iorque. Cidade do México vai na mesma linha.
 669Então, essa lógica de esgotar os recursos naturais, ela tem que ser modificada e tem que
 670ser substituída por uma lógica capaz de preservar e até mesmo recuperar o que foi
 671perdido. O Programa Produtor de água segue essa lógica. Então, eu gosto muito de falar
 672de Nova Iorque, porque os engenheiros resolveriam o problema e eu posso também
 673falar, porque sou engenheira, posso falar de mim mesma. Então, teria solução técnica,
 674porque a mitologia de que a técnica pode resolver tudo, o que não foi verdade,
 675resolveria o problema de abastecimento daquela cidade, mas há um custo inviável para a
 676sobrevivência da própria cidade. Então, se tornou viável você remunerar quem conserva
 677as fontes de água e abastecimento. E o produtor de águas, apesar de ser muito simples, o
 678programa é até evidente, ele tem procurado oferecer essas alternativas, que é possível
 679recuperar o que estava aparentemente perdido e é possível reverter a lógica de
 680esgotamento dos recursos naturais. Então, eu escolhi aqui um filme, porque eu também
 681acredito que a imagem vale mais do que mil palavras, o pessoal vai colocar aí, como
 682está trabalhando, a experiência de São Paulo e depois eu fico à disposição para
 683responder o que for necessário (apresentação do vídeo).

684**A SR^a. MARIA DO SOCORRO (ANA)** – Eu só queria chamar atenção de todos para
 685o seguinte. Essa é a página da ANA e quem quiser ter mais informações, vai encontrar
 686aqui o link do programa Produtor de Águas e aqui vocês vão ver onde o programa já
 687está instalado, essa filmagem, esse documento aí é de 2007, como vocês viram, mas ele
 688já se espalhou e está ganhando muita força, principalmente na região sudeste, nós
 689gostaríamos muito que ele para cá. Mas essa construção tem que ser feita com todos os
 690parceiros, não é um programa que chega e se instala. Então, vocês podem ver aí,
 691Extrema, Minas Gerais, São Paulo, Piracicaba, Tapibará, Jundiaí, um comitê da Bacia
 692Hidrográfica, no Distrito Federal na Bacia do Piripau, que é o primeiro caso mais
 693concreto do conflito para o uso da água, porque lá está faltando água, já não tem mais
 694água e o programa se instalou lá para tentar recuperar essa situação. Os valores que
 695foram informados já, praticamente, triplicaram, temos Paraná, Rio de Janeiro, Santa

696Catarina e Mato Grosso do Sul. A ANA oferece cursos, tanto para o poder público
697municipal, estadual , dá todo o suporte para quem tem interesse em levar essa
698metodologia, esse programa para o seu Estado , para o seu município. Estamos à
699disposição para responder os questionamentos . Falta só uma informação. Com base
700também nesse programa, há em tramitação hoje, um PL, na Câmara Federal , que está
701em votação, porque esse programa não tem nenhum marco legal regulatório, mas ele
702está acontecendo, que é o mais importante. Então, as definições, toda a metodologia
703dele já foi desenvolvida, mas não existe nenhum marco regulatório sobre a questão.

704**O SR. LEONARDO TINÔCO (INSA)** – Dr^a. Socorro, a execução desse projeto, esse
705aumento de pagamento para esses produtores, como é feito? É através de fundação?
706Precisa fazer um pregão para licitar esses produtores? E já houve alguma manifestação
707do Tribunal de Contas da União, em relação? Está remunerando isso? Como é que fica
708isso? É a 8666?

709**A SR^a. MARIA DO SOCORRO (ANA)** – A questão é a seguinte. Cada localidade,
710como eu disse a você, não está regulamentada, cada localidade encontrou a sua forma de
711fazer, especialmente as prefeituras, no caso de Extrema, como viu no vídeo, a Câmara
712Municipal aprovou uma lei sobre o pagamento de serviços ambientais. Então, a ANA
713não remunera, a ANA é uma incentivadora do programa, desenvolveu a metodologia,
714mas também como o Devanir, que é o gerente responsável pelo programa falou, nós
715criamos a situação favorável para a existência do programa, por meios de treinamentos e
716tudo mais, mas nós não remuneramos, a ANA não remunera. Nós temos hoje é um
717programa, um chamamento público, um edital para que as prefeituras ou as pessoas
718citadas naquela bacia, por meio de associações, para instalar o programa em sua
719localidade ou sua bacia. A outra fonte de financiamento são os comitês de bacia, muitos
720comitês hoje, têm dificuldades em fazer uso do recurso da cobrança, estou com esse
721dinheiro paralisado, esse dinheiro pode ser usado para remunerar o produtor. Temos
722dificuldade sim, porque, por exemplo, no caso dos Estados, eles possuem os seus fundos
723de recursos hídricos, mas esse recurso, esse fundo está caindo na conta única do Estado,
724muitas vezes ele não consegue separar o dinheiro que possui, mas seria outra
725possibilidade. Enquanto a questão do Tribunal de Contas, ainda não houve manifestação
726em nenhum caso, sobre o uso desse recurso, ainda não houve nenhuma demanda ,
727nenhum questionamento e a ANA teve seus recursos aprovados totalmente, já saiu do
728orçamento do ano passado, nós não tivemos nenhum problema, eu acho que muito
729claramente, porque nós não investimos recurso, é um programa da ANA e o nosso
730recurso é a força técnica, basicamente, mas é dessa forma que está se desenvolvendo,
731basicamente com legislação municipal.

732**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Não é repasse de recurso federal, não é isso?

733**A SR^a. MARIA DO SOCORRO (ANA)** – Não, não há, por enquanto não, quando for
734aprovado esse projeto de lei, aí sim, nós poderemos fazer uso dessa remuneração. Eu
735acho, particularmente, muito interessante esse momento, porque ele defendeu, marco
736regulatório e a própria coletividade que está se organizando para torná-lo viável.

737**O SR. PROCOPIO LUCENA (SEAPAC/RN)** – Esse é o tema que nos agoniza
738bastante, primeiro essa orientação que nós somos produtores de água e segundo é esse é
739um debate que nós temos que fazer com profundidade, a luz do dia e esse debate
740acontece porque as APP não são respeitadas (...). Eu estou, mais uma vez, estimulando
741de que a natureza se transforma em mercadoria e aí um caso interessante, pela ausência
742do Estado, é da assistência técnica, de crédito pautado na realidades dos ecossistemas,
743são lançados e mais lançados, tanto que... O mercado de carbono é uma lógica de
744aplaudir quem criminaliza o movimento, criminaliza a natureza, poder fazer o que quer,

745ainda pegar uma... Tomar uma mercadoria, isso é brincadeira, isso é a economia verde
 746que vai ser defendida pelo Governo Brasileiro na Rio + 20. Então, nós temos muita
 747dúvida quanto essa ideia. (...) o agricultor tem que ser estimulado a fazer soberania
 748alimentar, segurança alimentar, ter apoio de outra natureza e aí a legislação ser
 749cumprida (...), porque como ele está posto aí, é como se fosse uma grande descoberta
 750agora, os agricultores vão agora recuperar para receber 1/3 “pela água que ele está
 751produzindo” e aí, invés de você estar discutindo responsabilidade do Estado,
 752responsabilidade (...) você está estimulando é ganhar dinheiro. Isso é uma inversão da
 753educação, de capitalismo extremo. Então, esnobar todos os bens nessa lógica dos
 754debates, isso é uma discussão ideológica. Todos nós aqui, agimos por causas, todos nós
 755que estamos aqui na terra, ninguém é emoção, todo mundo age por razões, por causa,
 756ela pode ser justa e pode não ser, mas nós do movimento, que aprova essa defesa da
 757agroecologia, nós contra, tanto é que no da ecologia, que eu estava lá na Bahia, nós
 758tiramos do texto da agrologia, a discussão sobre serviços ambientais.

759**A SR^a. MARIA DO SOCORRO (ANA)** – Dessa lógica aí, eu quero esclarecer a
 760primeira coisa. A ANA não defende o simples pagamento, a simples venda de água, a
 761ANA entende que água é um bem público. Então, partindo dessa lógica, Procópio, nós
 762vamos desenvolver todo o resto e se a agricultura familiar entende que, pode continuar a
 763conviver com seus rios e suas margens degradadas e eu tenho certeza que não é isso, e
 764que o produtor precisa ser remunerado de alguma forma, porque como é, porque o meio
 765ambiente, os recursos ambientais não tem valor até hoje, para esse mundo capitalista?
 766Porque eles não encontraram uma fórmula ainda, de calcular como cobrar pelo
 767oxigênio, mas como a água já é um problema sério, a água não tem a menor dúvida. Eu
 768tenho uma situação que eu vou deixar com você. Em Brasília eu visitei, justamente a
 769semana passada, esse senhor, Eduardo Jovenard, ele tem um blog, quem quiser pode
 770acessar, ele tem uma área, em Brasília, onde ele fez a recuperação de todos os olhos
 771d’água em 70 hectares de terra que ele tem. Sabe como ele encontrou isso, Procópio?
 772Há 30 anos, totalmente degradado. Sabe como ele fez isso? Só com o dinheiro do bolso
 773dele. É justo? Como é que eu vou poder remunerá-lo por isso? Eu, pessoa que me
 774benefício do serviço ambiental que ele prestou, inestimável, porque é um serviço
 775ambiental inestimável, ele tirou do conforto familiar dele e ele fez, simplesmente 30
 776fontes de água recuperadas, porque ele vinha do sul e não conhecia a tecnologia do
 777cerrado e aí, no sul, ele é de família de origem italiana, a regra era, tocar fogo. Como é
 778tocar fogo na cana, aqui no nordeste, como é tocar fogo nos coqueirais aqui no
 779Nordeste. E aí ele viu que o cerrado era tão frágil que não aguentava aquilo e foi
 780tratando e recuperando o que ele chama hoje, com pequenos diques com madeira, a
 781água hoje não é para a propriedade toda dele, mas a água que chega lá no ribeirão está
 782pura, cristalina, já certificada e ele também não vende essa água, essa água vai para o
 783Ribeirão das Lages e é de excelente qualidade, o que ele ganha por isso? É só
 784subsistência.

785**O SR. MARCELO RIBEIRO (SEMARH/AL)** – Bom, eu, democraticamente me
 786permito discordar do ponto de vista do colega Procópio, existem 2 princípios de direito
 787ambiental, um que é o princípio comum, aquele que poluiu deve pagar pelos danos
 788ambientais provocados, em face do meio ambiente, ecologicamente equilibrado, como
 789direito constitucional. Outro princípio, recente, de vanguarda, é o princípio do protetor
 790recebedor, que é exatamente o princípio que diz, que aquele que porventura salvar,
 791guardar os recursos naturais, devem aferir uma pecúnia, um dividendo a um determinado
 792valor. Como a Dr^a. Socorro acabou de frisar, nós nos valem e beneficiamos da água,
 793do ar, da chuva, de quem protege a biodiversidade e protege as nossas florestas e isso

794nos vem gratuitamente, querendo ou não, companheiro Procópio, me permito dizer, mas
 795nós vivemos em um mundo capitalista, globalizado e o produtor rural não vai fazer a
 796sua feira defendendo princípios ecológicos e nem princípios dogmáticos, ele vai fazer
 797feira com dinheiro. Então, nós tenhamos que ser muito objetivos e muito pragmáticos, o
 798Espírito Santo já está avançando no pagamento de serviços ambientais, todos os Estados
 799já fazem também. Então, eu acho que nós não podemos desperdiçar essa oportunidade,
 800de dar aquele que protege a biodiversidade, não apenas a água, mas as florestas, enfim,
 801o ambiente ecologicamente equilibrado, a oportunidade de aferir algum dinheiro, algum
 802recurso em função dessa proteção, mas eu respeito o Procópio, é uma pessoa lutadora, é
 803uma pessoa que defende as suas ideias com veemência, com garra, com amor, não é um
 804discursos vazio, concorda que esse discurso deve ser aprofundado, mas nós não
 805podemos criar essa coisa, até porque, esse modelo da privatização da água, ele falhou na
 806Bolívia, ele falhou na França e tudo isso não se pode, é inconcebível privatizar a água,
 807mas não se trata de privatizar a água, se trata, repito, como a Dr^a. Socorro falou do
 808programa, de pagar pessoas que efetivamente estejam protegendo a biodiversidade.

809A **SR^a. ELESSANDRA DE SOUSA (CDECMA/AL)** – Eu sempre digo e todos já
 810sabem, que o homem ele pode inventar um avião, a ciência está se desenvolvendo, a
 811tecnologia está avançando e muito, mas o homem não pode inventar a água e o ar e
 812esses recursos naturais devem ser conservados, preservados, mas tem um trabalho de
 813educação, uma educação contextualizada, direcionado para a conscientização da
 814importância da conservação desses recursos para que o homem possa fazer uso hoje e
 815garanta esses recursos para as próximas gerações. Eu não concordo bem com pagamento,
 816por quê? Não concordo porque hoje paga-se e amanhã, se não houver recurso, ele vai
 817continuar conservando? Não vão porque não tem o dinheiro. O que nós precisamos é de
 818políticas públicas que possam contribuir para a conservação ambiental, para o
 819desenvolvimento social e para geração de renda e nós sabemos que está bem distante do
 820que poderia ser desenvolvido por nossa sociedade. (...) Então para concluir a minha
 821fala, eu deixo aqui, registrado, que, nós precisamos é de políticas públicas, de políticos
 822responsáveis, comprometidos com desenvolvimento social e ambiental.

823O **SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Procópio fez uma
 824colocação, como ele disse, justamente teórica e se existe as concordâncias nesse sentido,
 825é inadmissível nós, por exemplo, aceitar uma política para o mercado de carbono, aonde
 826uma pessoas rica pode poluir e dinheiro, pega um abestalhado que vai plantar e ficar a
 827mercê de não usar aquela área porque está compensando política ambiental. Isso é uma
 828realidade imposta pelo mercado. Então, não tem permissão, não pode usar a água, a área
 829é sua e você, porque recebeu um benefício de um produtor, você fica coma área
 830imobilizada. Agora vem a outra realidade, o semiárido se utilizar de condições de
 831sustentabilidade para uma convivência adequada e não agressão, para que esses
 832serviços se mantenham e essa biodiversidade seja conservada, ele, sob hipótese alguma,
 833pode ter padrões de produção, comparado a outras áreas. Então, nesse contexto, como é
 834que eu crio o gado na catinga sem desmatar, sem botar um pasto artificial, precisando de
 8355 hectares, se eu uso as recomendações do Professor João Ambrósio, para que seja uma
 836caatinga, uma posição ecológica, é ter esses 5 hectares por cabeça de animal, para não
 837desmatar, para ter o serviço ambiental. Como é que eu consigo, com esses 20k de carne
 838ano, competir com o mercado lá fora? Isso é pagamento de serviço ambiental ou isso é
 839reconhecimento de uma produção sustentável ecológica. Então, talvez nós
 840precisássemos fazer uma reflexão, diferenciar o que é pagamento ambiental e o que é o
 841reconhecimento do Estado por uma produção ecológica, uma convivência sadia e não
 842agressão ao meio ambiente. Então, o que eu queria agregar nessa discussão, é se

843 combater a desertificação é conviver com sustentabilidade, nessas zonas semiáridas, nós
844 estamos falando de pagamento de serviços e nós estamos falando de reconhecimento do
845 Estado, por ter agricultores conscientizados, sabendo conviver no seu espaço. Então,
846 talvez nós precisássemos fazer uma reflexão nesse sentido e aí, exigir o que é de direito,
847 porque para eu manter a minha família com 300k de feijão, eu preciso ser compensado
848 em outras situações, porque eu não desmato e com isso asseguro um conjunto de
849 serviços ambientais e ao mesmo tempo, meu gado, essa semente crioula, que nós temos
850 aqui hoje, que aguenta essa região semiárida, eu não preciso botar nem música para ele,
851 para ele poder produzir leite. Então... Mas ele só dá 5 litros de leite, não dá 20. Então,
852 como é que eu busco um equilíbrio nisso? Isso é, nós começamos a trabalhar para uma
853 produção agroecológica e nós, no início, quando nós tivemos uma oportunidade, nós
854 fizemos uma inserção nesse sentido. Estamos falando de sistemas ou estamos falando de
855 um processo filosófico mais pronunciado, aonde nós vamos buscar esse reconhecimento
856 das experiências do semiárido? Qual é o perigo dessa seca nossa? É perder o rebanho?
857 Isso é economia. O grande problema é que nós vamos perder uma vaca por R\$200,00 e
858 o Estado, depois vai financiar uma vaca por R\$1.500,00, que vai ter toda a série de
859 problemas para adaptar na nossa região e daqui a 30 anos, por esse material genético
860 que é, mais ou menos adaptado, tem uma nova crise. Interessante nós, dentro de uma
861 ação de política de convivência com semiárido e de combate à desertificação, nós
862 começamos a pensar em um mecanismo, de buscar um nome estratégico para defender
863 essa produção sustentável. Só como provocação.

864 **O SR. THIAGO CAVALCANTI (MRE)** – Boa tarde a todos, quase boa noite já. Eu
865 prometo que vou ser bem breve na minha exposição, até porque, considerando o
866 adiantado da hora e essa nova filosofia de deixar mais tempo para os debates... Muito
867 bem, na última reunião da CNCD, que foi no final do ano passado, nós estávamos nos
868 preparando para ir à COP 10 da UNCCD, que, como os senhores sabem, é a Convenção
869 das Nações Unidas para o Combate à Desertificação. Na oportunidade nós falamos que
870 teríamos um breve relato do que aconteceu nessa conferência e o Chico Campello pediu
871 para que eu fizesse esse relato e também falasse um pouco sobre a Rio + 20 e sobre o
872 relatório que nós vamos ter que concluir até o dia 21 de setembro. Então assim, antes
873 disso, eu vou passar bem rapidamente por alguns conceitos básicos, porque eu sei que
874 para muita gente vai ser repetição e muitos já conhecem isso. É mais para recordar, para
875 aqueles que não estão lembrados ou até [para quem] tiver alguma dúvida, para que fique
876 bem claro como é o funcionamento da UNCCD. Então, vamos lá. Bom, a UNCCD é o
877 maior esforço internacional na área de combate a desertificação. Atualmente ela conta
878 com, a quase totalidade dos países, e é uma das 3 Convenções do Rio, da famosa Rio
879 92, que foi a 2ª grande Conferência de Meio Ambiente das Nações Unidas e com grande
880 diferença de sua antecessora, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente
881 Humano, de 1972. A grande diferença foi porque, em 72 as discussões estavam bem
882 mais polarizadas entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Havia
883 estudos, na época, que falavam que grande parte do problema da escassez dos recursos
884 naturais estava ligada diretamente ao crescimento dos países em desenvolvimento e à
885 explosão demográfica de alguns desses países. Felizmente, essa avaliação, esse conceito
886 foi evoluindo e chegou-se à conclusão de que era importante sim que os países em
887 desenvolvimento também tivessem o crescimento assegurado. Essa mudança de
888 paradigmas se concretizou em uma série de princípios, são os princípios do Rio. E um
889 dos mais conhecidos deles é justamente o princípio das responsabilidades comuns,
890 porém diferenciadas, que é um dos princípios guias que nós temos para balizar a nossa
891 ação internacional. Pois muito bem, em 92 surgiram essas 3 Convenções do Rio, a

892 Convenção de Combate à Desertificação, a Convenção de Mudanças Climáticas e a
 893 Convenção da Diversidade Biológica. A Convenção [de Combate à Desertificação] tem
 894 essa estrutura: basicamente tem o Secretariado, o Comitê de Ciência e Tecnologia
 895 (CST) e o Comitê para Revisão e Implementação da Convenção (CRIC), que o
 896 Francisco Campello mencionou. E é justamente esse Comitê que vai avaliar o relatório
 897 do biênio, que nós vamos apresentar em 21 de setembro. Esse relatório vai servir para
 898 embasar as discussões que geralmente ocorrem com a presença de todos os países, o que
 899 eles chamam de COP, Conferência das Partes. E há também o Mecanismo Global, que
 900 seria o braço financeiro da Convenção, cujos recursos são voluntários. Então assim, são,
 901 muitas vezes, carimbados. Então, o país fornece dinheiro para esse mecanismo já
 902 dizendo em que esse dinheiro vai ter que ser gasto. O dinheiro com as contribuições das
 903 Partes geralmente fica para essa estrutura, para manter a estrutura de Secretariado e dos
 904 demais Comitês. Só um parêntese aqui: é que na última Conferência das Partes, em que
 905 se realizou a reunião do Comitê de Ciência e Tecnologia, foi decidido colocar um
 906 brasileiro à frente, na presidência desse Comitê de Ciência e Tecnologia. Então, foi um
 907 passo muito importante para o Brasil e eu acredito que esta semana também foi
 908 formalizado, junto ao Secretariado, o desejo do Brasil de sediar a 2ª Conferência
 909 Científica do CST, que vai ser no ano que vem, em fevereiro ou março, está sendo
 910 discutido ainda. Isso foi formalizado para o Secretariado essa semana. Bom, não vou me
 911 deter nisso aqui, nas principais deliberações das COPs, desde a primeira COP até a COP
 912 29, o que interessa para nós agora vai ser a COP 10, que o Chico tinha pedido para eu
 913 fazer o relato. Aí se os senhores quiserem depois saber, eu posso explicar, mas eu acho
 914 que o que interessa aqui, para nós, é justamente essa última COP que teve agora.

915 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Thiago, você tem uma ideia de quantos recursos
 916 financeiros já foram movimentados, dentro desse mecanismo global e se foram
 917 movimentados e para onde foram movimentados?

918 **O SR. THIAGO CAVALCANTI (MRE)** – Eu não tenho esses dados aqui, mas tenho
 919 a decisão, justamente a decisão final da COP 10, a decisão número 23, ela toma nota das
 920 necessidades financeiras do fundo para o biênio de 2012-2013, que são 14 milhões de
 921 euros, 737 mil e 41. [RETIFICAÇÃO: A Decisão da COP-10 que trata do Programa
 922 Orçamentário para o Biênio 2012-2013 é a decisão 10/COP.10. O orçamento aprovado
 923 para 2012-2013 é de 16.128.344 euros. O valor de 14.737.041 euros refere-se a
 924 estimativa de gastos extraorçamentários apresentados pelo GM, sendo a estimativa de
 925 gastos extraorçamentários apresentados pelo Secretariado de 12.139.138 euros. Em
 926 ambos os casos, apenas tomou-se nota dessas estimativas.]

927 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Eu queria aproveitar, já
 928 que Thiago está aqui e fez uma apresentação da estrutura, que hoje nós temos um
 929 colega, um brasileiro à frente do Comitê Científico e aí como parte da estrutura,
 930 também adiantar algumas coisas e... veja, por conta dessa situação de ter um brasileiro,
 931 hoje, a frente do Comitê de Ciência e Tecnologias e existe essa possibilidade do Brasil
 932 sediar a próxima conferência do Comitê de Ciência e Tecnologia, tudo indica que vai
 933 ser em fevereiro do ano que vem, tem 3 Estados candidatos, o Ceará está levando muita
 934 vantagem, por conta da logística e da estrutura que está apresentando, de contra partida,
 935 isso para quem está entrando nessa negociação e nós estamos tomando o maior cuidado
 936 para que seja uma decisão do Governo Brasileiro, uma posição nossa e as referências
 937 do Governo para a convenção, estejam mais presentes, a questão política, que é o
 938 Itamarati, a técnica, que é o Ministério e a sociedade. Uma proposta que nós estamos
 939 dando é que, antes da dessa conferência internacional, com 194 países, nós tenhamos a
 940 nacional e aí, mais uma vez, na tentativa de nós levantarmos a importância do Instituto

941 Nacional do Semiárido, nós queremos sugerir para deliberação aí, que o INSA seja a
 942 instituição hospedeira e coordenadora da Conferência Nacional e, peço que nós
 943 tenhamos muito cuidado na hora das deliberações, é porque nós damos pertinência ao
 944 Instituto Nacional Semiárido e o protagonismo dessa iniciativa. Então, talvez nós
 945 estejamos tendo a oportunidade e valorizando esses nossos espaços e essas instituições.
 946 Isso é um ponto. O outro ponto é, que nós, como comissão, também analisemos a
 947 questão da representação do Brasil no comitê de Ciência e Tecnologia, hoje quem está a
 948 frente é o professor Waldemar Rodrigues, que deu uma enorme contribuição, foi um
 949 lutador histórico desse processo, quando isso estava totalmente, solto, ele assumiu e
 950 ficou, porém o professor aposentou-se e não é justo que uma pessoa aposentada fique
 951 tendo que ter obrigações, ele, inclusive está com outro tipo de atividade. Então, nós
 952 combinamos de ter uma transição pacífica, ética e profissional, de função, porém nós
 953 precisamos definir quem representa o Brasil e aí eu também dou como
 954 encaminhamento, que nós, se for deliberado, que o INSA, como instituição que foi
 955 criada para trabalhar a questão do semiárido, seja representante do Brasil no Comitê de
 956 Ciência e Tecnologia. Não estou falando de pessoa, estou falando da instituição, para
 957 que nós tenhamos uma referência permanente e com pertinência nesse comitê, até para
 958 valorizar o esforço que vem sendo feito, de estruturação desse instituto.

959 **O SR. RICARDO PADILHA (DCD/SEDR/MMA)** – Bom, a conferência que o Dr.
 960 Thiago se referiu e que hoje foi comunicado formalmente, que vocês são os primeiros a
 961 saberem, depois do Itamaraty, a primeira norma sobre isso é que, nós vamos sediar, por
 962 uma decisão do Governo Brasileiro, tomada coletivamente com os Ministros do Meio
 963 ambiente, da Ciência e Tecnologia e da Integração Nacional, a Conferência
 964 Internacional de Ciência e Tecnologia, da UNCCD, entre fevereiro e março.
 965 Aproveitando que ocorrerá esta conferência, nós iremos realizar no Brasil, como
 966 preparação da nossa participação nela e aí eu estou sugerido que o INSA coordene esse
 967 processo, da mesma forma que a UNCCD ainda não tem o desenho completo dessa
 968 conferência, também nós não temos ainda.

969 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Obrigado. Tem muitos institutos de pesquisa, isso é
 970 mais um e está procurando contribuir, somar e articular. Mas eu acho a proposta
 971 interessante porque queria, uma pessoa de articulação, sobretudo, nos saberes aqui, da
 972 região. Eu gostaria de lembrar que, ciência e tecnologia geram, assim, por momentos,
 973 uma certa confusão, mas as ciências sociais, as ciências humanas, as ciências
 974 econômica. Então, a ciência não expulsa a sociedade, nem economia, nem nada, o
 975 problema é que ciência e tecnologia, aí nós pensamos, será que elas vão (...), essas
 976 coisas, mas ciência é uma palavra muito ampla, ela dá espaço dependendo do que a
 977 comissão decide e a comunidade decida, há espaço para agregar temas sociais, temas
 978 econômicos, a mim parece que é fundamental se pensar que desertificação é o foco. Se
 979 for uma decisão e uma proposta formal, desta comissão, nós aceitamos com todo
 980 orgulho, eu acredito e vamos fazer o melhor possível.

981 **O SR. PAULO PEDRO (ASA)** – Então, concordo plenamente com a sugestão e que
 982 seja o INSA, que está dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia, portanto está
 983 dentro do âmbito, no foco dessa conferência. Só lembrando, que na última conferência
 984 que foi na Alemanha, já se teve ali muita discussão, no sentido de procurar exatamente
 985 valorizar os conhecimentos tradicionais, as experiências em diversos países, também
 986 desse campo, da ciência e tecnologia, muitas vezes a ciência oficial não quer
 987 reconhecer, como a importância que têm as experiências. Naquela conferência última,
 988 da Alemanha, se falava de que, efetivamente que aconteceu no âmbito da convenção, de
 989 combate efetivo ao processo de desertificação, não se deve a muitas experiências

desenvolvidas pelo conjunto de países que têm, especialmente ligada também ao trabalho da Sociedade Civil organizada. Então, aí eu acho que seria uma oportunidade do Brasil fazer uma conferência com espaço para as experiências agroecológicas, de convivência com semiárido, aí pudesse ter seu espaço garantido para dialogar conhecimento científico, nós também entendemos que é científico no âmbito de construção.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Quanto a Conferência Nacional, a parte de encaminhamento está prevista para amanhã, mas se há um consenso generalizado, fica já tomada a posição, que o INSA seja hospedeiro e coordenador, junto com a MMA, junto com CEMADEN e todas as unidades aqui, dessa reunião. Alguém contra esse encaminhamento? Então, aprovado.

A SR^a. ALINE FERNANDES (CEMADEN/MCTI) – Eu acho que a ideia era fazer apenas uma introdução, apresentar o que é a iniciativa, para que vocês conheçam e como nós temos trabalhado com o MMA. O Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais foi criado no dia 1º de julho do ano passado. A ideia de criar esse centro derivou de um Grupo de Trabalho multisetorial, envolvendo vários ministérios e isso foi em função dos desses desastres ocorridos na Região Serrana, que tivemos mais de 800 mortos. Então, a prioridade do centro é, realmente tentar salvar vidas e evitar que ocorram fatalidades, tentando alertar antes, utilizando os meios que nós temos, as tecnologias nós temos, as competências que nós temos para poder evitar e realmente os números, do ano passado, desse ano, realmente já caíram, apenas por essa maior preocupação do Governo, que começou a fazer com que os outros ministérios passassem a conversar, inclusive a própria Defesa Civil mudou, agora nós temos a Política Nacional de proteção e Defesa Civil, não é mais apenas só Defesa Civil. Então, o Centro entrou em operação em dezembro do ano passado, está trabalhando 24h por dia, reunindo informações provenientes do INMET, da ANA, recebendo notas de riscos do Serviço Geológico Brasileiro, nós estamos fazendo o acordo de cooperação técnica com várias instituições e tentando, um dos objetivos é aprimorar os modelos, a capacidade de modelagem de previsão climática mesmo. A outra questão é que, reunindo informações geológicas, além da metodologia, que nós já temos um bom sistema de previsão meteorológica, nós estamos ligados ao CENAD, que é o Centro do Ministério da Integração, que é responsável pelo alarme, disparar o alarme para as comunidades, nas prefeituras, para que a Defesa Civil possa realmente se mobilizar. Então, nós elaboramos os alertas, tem vários níveis, estado de atenção baixo, auto, enfim. Nós contratamos, nós temos hoje 100 pessoas trabalhando no Centro, entre geólogos, engenheiros, pessoal de UTI, foram todos contratados especialmente e como o Centro foi criado muito rápido, ele é na realidade um departamento do Ministério de Ciência e Tecnologia de inovação, o que difere um pouco do INSA, porque é uma unidade de pesquisa, vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, mas que tem mais independência, tem casa própria. Então, no Ministério de Ciência e Tecnologia, nós estamos dando assessoria direta para o pessoal, que fica perto de São José dos Campos, no *campus* do INPE. Então, nós reformamos prédios que já existiam para criar uma sala de situação, a representante da ANA até falou sobre as salas de situação e isso estava até previsto em um projeto que nós fizemos o ano passado, com o Fundo Clima, 13 salas de situação e nesse ano nós já fizemos um termo aditivo e reescrevemos o projeto, no sentido de que nós vamos com a ANA, correndo a frente, eu estava com mais capacidade para fazer isso, nós vamos interligar essas salas de situação. Então, nós vamos tentar implementar salas de vídeo conferências e salas de telepresença, para realmente fazer com que todo mundo se converse melhor. Dentre os projetos que nós

temos, outra meta, o objetivo, é fortalecer todo o sistema de observação. Então, nós estamos comprando radares, estamos comprando pluviômetros semiautomáticos, para ser instalados próximos às áreas de riscos, de deslizamento, estamos comprando pluviômetros automáticos, que vão ficar em torres, perto de comunicação de celular, para enviar os dados automaticamente para o CEMADEN e também vamos fortalecer as estações hidrológicas e também a instrumentação geotécnica e nós estamos, ainda nesse ano, nós começamos a trabalhar, já fizemos uma reunião técnica sobre extremos climáticos e colapso de produção agrícola. Então, alguns já participaram, no sentido de entender, a seca nem sempre é o foco do desastre. Então, quando a seca gera um impacto e que a sociedade depende do apoio maior do Governo, de mais investimentos. Então, nesse momento, isso começa a fazer parte da nossa agenda. Há uma série de discussões com relação a isso, até por causa da seca no sul, desse ano, que causou um impacto enorme, econômico, na produção, mas em alguns municípios, eu acho que teve uma falta de abastecimento, mas eu acho que não chegou a caracterizar o desastre da forma, nós estamos percebendo que a seca, às vezes, por exemplo, desse ano, nós temos mais de 400 municípios que decretaram estado de emergência, nós precisamos colocar carros pipa e tudo mais. Agora, a competência do CEMADEN é no sentido de propiciar ferramentas, metodologias para que nós possamos antecipar realmente a intensidade da seca, nós sabemos que nós não temos grandes sistemas de previsão ainda, nós não sabemos, às vezes, quando vai chover, qual a intensidade dessa chuva ou a dimensão da seca, nós sabemos que os impactos desse ano são enormes, mas assim, nós não conseguimos dimensionar isso ainda, muito bem. Então, a ideia é melhorar isso e o INPE, no caso, coincidentemente alguns pesquisadores do INPE assumiram as coordenações do CEMADEN. Um dos motivos do CEMADEN ter sido instalado lá no *campus* do INPE foi por causa do supercomputador, que tem uma capacidade de integrar e processar uma grande quantidade de dados. Os coordenadores principais, um da Federação de Pesquisa do Desenvolvimento e a outra de operações, para dar para a sala de operações, 24 por dia. E esses mesmos coordenadores, também a Regina, que é responsável pela articulação institucional, já eram coordenadores do projeto SAP, que é o sistema de alerta precoce de secas e desertificação. Então, ele já era o projeto que estava em andamento, que pegou o apoio do MMA, era um acordo de cooperação com o MMA, tinha a interveniência do IICA e também e, aqui nós fizemos, esse ano, foi integrar para fortalecer esse projeto, para agilizar a obtenção de resultados, esse sistema de alerta precoce a seca, que nós chamamos de SAP, SAP é outro projeto, projeto de apoio ao Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais. Então, isso fortaleceu mais ainda a inclusão desse tema na agenda. E nós também estamos com o apoio com o Ministério do Meio Ambiente, é um acordo do quadro, mais específico para área de desastres naturais. A semana passada saiu a assinatura, a publicação do acordo com a ANA, do acordo com INMET nós já temos, nós estamos participamos do acordo também com o IBGE, temos acordo com o DECEA, nós estamos trabalhando uma questão delicada, sempre a transferência de dados, como nós usamos, como nós divulgamos e para trabalhar com isso nós precisamos trabalhar em parceria. Então, o Centro foi criado com uma concepção de multidisciplinaridade e de articulação e nesse sistema também, nós esperamos pelo apoio e a grande colaboração do INSA.

O SR. MARCOS DEL PRETTE (FUNDO CLIMA/MMA) – Eu preparei uma apresentação, vou deixar para os senhores, com a coordenação, para distribuir amanhã. Então, eu vou falar duas, três palavrinhas sobre o fundo e eu preferiria que fosse instigado com perguntas dos senhores, com a curiosidade dos senhores, para poder ser mais produtivo e poder entrar, inclusive direto ao ponto, ao invés de começar lá, com os

conceitos. A única coisa que vou adiantar é que o fundo é um instrumento da Política Nacional de Mudança Climática, juntamente com planos setoriais e outros, e tem um ano de operação. É um dos únicos que existem no mundo, se não o único, com recursos próprios. Têm muitos por aí, com doações, enfim, o fundo brasileiro começou a operar efetivamente com recursos próprios, do Governo Brasileiro, a fonte orçamentária dele é o orçamento federal, do Ministério do Meio Ambiente, fonte, petróleo, prestação do petróleo, dos quais 10% é do Ministério do Meio Ambiente e até 60%, desses 10%, vai para o Fundo Clima. Então, o Fundo Clima é administrado, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, e tem duas formas de recurso, disponibilização de recursos a fundo perdido e empréstimos, reembolsável e não reembolsável, o recurso reembolsável é operado pelo BNDES, tem pela legislação já prévia. Então, o BNDES é operador dos recursos reembolsáveis e pode fazer operações, tanto diretas, ele próprio financiar, ou operações indiretas, ele pode contratar outros bancos públicos, ONGs, Caixa, Banco do Brasil, para operar determinadas linhas. E o recurso não reembolsável, aquele que é a fundo perdido, operado diretamente pelo Ministério do Meio Ambiente. Este fundo é gerido pelo Comitê Gestor, esse Comitê Gestor tem a Presidência do Ministério do Meio Ambiente, mas ele é composto por órgãos governamentais, vários Ministérios, mais o BNDES e entidades não governamentais, representantes de entidades da Sociedade Civil que trabalham mudança do clima, representantes dos Estados, representantes dos municípios, representantes de associações, de sindicatos patronais e trabalhadores, do qual este Comitê Gestor, nós somos a área no Ministério do Meio Ambiente, Fundo Clima, da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, que é a Secretaria Executiva, o Presidente desse Comitê Gestor é o Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente. Orçamento atual, nós temos no orçamento de 2011, 234 milhões executados, dos quais 200 já foram descentralizados ao BNDES, que é o recurso para financiamento, está no BNDES, no guichê, está aberta para nós. E 34 milhões executados em 2011, a fundo perdido, pelo Ministério do Meio Ambiente e do recurso de 2012 temos mais 29 milhões a fundo perdido, dos quais estamos em fase de execução, já abriu uma primeira chamada, vamos abrir uma segunda chamada, em breve, depois nós podemos esmiuçar mais isso, no debate. E mais 360 milhões a serem transferidos ao BNDES, do orçamento desse ano, ainda esse ano, ou seja, teremos ainda esse ano, disponível no BNDES, 560 milhões, a previsão é que chegue a 1 bilhão e 200, aproximadamente nos 4 anos no PPA, nos 4 anos de Governo, mas 1 bilhão e 350, 400, neste PPA que está em vigência. Então, eu vou abrir para vocês, curiosidades, enfim, necessidades, questões, argumentos, fica melhor nós abirmos esse debate para poder, na medida do possível, esclarecermos o que for necessário.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – É uma curiosidade, porque em 2010, em 2011 muitos PAEs foram concluídos, nos Estados, teriam os Estados hoje como aproveitar da oportunidade do Fundo Clima para financiar seus PAEs, se estão fazendo projetos?

O SR. MARCOS DEL PRETTE (FUNDO CLIMA/MMA) – Não me lembro de ter nenhum financiamento desse tipo, no Fundo, porque nós temos linhas específicas e nós fazemos lá é oferecer as linhas, que são aprovadas pelo Comitê Gestor. No caso específico da desertificação, nós tivemos vários projetos, mais finalísticos, tanto específico da desertificação, quanto inovação tecnológica e tecnologias sociais, nos Estados. A questão é, nós estamos construindo isso não como um balcão de projetos, o que eu quero dizer, nesse sentido, é que imaginamos que estes projetos, que estamos recebendo, foram construídos e articulados em função dos PAEs dos Estados, uma vez que, estamos já, desde o começo do lançamento da primeira linha, articulando isto com o departamento de combate a desertificação.

1137**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Porque, se os projetos aprovados do Fundo Clima, de
1138fato são decorrentes de análise dos PAEs, isso tem que ser capitalizado com
1139implementação dos PAEs, o que nós temos mais nesse países é planos elaborados e não
1140executados, entendeu? Então, eu acho nós precisamos capitalizar isso, de forma muito
1141clara e têm metas para isso, para nós focarmos esses PAEs em uma linha das execução.
1142Só uma lembrança para nós prosseguirmos isso depois.

1143**O SR. MARCOS DEL PRETTE (FUNDO CLIMA/MMA)** – Queria comentar um
1144pouquinho, dessa parceria, porque isso vai refletir em outros casos, inclusive aqui, no
1145processo que nós vamos começar a discussão com agroecologia. É uma via de mão
1146dupla, o Fundo não tem uma estrutura burocrática para administrar 500 projetos, enfim.
1147Então, toda a parceria que, por um lado, além do aporte técnico, o aporte administrativo
1148também. Então, quem fiscaliza os projetos é a área específica, assim como nós fizemos,
1149junto com o pessoal de gerenciamento costeiro, que também apresentou projetos, a área
1150que nós apoiamos, dos planos setoriais. Então, a própria área avalia os projetos, são
1151nomeados no Comitê Gestor de avaliação de projetos, avalia o projeto, fiscaliza as
1152outras áreas que ajudam a fiscalizar, o CPF do cidadão está lá, no SICONV. Então, o
1153que eu quero dizer é, que nós construímos um processo administrativo, por um lado,
1154mas um processo de diretriz política, de outro. Então, não é que está caindo qualquer
1155projeto de combate à desertificação, ele tem que estar incorporado em uma diretriz ou
1156em orientações, com origem definida, articulada e aqueles relativos à desertificação,
1157passam necessariamente por esse Conselho, a orientação e as diretrizes, assim como foi
1158também, do ano passado, por isso que voltados para outras áreas. Então, esse é um
1159processo que nós vamos construindo, ele não é imediato e tem essa via de mão dupla.

1160**O SR. PROCÓPIO LUCENA (SEAPAC/RN)** – Eu queria fazer 2 perguntas. Nós, o
1161ano passado, em julho, fizemos uma reunião em Brasília, com a Secretaria e nós
1162lançamos um documento, por conta disso, eu fiquei responsável para fazer a primeira
1163versão, fiz uma versão em nome da sociedade, circulando e cheguei lá no final e a
1164reclamação é que a primeira sugestão nossa, que esse recurso fosse para formação e
1165mobilização e capacitação das populações do semiárido e no edital não permitia isso e
1166continua não permitindo, infelizmente, nós assistimos, foi um acordo, inclusive está
1167com o doutor, foi entregue e achamos fundamental que, é preciso ter a formação e
1168mobilização e capacitação das populações, chama de educação, mexer a cabeça, com
1169pensamento, com a visão e nós não conseguimos isso. O segundo aspecto é no tocante
1170ao próprio Comitê Gestor, nós propusemos que houvesse um debate da própria
1171Comissão, instigado pelo próprio secretário, para que possibilitasse a participação de,
1172apesar de Sociedade Civil, com atuação nas ruas, sobre secas e semiárido, que até hoje
1173isso também não foi solucionado, embora tenham entidades que fazem debates nesse
1174formato, mas nós não estamos no comitê, o que nós achamos um equívoco e quero
1175encaminhar para essa comissão, que sai com uma solicitação oficial sobre isso. O
1176segundo aspecto é no tocante a despesas, eu considero aquilo uma coisa gravíssima, eu
1177concordo com o pessoal, não se permite trabalhar um quadro de pessoal da instituição e
1178aí não se permite pagar obrigações trabalhistas quando se contrata terceiros. Então,
1179quantos de nós saímos de lá, nós não podemos abastecer o nosso carro da entidade com
1180os recursos? Então, tem um conjunto de limitações nesse campo, nós encaminhamos
1181para o Governo. Então, o documento está aqui, mas não foi solucionado ainda, eu estou
1182propondo que amanhã, nós da comissão, possamos também encaminhar isso, até para
1183melhorar essa relação .

1184 **SR. RICARDO PADILHA (DCD/SEDR/MMA)** – Agradeço as colocações do
1185 Procópio e peço a ele que passe o documentos, para que nós possamos, amanhã de
1186 manhã, dividir com todos.

1187 **SR. MARCOS DEL PRETTE (FUNDO CLIMA/MMA)** – Três coisas. Uma, a
1188 primeira. Nós já tínhamos votado quando chegou a reivindicação, é uma reunião de
1189 julho e a linha já tinha sido votada, aliás nós votamos a linha, quando nós começamos a
1190 operar, nós herdamos uma linha votada já há um ano e meio, se nós fôssemos mexer na
1191 linha e começar a discussão e votação, não executaríamos nem aqui. Então, ela é linha
1192 herdada, não tinha jeito, tanto é que, neste ano abrimos uma linha específica para
1193 educação ambiental, capacitação, treinamento, neste ano, que nós vamos fazer um
1194 projeto, um edital, junto com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, destinado à Bacia
1195 do São Francisco, que envolve vários projetos, uma parceria, inclusive com a Caixa,
1196 com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, ANA, têm vários e o pessoal aqui,
1197 representado. A segunda questão é sobre a representação. Bom, nós não temos a
1198 legislação vista nesse sentido, quer dizer, nós não temos como... Ela define, quem faz as
1199 indicações é o Fórum Brasileiro de Mudança Climática e aí a indicação, aí até o
1200 documentos de vocês foram colocados nas pastas dos Conselheiros, as atas estão
1201 publicadas, existe manifestação específica, até do descontentamento de vocês, com a
1202 representação, foi feito isso publicamente, está registrado na Ata do Comitê Gestor e
1203 está posta, só que, quem faz a indicação da Sociedade Civil, é o Fórum Brasileiro de
1204 Mudança Climática. E o terceiro aspecto, as despesas, aí não tem jeito, não somos nós,
1205 tem que ir nessa discussão do marco regulatório. E isso é a ponta do iceberg, existem
1206 inúmeras outras coisas, por exemplo, isso engessou, principalmente no ano passado, que
1207 o instrumento que nós tínhamos era só convênios, hoje nós estamos tentando fazer
1208 outros instrumentos, por exemplo, neste específico, na parceria com o Fundo Florestal,
1209 será contrato, mas a lógica dos convênios é terrível, é perversa, ela pressupõe que o
1210 objeto do convênio é um produto de parceria de equivalentes. Então, ela pressupõe, por
1211 exemplo, que quem está conveniando se basta. Então, não incluiu taxa de
1212 administração, a conta de luz, quer dizer, você, os encargos trabalhistas, você até pode
1213 colocar como contrapartida, mas é cruel, isso eu entendo, nós passamos lá, é um
1214 sofrimento e, inclusive para quem executa a alimentação, mas isso está bem acima das
1215 nossas cabeças, é assim, discussão de marco regulatório em nível de Presidência da
1216 República. É isso, rapidamente colocando essa situação, mas compreendo e estamos
1217 abertos a continuar esse diálogo, nesse processo.

1218 **A SRA ELESSANDRA DE SOUSA (CDECMA/AL)** – Em relação ao edital que será
1219 lançado, existe previsão do lançamento desse edital, data? Eu proponho, a pergunta é o
1220 seguinte, o ano passado cheguei a ver edital, da linha de pesquisa, era assim, por Estado,
1221 uma linha para construção de fogões eficientes e aí essa linha seria, para o Estado de
1222 Alagoas e também para o Estado de Sergipe. E nem sempre as entidades que estão
1223 dentro do Estado têm a experiência na construção de fogões eficientes. Então às vezes,
1224 as entidades, dentro do Estado, terminam sendo penalizadas. Então, deixo um apelo ou
1225 uma proposta, para que, quem sabe os critérios de seleção dessas linhas de ações? Quais
1226 os critérios? São critérios baseados dentro das necessidades do Estado? E se poderia
1227 haver edital por Estado, assim como é chamada de ATER, pelo Estado de Sergipe, da
1228 Bahia, de Alagoas, ser por Estado, porque quando essas linhas, quando esses editais são
1229 lançados, é o edital para projeto de recuperação de área degradadas e quando não é
1230 específico para um Estado, muitos não são beneficiados e nós sabemos que os impactos,
1231 eles estão presentes em todos os Estados e o processo de desertificação também.

1232 **O SR. MARCOS DEL PRETTE (FUNDO CLIMA/MMA)** – Respondendo breve aí.
 1233 Eu não me lembro desse edital que você está se referindo, não deve ter sido não, deve
 1234 ser do Fundo Nacional do Meio Ambiente . Porque nós temos 2 tipos. Ou é para política
 1235 estruturante, da política nacional de mudança do clima e aí é dirigido especificamente
 1236 para uma instituição ou ele é sempre de livre concorrência. Então, quando eu lanço, por
 1237 exemplo, Estados, ele é para livre concorrência, também nos Estados. Sobre este edital
 1238 que estamos lançando, tem a previsão, nós queremos fazer isso antes do dia 4 de julho,
 1239 que é o prazo da Lei Eleitoral, pelo menos, para nós ficarmos de 4 de julho a 15 de
 1240 novembro, 15 de outubro, após a eleição, tramitando papel, para poder desembolsar
 1241 após a eleição. Então, o prazo para esse edital, tudo vai ter que acontecer daqui para 4
 1242 de julho. Então, ele vai sair vai ter prazo para inscrição, a seleção vai ter que ser feita
 1243 antes desse prazo, de 4 de julho . Esse é Bacia do São Francisco, é uma articulação,
 1244 juntar várias áreas, nós estamos construindo como se fosse um sub-fundo, o Fundo
 1245 Nacional do Meio Ambiente está entrando com recurso, o Fundo Clima, a Caixa
 1246 Econômica e o ponto focal era a água do São Francisco, recuperação de nascentes, tem
 1247 educação ambiental, tem tecnologias sociais , vários eixos neste edital, mas ele sairá em
 1248 breve.

1249 **O SR. RICARDO PADILHA (DCD/SEDR/MMA)** – Obrigado a todos.

1250

1251

1252

01 de junho de 2012 – manhã

1253

1254 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Bom dia, nós temos a
 1255 apresentação do Doutor Paulo Pedro, da ASA. Resolveremos sobre a programação do
 1256 dia de hoje em 15 minutos para poder dar início à programação. O colega que chegou,
 1257 por favor, que se apresente.

1258 **O SR. ALEXANDRE MOURA (DNOCS/CEST/PE)** – Bom-dia a todos. Eu sou do
 1259 DNOCS, coordenadoria do Estado da Pernambuco No Estado de Pernambuco nós
 1260 temos cinco escritórios no Estado, além da sede. Nós estamos trabalhando também no
 1261 acesso à água, dentro do Programa Água Para Todos, trabalhando com as cisternas, de
 1262 plástico, com o Programa Água Doce, e a utilização de água subterrânea com a
 1263 preocupação quanto ao lançamento, à destinação do rejeito. Trago dados, a pedido do
 1264 Renato Saraiva, desse programa do Ministério do Meio do Ambiente, em que este ano
 1265 foram estabelecidos diversos convênios com os Estados. Então, foi ao todo conveniado
 1266 o valor total de R\$ 176.000.000,00. Assinados convênios com o Estado de Alagoas,
 1267 Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas, Ceará Bahia, Piauí e Maranhão para a
 1268 instalação, e número de sistemas a serem instalados de 1.083. Algumas preocupações.
 1269 A questão do Fundo Clima, com preocupações da conservação desse bioma,
 1270 lembrando a questão dos polinizadores, a conservação dos polinizadores nativos, que
 1271 são fundamentais na conservação desse bioma; o desaparecimento desses polinizadores
 1272 tem uma relação direta com a aplicação de determinados agrotóxicos.

1273 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Vamos formar grupos,
 1274 para que nós possamos, como Comissão, um colegiado ativo, ter alguns
 1275 encaminhamentos (deliberação por trabalhar os temas em plenária). Tem a apresentação
 1276 do colega da ASA. O que o Marcelo está propondo é que nós tenhamos em GT que faça
 1277 uma revisão do Regimento Interno, uma coisa de médio prazo. Agora, o que Paulo
 1278 propôs é um pouquinho mais amplo, que dá para deliberar aqui na Plenária, a questão
 1279 das estratégias de comunicação. Enquanto o Paulo faz a apresentação da ASA, eu vou

1280tentar sistematizar o que nós temos aqui de encaminhamentos e de pontos de discussão
1281e aí nós discutimos e deliberamos para fecharmos o dia de hoje.

1282**O SR. PAULO PEDRO (ASA)** – A sociedade civil traz aqui para apreciação dos
1283membros da Comissão uma grande preocupação e isso faz parte da nossa luta, da nossa
1284lógica de atuação nós estamos nesse momento de seca, com o nosso Plano Brasil da
1285ASA, da Convenção de Combate à Desertificação, está lá, mas eles resolveram
1286estabelecer que uma Convenção também tem uma implicação dos efeitos da seca que
1287está muito ligada a essa história. Então, eu acho que se nós, a Comissão, não podemos
1288demorar a reagir um pouco por causa das condições que são colocadas hoje. Nesse
1289Plenário, temos que aproveitar esse espaço para reforçar que a nossa lógica é de
1290convivência, não de combate. As contradições, às vezes, são muito grandes. O Brasil
1291que tem um atlas das águas e fala do abastecimento do semiárido brasileiro de forma
1292muito mais realista, de forma muito mais interessante do ponto de vista de atender as
1293diversas comunidades espalhadas no semiárido e de um Governo que faz a transposição
1294do Rio São Francisco sem garantir, sem respeitar, muitas vezes sem chamar a sociedade
1295civil para combater os diversos atores que podem bater. E nós sabemos que com todas
1296as dificuldades que se tem, mas a expressão das experiências agroecológicas do
1297semiárido brasileiro nesse País é o que tem de mais concreto. Do nosso ponto de vista,
1298da sociedade civil que está exatamente promovendo esse novo olhar sobre o semiárido.
1299Essa nova perspectiva de vida do semiárido, criar um novo clima no semiárido... um
1300duplo sentido, clima de esperança, clima de otimismo, clima de participação e clima de
1301democracia verdadeiramente vivenciada por diversos atores que fazem a sociedade, mas
1302um clima também ambienta. A agroecologia garante isso. Segurança alimentar, a água,
1303a recuperação das áreas degradadas, os sistemas agroflorestais, a biodiversidade, e agora
1304o companheiro Alexandre chama atenção para os polinizadores. As pessoas estão tão
1305preocupadas com o alimento, com a fome que ainda assola as comunidades; pelo
1306menos nós não temos mais os saques, estamos vivendo uma grande seca, uma das
1307maiores dos últimos 30, 40 anos, segundo os estudiosos. Em 93, foi o último saque que
1308eu assisti lá no Município de Oricuri, Pernambuco, era fome, não era roubo não, era
1309para a sobrevivência mesmo. Isso significa que nós temos alguns avanços e é esse
1310espírito que nós entendemos que a Comissão deve reforçar. A seca nos traz os desafios
1311como sempre, mas nos traz também possibilidades de refletirmos e eu acho que essa
1312Comissão e os autores precisam reforçar, é uma construção coletiva, e eu diria, que
1313nós da sociedade civil demos a nossa contribuição e é por isso que estamos aqui, nessa
1314Comissão, querendo o nosso espaço e estamos buscando colocar as coisas e discutir,
1315estamos aqui com propostas concretas que estão mudando vidas nesse semiárido. A
1316Comissão deve trabalhar além do PAN Brasil, os Planos Estaduais, eu fiquei feliz de ver
1317o informe rápido de que praticamente todos os Estados estão fechando os 11 Planos
1318estaduais, pelas políticas, mas já vejo que tem vários Estados que estão em seu processo
1319de construção de políticas já na Assembleia Legislativa para ser votada. Então nós
1320temos vários instrumentos, no I ENED eu diria que a ideia era de construir um pacto
1321pelo semiárido, vieram vários representantes, teve o Ministro na abertura, o Minc fez a
1322abertura no Juazeiro do Norte, na Bahia. Então, a política de agroecologia é um passo
1323importante que foi anunciado aqui, vai ser votada. A PNATER, que é a Política
1324Nacional de Ater, que tem agora os resultados da última conferência, que vai para
1325qualificar. A Água Para Todos que nos atinge mais diretamente, assim, um dos grandes
1326interesses nossos é a história da água, do Programa Água Para Todos. Temos garantido
1327água, acesso à água de qualidade e quantidade para as pessoas durante a estiagem, mas
1328também durante essas secas. Nós estamos trabalhando para que no Estado de

1329Pernambuco, o Governo possa substituir essas tais dessas cisternas de plástico, porque
 1330é mais cara, não envolve o processo, não trabalha pela cidadania e estão quebrando,.
 1331Então, elas não servem para a convivência no semiárido, elas servem sim para fortalecer
 1332a indústria da seca. Elas estão na contramão do que nós viemos construindo com a
 1333convivência digna e sustentável com o semiárido.

1334**O TELMO MENDES (MA)** – Um comentário a respeito da cisterna de plástico. Eu
 1335ainda não fiz nenhum trabalho, mas lá na universidade eu fiz um trabalho com a de
 1336você, de placas Fiz um trabalho em uma comunidade, onde 47% dessas cisternas já
 1337estavam rachadas. Então, eu acho que ASA também tem que rever o processo de
 1338distribuição de dinheiro para as cooperativas porque o pessoal da comunidade reclamou
 1339demais que as cisternas não seguem o padrão do folheto, não seguem a quantidade de
 1340cimento e eu como engenheiro civil vi que são programas estruturais. Então, antes eu
 1341sempre tomo cuidado com isso, antes da criticar a de plástico, da questão do trabalho de
 1342envolver a comunidade, mas aquele processo da de placas tem que ser revisto, porque
 1343nesse trabalho que eu fiz, 20% delas nem funcionaram. Então, se nós por um custo de
 1344R\$ 1.500,00 que era o que eu tinha de cada um, eram 100 cisternas, 20 já não
 1345funcionavam de cara, se multiplicar vezes 1.500, fora o trabalho, treinamento e etc., nós
 1346temos que rever antes logo, eu não analisei a de plástico ainda, volto à questão do
 1347trabalho, mas eu não gosto de julgar alguma coisa sem dados e essa de placa eu já estou
 1348lá no Maranhão, nós já estamos levantando, partindo para o Estado todo agora,
 1349publiquei até esse trabalho no Congresso de Educação Ambiental que nós tivemos em
 1350outubro do ano passado, nós precisamos rever isso daí porque causa um
 1351descontentamento e uma descredibilidade muito grande da ASA e o pessoal fica muito
 1352chateado porque eles têm uma expectativa muito grande dessa pouca água que vai
 1353conseguir reservar e aí a cisterna não está funcionando, ela racha, ela trinca e não
 1354acumula água. Só queria deixar esse testemunho.

1355**O SR. PAULO PEDRO (ASA)** – Obrigado pela sua contribuição. Quando nós
 1356trabalhamos com um processo que envolve muitas pessoas, nós sabemos que sempre
 1357tem dificuldades aqui e acolá, mas o processo como um todo são casos isolados e uma
 1358coisa eu posso dizer concretamente para vocês, a ASA não alisa nenhuma organização
 1359que faz um serviço da forma como não deveria ser feito e nós, inclusive concordamos
 1360plenamente com todos os tribunais que quando aparecer um caso desses tem que punir,
 1361tem que fazer e reconstruir. E as cisternas de placas, às vezes, pinta algumas fissuras
 1362aqui e acolá, mas as próprias famílias vão lá e recuperam isso já vi várias famílias...
 1363Passando-se cinco anos, 10 anos aparece alguma coisa aqui, acolá. A cisterna de
 1364plástico rachou, é lixo, lixo de R\$ 5.000,00. Eu tenho certeza que tem alguns problemas
 1365e problemas que são sérios, mas no conjunto das mais de 400.000 cisternas que a ASA
 1366já fez, são muito poucas essas questões que aparecem. Eu acho que tem uma diferença
 1367muito grande, mas eu acho pertinente a sua colocação e nós contamos com a
 1368participação da comunidade inclusive para chegar junto da ASA e dizer: “Olha, a
 1369cisterna que foi feita lá...” Nós não temos dúvida, sendo culpa do pedreiro ele vai lá
 1370refazer o trabalho. O direito da família é um recurso público e nós temos que fazer
 1371conforme o que está contratado e a ideia é ter a cisterna, não tem sentido e nós estamos
 1372trabalhando não só para ter a cisterna, mas para dar um referencial de como fazer
 1373políticas públicas e, nesse sentido, nós temos que ser seguro do que estamos fazendo.
 1374Minha gente, podemos enumerar outras políticas? Nesse campo da estocagem, em uma
 1375grande lógica que nós temos, que para viver no semiárido tem que ter estocagem de
 1376água, estocagem de alimentos para as pessoas e para os animais, sementes, semente é
 1377um patrimônio, foi falado aqui. Teve um evento aqui esses dias muito importante, na

1378 Paraíba tem um grande exemplo dessa luta pelas sementes crioulas. Então, tem aí um
1379 PAA trabalhando com essa coisa da estocagem, na segurança alimentar, o PNAE que
1380 está começando a fazer, algumas dificuldades no Município para acessar porque exige
1381 algumas condições e tal, mas eu acho que aqui, nós podemos pensar como é que nós
1382 podemos apoiar também as organizações a fazer frente a essas políticas. Às vezes se
1383 cria políticas tão interessantes e as comunidades não conseguem acessar por causa das
1384 condições mesmo de vida, organização, de infraestrutura. As feiras agroecológicas...
1385 Então, são estruturas que estão crescendo e que estão garantindo essa interlocução direta
1386 dos produtores com os consumidores, você tem uma relação importante, uma relação
1387 social, mas tem principalmente uma promoção para a garantia alimentar de um alimento
1388 saudável e por preço justo, tanto para quem está comprando como para quem está
1389 vendendo porque nós da agroecologia não trabalhamos para ser mais caros os produtos
1390 da agroecologia, muito pelo contrário, se pudesse até ser mais barato, nós temos é que
1391 garantir primeiramente a segurança alimentar do povo que passa dificuldades, então não
1392 pode ser mais caro, de jeito nenhum, por motivo nenhum não deve ser mais. E aí,
1393 chamar também atenção para o SAP, ontem teve apresentação do companheiro Luiz
1394 sobre esses dados, o Sistema de Alerta Precoce, o SAP. Tenho que fazer essa crítica, eu
1395 sei que nós precisamos ter informação, nós vimos que tem informações, é importante
1396 trazer esse assunto, mas nós precisamos que esses dados, essas informações elas
1397 cheguem nas comunidades, elas cheguem nos conflitos, elas cheguem nos sindicatos,
1398 cheguem nas associações, cheguem nas ONGs e não chegam pronta do jeito que os
1399 técnicos conversam, chega uma linguagem, tem que ver das pessoas entenderem. Ele
1400 disse que só dá para prever com três meses, mas já ajuda. Aquele anúncio ali no início
1401 de janeiro, se tivesse sido assumido com seriedade, se tivesse sido assumido com
1402 segurança de que aquilo mesmo ia acontecer, então, as pessoas tinham se organizado
1403 melhor para dialogar com as prefeituras, com os Conselhos, enfim. Esses dados já
1404 ajudam, esperamos que se no próximo ano já nós soubéssemos o que ia acontecer; pelo
1405 menos alguma previsão, aí ajudava muito mais ainda. As pessoas ainda olhando para
1406 mandacaru florando, para a formiga cheia de asa e isso aí acredita muita gente, mas
1407 como a natureza mudou muito, o clima mudou, os agricultores estão dizendo que não
1408 está funcionando mais, isso lá no sertão, o mandacaru florando em pé de um verãoão
1409 aí, caiu, secou e não choveu, eu nunca tinha visto aquilo, o pé de juazeiro caiu seco, que
1410 não cai, ou seja, para cair no molhado, não é? São vários indicadores naturais que eu
1411 não sei se é porque as gerações de hoje já não conseguem fazer mais a leitura, mas talvez
1412 tenha que fazer uma leitura também à luz das mudanças climáticas. Isso é um ponto
1413 importante, essa história de conhecimentos tradicionais que na convenção está
1414 contemplado, inclusive eu chamei atenção aqui ontem, na Conferência de Ciência e
1415 Tecnologia nós contemplamos também a história dos conhecimentos tradicionais.
1416 Então, tem esse site, ele tem um papel muito importante, mas ele precisa dar conta
1417 do seu papel e a às vezes é uma informação simples que precisa chegar, pode ser difícil,
1418 pode passar meses ali vendo satélites, foto aérea, tudo isso, mas depois dela prontinha
1419 ela pode, inclusive salvar vida, não é só nas enchentes e nos terremotos não, na seca
1420 também. Bom, aí como eu estava falando sobre a gestão, nós estamos um pouco
1421 preocupados, essa Comissão já é a quarta reunião e nós estamos também preocupados
1422 com a funcionalidade, nós precisamos melhorar essa funcionalidade. Eu estou
1423 entendendo que essa história da revisão do Regimento é ponto passivo, nós vamos
1424 caminhar. Então, gostaria só de tocar em alguns pontos mais específicos, por exemplo, o
1425 Ministério precisa ter uma dotação e nós não podemos chegar a um ano e entrar o ano
1426 sem saber qual é o dinheiro que vai botar a dinâmica de deixar de fazer uma reunião,

1427deixar de fazer uma reunião de um GT porque não tem recurso para nada. Então, nós
1428precisamos garantir essa Comissão, por isso que nós temos essa luta para ser um
1429Conselho, ainda temos esperança transforme num Conselho que talvez aí fica as coisas
1430mais garantidas, mas vamos trabalhar enquanto Comissão ter esse recurso para sua
1431funcionalidade. Como Comissão nós precisamos deliberar, precisamos dar uma
1432dinâmica melhor, e nessa dinâmica também precisa criar o GT, isso nós viemos
1433conversando também, acho que hoje poderíamos pensar. Alguns GTs, algumas
1434Comissões para tratar de alguns temas, por exemplo, o Regimento. Esse Grupo de
1435Trabalho formado tocar essas coisas, por exemplo, também esse de acompanhamento do
1436PPA que nós já temos aqui, que temos que reforçar. O de alinhamento, a discussão do
1437alinhamento do plano, enfim, só alguns exemplos. A história da comunicação, nós
1438estamos com uma proposta de que seja criado um grupo assim, um grupo tipo Combate
1439à Desertificação, eu tenho alguma coisa para dizer, eu quero que todo mundo saiba eu
1440jogo ali, coloco um texto e todo mundo já de lá tem uma reação e vai ser um banco de
1441dados que poderia alguém da própria diretoria ir organizando essas coisas. Mas não é só
1442a questão do preço é o custo benefício. Então, eu penso que se nós fizéssemos algumas
1443campanhas, por exemplo, de televisão, de rádio, bem enxugadinho, pequeno, pelo
1444menos em um dia falar o que é a desertificação, o que está se fazendo, porque
1445convivência com o semiárido e não combate à seca, construir isso para botar nos rádios
1446um instrumento poderoso de comunicação especialmente para as comunidades rurais,
1447mas também na televisão. Nós precisamos continuar planejando as intenções, talvez a
1448cada ano, no final do ano poder fazer avaliação do planejamento da Comissão, dos
1449trabalhos da Comissão. Por último dizer da importância que é esses estudos e
1450conversando com o pessoal do INSA nesses dias, na universidade de Pernambuco, a
1451ASA com a Embrapa. Então, hoje já se consegue minimamente dentro dessas
1452universidades, desses órgãos de pesquisa encontrar pessoas que estão interessadas em
1453desenvolver estudos e pesquisas. Então, essa Comissão tem um papel muito importante
1454nisso, já está fazendo, trouxe essa reunião para cá, chegou junto, acho que o INSA
1455realmente está se consolidando como uma instituição importante para contribuir com a
1456pesquisa, estudos e pesquisa aqui no semiárido. Então, era isso, desculpe se me
1457alonguei, mas assim é um pouco da nossa fala, nossa peleja enquanto sociedade civil
1458para contribuir nesse espaço que é tão importante no desenvolvimento sustentável não
1459só no semiárido brasileiro, mas contribuir com toda essa lógica que é nacional e que é
1460mundial, como a Rio +20, diversos povos, essa Comissão tem uma grande força, nós
1461construímos aqui fazendo um exercício muito importante, espero que tiremos todos os
1462encaminhamentos que sejam necessários para que essa reunião tenha valido a pena.
1463Obrigado.

1464**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Nós fizemos uma
1465sistematização dos pontos de discussão e eu proponho que sejam projetados e votados,
1466têm alguns pontos que Paulo já deu como encaminhamento que não estão aí. Só
1467tentando dar alguns encaminhamentos e fazer algumas reflexões do que o Paulo
1468apresentou, realmente nós sabemos que a estrutura que nós temos no Ministério é
1469extremamente limitada para o desafio, que é muito grande. Para vocês terem uma ideia,
1470hoje enquanto departamento nós temos menos estrutura do que quando era uma
1471coordenação, porque enquanto coordenação tinha um projeto de cooperação técnica,
1472uma equipe temporária, eram mais ou menos 16 pessoas à frente desse trabalho.
1473Vantagens e desvantagens. Era um processo de cooperação com parceria com o
1474Governo, mas com mecanismos poderosos que a cooperação técnica tinha para aquele
1475momento, foi muito útil nessa formalização para que nós pudéssemos hoje ter um

1476pensamento de departamento, porém, com desvantagens de não estruturar. Então, hoje
 1477nós estamos com um grupo muito pequeno, porém, com a vantagem de ser um trabalho
 1478institucionalizado. Isso, logicamente, a longo prazo tem suas respostas. No curto prazo é
 1479extremamente penoso, Vocês sabem da luta que nós temos para tentar cumprir os
 1480compromissos. Com todas as limitações, o esforço que nós viemos fazendo para honrar
 1481as demandas apresentadas pela Comissão que são nossas, nós somos parte dela, não
 1482estamos tratando como uma cobrança em cima de nós, somos parte dela. Estamos
 1483movimentando o que se pode em termos de articulação institucional. Então, dentro
 1484desse trabalho e em termos de comunicação vocês podem perceber que hoje, pelo
 1485menos uma vez por mês sai uma matéria sobre desertificação. Nós temos hoje uma
 1486assessoria de comunicação dentro do Ministério, que é focada na SEDR e a assessora de
 1487comunicação sistematicamente vem registrando os eventos. Nós não temos uma
 1488estratégia de comunicação, mas, pela experiência, por essa cobrança sistemática nós não
 1489temos um planejamento mais específico, mas nós viemos mantendo uma estratégia de
 1490comunicação. Se algum curioso abrir uma pesquisa na Internet vocês vão ver que nós
 1491temos uma ação sempre nas redes oficiais, nas páginas do Ministério, sempre está sendo
 1492registrado. Nesses eventos descentralizados existe em esforço de comunicação grande,
 1493aqui em parceria com o Ministério foi dada muita visibilidade a esta reunião, está na
 1494página da Globo, está nos jornais, está nos noticiários locais. Então, foi muito
 1495interessante essa divulgação que foi dada aqui. Então, com pequenos esforços nós
 1496fomos tentando atender essa demanda. Não é justificativa, estou mostrando que nós
 1497viemos, de uma certa forma, sendo alimentados por esta crítica e tentando, nos limites,
 1498atender.

1499**A SR^a. LARISA GAIVIZZO** – Eu tenho uma proposta de encaminhamento em relação
 1500à realização do evento de tecnologias sociais, que nós tirássemos um pequeno grupo
 1501para elaborar um projeto nesse tempo, incluindo o custo dele, isso em curto prazo já de
 150210 dias para que a partir das responsabilidades compartilhar, que nós possamos
 1503realmente, que os outros Ministérios e órgãos possam participar e contribuir com
 1504recursos financeiros efetivamente na realização do evento. O custo do evento não é alto,
 1505mas, na realidade, nós não temos dinheiro para realiza-lo na íntegra, em curto espaço de
 1506tempo. Poderia com base nesse projeto fazer a divisão dos custos com outros parceiros.
 1507**O SR. MARKUS BREUSS (IRPAA/BA)** – Bom dia. Eu gostaria de acrescentar um
 1508comentário à fala do Paulo Pedro, eu gostaria de desmistificar essa imagem que os
 1509planos estaduais estão todos muito bem, porque no caso da Bahia não é esse. Eu espero
 1510que nos outros Estados esteja melhor. No caso da Bahia o plano foi elaborado, com
 1511grande mobilização popular, trabalho de campo, chegou ao ponto de ser apresentado
 1512publicamente no ano passado, no dia 17 de julho de 2011. A partir daí não houve
 1513nenhuma comunicação, não houve nenhuma reunião do Comitê Gestor, foi
 1514reestruturada a Secretaria do Meio Ambiente, não sabemos onde foi parar esse projeto,
 1515quem é responsável. Nós da sociedade civil nem temos como reclamar porque nós
 1516vimos o andamento desse projeto, eu fiquei surpreso porque parece que em Brasília
 1517chegou. Eu não sei, mas nós na Bahia não sabemos onde está o Plano de Ação Estadual
 1518da Bahia e depois de uma grande mobilização, Governo, cooperativas, associações,
 1519temos uma cobrança muito grande. Então, se nós não fizemos alguma pressão nesse
 1520sentido, eu acho que não vai acontecer nada. Daí também eu estou questionando qual é
 1521o mecanismo que a Comissão Nacional tem para influenciar o bom encaminhamento
 1522dos Planos Estaduais. Se nós temos alguma forma de intervir nos Estados. E a outra fala
 1523é a respeito da publicidade que o Paulo Pedro também falou, fazer campanha, mostrar o
 1524trabalho da Comissão Nacional para o público mais amplo. Nós que trabalhamos no dia-

1525a-dia no campo, nós temos essa cobrança e no final das contas vocês fazem o quê? E
 1526daí... Você ontem Chico falou que nós temos 27 projetos em andamento, eu acho que é
 1527de extrema importância mostrar, divulgar entre nós para podermos dar resposta à
 1528sociedade e pensar alguma forma de campanha, de mostrar esse trabalho. Nós fazemos
 1529muito trabalho institucional, interinstitucional que não interessa tanto à opinião pública,
 1530mas o que de fato acontece, na realidade, lá na Caatinga, isso é o que nós devemos
 1531mostrar. Ter 27 projetos em andamento é uma coisa positiva que nós possamos mostrar.
 1532Obrigado.

1533A **SR^a. ALINE FERNANDES (CEMADEN/MCTI)** – Em termos práticos o SAP
 1534iniciou por um acordo de cooperação entre o MMA e o INPE. Foram contratados
 1535consultores para fazer interpretação de imagens, e a maioria deles já entregaram os
 1536produtos. Falta ainda um deles para entregar esses produtos e com a ampliação do
 1537CEMADEN nós conseguimos apontar mais recursos para o SAP. O projeto original é
 1538um dos núcleos desse sistema de alerta precoce, porque o objetivo inicial é definir
 1539índice de susceptibilidade à desertificação e fazer um cruzamento dos mapas
 1540topográficos, solo e as informações meteorológicas também. É como um sistema de
 1541apoio à decisão em que os usuários vão poder fazer algumas variações dos seus dados.
 1542Com esse aporte de recursos do Fundo Clima, e com a criação do CEMADEN também,
 1543nós vamos ter agora condições de contratar mais consultores e na outra reunião que
 1544tivemos, fizemos uma apresentação do estágio de desenvolvimento do SAP e foram
 1545feitas também sugestões para incluir indicadores socioeconômicos, então agora, nessa
 1546segunda fase nós estamos incluindo, pensando em contratar os consultores da área de
 1547geografia para complementar esses dados. A ideia é que seja um programa maior e que
 1548seja incluído no Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta dos Desastres Naturais,
 1549como parte de todo esse movimento. Porque inicialmente esses sistemas estão muito
 1550focados na prioridade das inundações e deslizamentos. Seca agora passou a ser uma
 1551prioridade também. Coincidentemente, logo depois da reunião técnica que nós fizemos,
 1552a Casa Civil, e o Planejamento já começaram a nos apertar por causa das condições da
 1553seca desse ano e o pessoal do CEMANDEN começou a usar dados, gerar mapas da
 1554Rede Clima mesmo, as ferramenta que nós temos para poder subsidiar o Governo para
 1555eles terem condições de definir suas ações emergenciais e de resiliência. As
 1556informações de resiliência não é função do CEMANDEN, são das outras instituições a
 1557partir das informações antecipadas que nós pudermos fornecer. Então, nós estamos aí
 1558em uma batalha diária para tentar melhorar o projeto. Nós vamos precisar da
 1559contribuição, depois que o sistema estiver já disponível, o primeiro protótipo, do pessoal
 1560que realmente está trabalhando com as comunidades, poder traduzir isso tudo vai ser
 1561importante. E uma das linhas de ações do CEMANDEN também é trabalhar com
 1562educação ambiental. Então, é também preparar as comunidades para quais são os
 1563recursos que elas podem ter, como acessar a Defesa Civil, isso em todos os desastres.
 1564Eu acho que isso foi uma conquista importante, essa cooperação com o MMA. Para
 1565vocês que estão vivendo com isso, pode estar demorando para o SAP chegar, mas com
 1566certeza este ano nós reforçamos, estamos com mais recursos humanos. Eu acho que é
 1567desenvolvimento, ciência e pesquisa. Então, não vai estar pronta amanhã, mas nós
 1568estamos fazendo todos os esforços.

1569**SR. LUCIANO SILVEIRA (ASPTA/ASA)** – Bom dia. Eu queria fazer uma proposta,
 1570mais um comentário porque teve a fala do companheiro Telmo, da Universidade do
 1571Maranhão e propor um encaminhamento. Eu vou logo pedir o encaminhamento porque
 1572é importante o Telmo fazer um comentário sobre os problemas das cisternas do
 1573Maranhão, que tem sido a nossa prática sempre que saem estudos ou qualquer tipo de

1574fiscalização que aponte problemas relativos às cisternas, mas temos sido os primeiros a
 1575querer essas informações para poder ver *in loco* o que está acontecendo e corrigir. E foi
 1576um pouco por isso que nós conseguimos ao longo desses anos ganhar a credibilidade
 1577que nós temos hoje com o Programa das Cisternas. A primeira coisa que é importante é
 1578saber um pouco o que é a rachadura porque nós temos recebido denúncias de
 1579rachaduras, quando é um problema de rachadura que implica em vazamento de água,
 1580sim, aí é um problema maior e nós temos que corrigir, essa tem sido a nossa conduta. Se
 1581foram cisternas construídas pela ASA Brasil nós temos feito essas correções. Nos outros
 1582Estados onde esse tipo de problema ocorreu é sabido que todos os reparos foram feitos.
 1583Têm rachaduras que são a emenda da tampa com a cisterna que é uma rachadura de
 1584trinca de emenda de cimento, que é uma coisa que não tem nem implicação no
 1585armazenamento de água, na conservação de água que, às vezes, aparece. Nós somos
 1586auditados pela CGU, todos os Municípios são auditados e nós acompanhamos. E nós
 1587temos o privilégio de ser uma das organizações mais estudadas pelas instituições de
 1588pesquisa, o que nos confere um valor imenso porque todos esses trabalhos de pesquisa
 1589acabam informando a assertiva do trabalho, seja da qualidade, a implementação das
 1590obras, seja também no processo de mobilização que decorre dessa ação, seja do
 1591fortalecimento das organizações dos impactos que essas implementações geram na
 1592qualidade das famílias. É isso que permite esse programa estar sendo hoje renovado
 1593conosco, em um termo de parceria novo que a Ministra Tereza Campello está indo dia
 159406 em Pernambuco para assinar, de R\$ 150.000.000,00 para o P1MC e para o P1+2, não
 1595sei se o valor é esse, mas um programa grande. E, além disso, uma série de contratações
 1596que estão sendo feitas. Agora mesmo o Governo do Estado da Paraíba está com
 1597conveniando com o Governo Federal R\$ 32.000.000,00 para a Segunda Água e eu não
 1598sei quanto para a Primeira Água, mas também um valor importante. Então, é todo... O
 1599volume de recurso destinado a esses programas, eles atestam a força desse programa.
 1600No Maranhão tem mais ou menos seis anos que o programa não opera, nós tivemos
 1601dificuldade lá na gestão do projeto, mas qualquer problema com essas cisternas já
 1602construídas é nossa responsabilidade e nós temos o dever e o compromisso de corrigir.

1603**O SR. MÁRIO JUNIOR (DIACONIA/PE)** – Eu só queria complementar a fala do
 1604Luciano dizendo que o nosso compromisso não é só exclusivamente com os programas
 1605da ASA, o nosso compromisso com é o semiárido, com as famílias agricultoras, é com a
 1606estocagem de água e é garantir água de qualidade no bloco das famílias agriculturas.
 1607Nós temos inclusive consertado cisternas que nem sequer estão no programa. Eu falo da
 1608minha região. Então assim, qualquer cisterna que tem problema, se nós podemos reparar
 1609também, conserta-se. É impossível que um programa dessa dimensão, com esse
 1610tamanho, não tenha pequenos problemas, mas são problemas resolvíveis e que nós
 1611temos o prazer de resolver.

1612**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só reforçando, eu sou da executiva da ASA Brasil e o
 1613companheiro que traz as informações da pesquisa, nós respeitamos muito a pesquisa
 1614porque nós somos também pesquisadores. E nós não somos construtores, nós não somos
 1615uma empresa feitora de cisternas, nós somos um processo de educação para o semiárido
 1616e água para nós é o centro importante. Evidentemente que nós de tantos com elemento
 1617final que é a cisterna, é um acúmulo de água, um estoque de água e como já disse aos
 1618companheiros, nós quando temos qualquer informação de algum equívoco de
 1619construção técnica, nós queremos ter conhecimento dele, queremos que seja
 1620oficializado, que mostre a metodologia da pesquisa e nos passe todas as informações da
 1621pesquisa. Nós identificamos as famílias que foram visitadas, os locais, os endereços, o
 1622nome das terras nossas, todas as terras nossas têm um GPS para localizar, para saber

1623onde que ela está, ela é uma política pública, é financiada por recursos públicos e,
 1624portanto, nós temos responsabilidade sobre isso muito forte. E é muito importante você
 1625passar essa pesquisa de cisternas, fotografias, metodologia, nós queremos recebê-las na
 1626ASA. Então você nos passe essa pesquisa, para enfocarmos no que ela foi feita, o
 1627período que foi feita, a metodologia que foi usada, identificar. Porque são 400.000
 1628cisternas, são 400.000 famílias, são quase 2.000.000 de pessoas. Como eu sei que é
 1629muito sério o trabalho da universidade, como eu sei que é muito séria a ciência,
 1630precisamos dialogar e nós estamos em um evento importante, a nível nacional, na
 1631Comissão Nacional, você traz uma informação que para nós é preocupante, é relevante,
 1632ela não vai ser negada, nós queremos sair daqui com seus contatos pessoais e telefones,
 1633que nós precisamos dialogar com você com todo respeito e apropriar também com você
 1634os seus conhecimentos, os seus saberes e também externalizar para você a nossa forma
 1635de atuação, nosso trabalho, toda a nossa pedagogia, nossa metodologia.

1636**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Eu queria lembrar que nós
 1637estamos em uma sessão num momento que era para iniciar as deliberações, assim, as
 1638informações são extremamente importantes, é necessário diálogo, mas também nós
 1639precisamos fechar. Então, tem dois colegas inscritos e o colega da CONTAG que no
 1640final quer dar um informe sobre a Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.

1641**O SR. LUIZ CAVALCANTI (INMET)** – Eu fiz questão de fazer o pronunciamento
 1642porque a colocação do colega do Maranhão que fala sobre as cisternas, que é realmente
 1643uma iniciativa de enfrentar a seca. Me deixou muito preocupado porque essa
 1644informação é nova para mim, ela veio se somar a informações que eu tive a
 1645oportunidade de participar da Agência Nacional de Águas, em 2010, houve uma
 1646convocação de todos os Governos dos Estados do Nordeste para falar sobre as barragens
 1647de grande capacidade. Segundo as apresentações, 90% das barragens de grande porte no
 1648Nordeste estão sem manutenção entre 30 e 40 anos. Então, eu acho que tem que ser
 1649feito um alerta de que tomem alguma providência. Uma cisterna realmente estourar
 1650pode ser recuperado, mas e as grandes barragens? Essas que não atendem não só o
 1651pessoal lá do interior, mas também até as capitais?

1652**O PROFESSOR DANIEL DUARTE (INSA)** – O problema das cisternas não é
 1653rachadura, muitas vezes é de traço. Ou seja, as comunidades, os pedreiros, as pessoas,
 1654os coordenadores, talvez eles não estejam policiando a questão aí da mistura correta no
 1655cimento com o material da região. Nós temos regiões que é um material mais argiloso, o
 1656traço é outro isso pode estar interferindo sim. O que Paulo colocou, o que o
 1657companheiro do Maranhão, o Telmo, colocou também para que isso seja observado.
 1658Bem, então, é importante que nós observemos isso, que a seca é uma desmobilização da
 1659população, das instituições frente ao déficit. Isso é mais para nós sistematizarmos
 1660melhor uma terminologia para a Comissão, para um Comitê, para um Conselho, o que
 1661quer que seja. Agora, é importante também que nessa discussão nós comecemos a
 1662verificar que é importante a aceitação, a validação, e principalmente a otimização das
 1663tecnologias geradas pelo semiárido porque nós falamos muito em tecnologia para o
 1664semiárido e muitas vezes esquecemos que tem tecnologia gerada pelo semiárido. Porque
 1665esse povo nunca esperou pelo Governo não, minha gente, é um povo que nas
 1666adversidades procurou soluções para produzir os 300 quilos de milho ou de feijão, está
 1667produzindo porque é o que o ambiente permite naquele momento, mas nós também
 1668temos obrigação de aceitar, validar e otimizar, principalmente otimizar essas tecnologias
 1669sociais que existem. Sem a extensão nós não chegaremos a nada, mas não é aquela
 1670extensão característica das EMATERs que existem nos Estados, é uma extensão, mais
 1671democrática, uma extensão com que todos nós estejamos envolvidos e não esperar por

fulano ou beltrano por uma determinada instituição que venha fazer isso por todos nós, todos nós temos essa obrigação. E dizer que aqui no Instituto Nacional do Semiárido nós temos um dúbio de desenvolvimento, tecnologias sociais e nós estamos nos colocando à disposição para ajudar nessa empreitada.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – A minha contribuição é sobre o que o Paulo afirmou sobre a necessidade de publicação dos instrumentos que (...). Nós fizemos essa conversa ontem a partir da constatação que a carga de trabalho, a carga de desafios para a Comissão Nacional de Combate à Desertificação é tão grande que nós temos que fazer com que a Comissão e as pessoas interessadas também consigam trabalhar entre as sessões, entre os encontros da Comissão, nós temos que viabilizar alguma forma de trabalho também entre as sessões e entre a proposta que se veicula de ter uma ferramenta que seria um grupo de troca de mensagem por outra proposta que vai mais longe, que é a instituição de um Fórum Eletrônico de Combate à Desertificação. Seria uma ferramenta de gestão de conhecimento que vai além comunicação, é algo que ordena conhecimento e informação, é comunidade fechada, com senha, uma forma de trabalho que permite que o trabalho continue após sairmos desse tipo de encontro e que nós continuemos trabalhando em eixos definidos, forma estruturada, de forma que permite que outras pessoas consultem e que acumulem. Esta seria a proposta de encaminhamento, encomendar a uma, duas, três pessoas daqui, que nós próximo encontro da Comissão Nacional se apresente o formato, a ferramenta já pronta para poder entrar em ação caso seja aprovado pela Comissão.

O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA) – A minha proposta é que nós revisemos os temas que estão colocados para deliberação, para votação. Uma estratégia que nós tínhamos adotado era justamente fazer com que para se ter uma gestão participativa das ações de combate à desertificação, que a Comissão fosse mais presente nas ações e aí foi a ideia dos GTs. O primeiro tema é com relação à inserção do INSA na Comissão Nacional de Combate à Desertificação. O outro tem a ver com o INSA coordenar esse encontro e nós estamos propondo tecnologias sociais para o semiárido e Larissa propôs como encaminhamento nós formarmos uma Comissão para elaborar um projeto com o objetivo, custo, para podermos avaliar. Nós já contamos com a sinalização da Maria do Socorro, representante da ANA que daria um apoio substancial de 300.000 para o evento. A outra proposta feita ontem, é o INSA ser reconhecido como a instituição que ficaria com a correspondência científica do Brasil na convenção. Aí nós estaríamos institucionalizando, participando desse modelo científico e fortalecendo uma instituição que foi desenhada e pensada para o semiárido. Aí tem a questão do Código Florestal, uma sugestão do Procópio. Um outro encaminhamento, o papel da Comissão na Rio+20. Outro tema é o encaminhamento que a Comissão Nacional para o documento da seca. O outro resgatando o que o colega do Ministério do Planejamento falou ontem. Então, a ideia é já que nós tínhamos na Comissão um Grupo de Trabalho para acompanhar o PPA e isso foi acatado, um primeiro Grupo de Trabalho seria já atuar em cima de uma informação que o planejamento nos passou, que existe um programa de 300.000 milhões, com recorte específico para o que nós queremos e sem maiores demandas. Então, seria nós criarmos um grupo aqui para elaborar esse programa e concretamente pedir a implementação na reunião. O outro foi o Ponto Focal de Pernambuco que propôs que se estruturasse a criação de um Programa de Unidades de Conservação na Caatinga. Tem a proposta de criarmos um Grupo de Trabalho dentro do âmbito da Comissão para fazer revisão do Regimento Interno, ver onde nós temos mais ambiente dentro do PPA que nós

1720possamos ter ações mais efetivas, o alinhamento do PAN Brasil, que não seja feito sem
1721a participação da Comissão, e a questão de uma estratégia de comunicação.

1722**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Nós temos proposto a criação de um Grupo de
1723Trabalho que tratasse da energia renovável, das questões agroecológicas, da energia
1724solar.

1725**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Então, é acrescentar mais
1726um Grupo de Trabalho aí.

1727**O SR. PROCÓPIO (SEAPAC/RN)** – Tem um Grupo de Trabalho já criado que teve
1728reuniões, com dois trabalhos a ser feitos, a discussão da institucionalidade da política de
1729combate à desertificação, e tinha um outro Grupo de Trabalho para fazer um resumo
1730executivo da primeira ideia para se retomar a história da carta compromisso dos
1731governos do semiárido para o pacto do desenvolvimento da questão social e ambiental
1732no semiárido. Então, esse Grupo de Trabalho reuniu, acho que duas vezes e também
1733tínhamos um Resumo Executivo inicial do primeiro ENED, que está aí na gaveta, tem
1734muita deliberação importante, tem muitas informações, que foi um esforço coletivo e,
1735inclusive com o compromisso da Presidência da República, dos Ministros da época,
1736enfim, em de todo o mundo e está lá as deliberações e não foi dado a eles uma
1737operacionalidade. Por isso que é preciso retomar as deliberações do primeiro ENED que
1738é responsabilidade desta Comissão. Então, é preciso que esse documento seja resgatado
1739porque são deliberações importantes.

1740**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – O que você falou daquele
1741Grupo de Trabalho é só questão de redação, o entendimento para mim é que o resgate
1742do ENED estava no PPA, mas eu acho que é melhor ser mais explícito, com certeza,
1743porque nós fizemos uma avaliação na construção do PPA, a única instituição que pegou
1744as recomendações do ENED e levou para seu PPA foi a ANA. Então, vocês vejam que é
1745muito pertinente essa crítica, nós fizemos o maior esforço para tentar pegar as
1746recomendações do PPA e fazermos serem refletidas nele, mas a única instituição que fez
1747por conta própria foi ANA. Também como informe, vocês receberam na pasta, na
1748pequena sistematização do trabalho do Grupo de Trabalho que foi criado para a questão
1749da política, que fez o seu papel, houve uma articulação, inclusive uma ata, nós fizemos
1750um documento da ASA com o encaminhamento oficial da ASA, só para mostrar que
1751essa estratégia do Grupo de Trabalho funciona e que foi interessante.

1752**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Na esteira de mais um insumo que eu acredito
1753importante, há 15 dias atrás na Conferência Regional da Caatinga foi produzido um
1754documento com uma série de compromissos, que foram recepcionados pelos
1755governadores dos Estados do Nordeste, que também esse documento possa servir de
1756insumo, de matéria-prima para a elaboração desse documento que está sendo feito aqui.

1757**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Vamos deliberar sobre a
1758criação desses GTs porque se criados, a Secretaria-Executiva vai cobrar o trabalho dos
1759Grupos de Trabalho. E outra coisa que nós vamos ter que fazer por conta de regimento é
1760a questão de assegurar as participações e muito cuidado nas deliberações. Porque como
1761é um colegiado deliberativo, para votar tem que ter mandato. Então assim, nós vamos
1762ter mais formalidade nesse processo para poder assegurar a legitimidade dos
1763representantes do Grupo de Trabalho (*deliberação pela criação dos GTs*).

1764**A SRª. ELESSANDRA (CEDECMA/AL)** – Uma proposta que eu vou fazer, que se
1765garanta recurso do Fundo Clima para execução dos PAEs dentro dos Estados.

1766**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Eu posso então ampliar a
1767proposta? Que a Comissão delibere que os instrumentos de fomento que estão sobre a
1768alçada do MMA e de suas articulações também direcionem para a questão do combate à

desertificação. Pode ser assim? Porque fica mais amplo, tem o Fundo Clima, tem o Fundo Caatinga, tem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. O que ela está querendo enfatizar, deixar destacado nas entrelinhas é a sintonia disso com a implementação dos PAEs. O que eu estou querendo dizer é esses instrumentos de fomento sejam um instrumento de implementação dos Planos Estaduais. O edital é específico porque os recursos, essa ação de fomento visa promover implementação dos Planos Estaduais. A rigor o projeto deveria dialogar com o seu PAE. Deveria ser uma ação do PAE. Foi assim que nós pensamos dentro do Ministério, ou seja, eu recebo um projeto da Paraíba, ele está vinculado à área prioritária que o programa da Paraíba aponta como tema prioritário.

A SRª. ELESSANDRA (CEDECMA/AL) – Eu só queria fazer um esclarecimento, eu entendo que a Comissão está tratando do tema desertificação como um todo, sem deixar de lado as outras da área que não são consideradas semiárido e em determinados momentos nós certamente vamos tratar o semiárido de forma específica porque tem uma história, tem em legado, mas em determinados momentos nós devemos ter um foco, trabalhar nas ASDs como um todo para, inclusive dar a oportunidade para que os outros Estados que não têm semiárido perpetuem a discussão na sua região. Eu só queria fazer esse tipo de esclarecimento para nós ficarmos atentos e algum momento vai ser relevante para o meu Estado e isso ser visto dessa forma.

(discussão sobre a delimitação do semiárido e ASDs)

O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA) – As ASD, englobam o semiárido, mas são maiores do que o semiárido. São também as áreas de entorno do semiárido. Tudo que está no semiárido, via de regra, está contemplado nas ASDs.

O SR. RICARDO PADILHA – O INSA para estudar o semiárido ele vai ter que estudar o que o professor Luiz Cavalcanti ontem falou, semiárido é uma questão climática, semiárido e subsumido seco. Isso é a questão climática, ela pode mudar, ela pode estar localizada inclusive em pontos que não sejam no Nordeste, como no Rio Grande do Sul há zonas áridas porque chove menos do que em certas regiões do Nordeste. Essa disputa aqui do Maranhão entrar para o semiárido só tem validade se for científico porque ali deve ter um tipo de olhar diferente, mas não para receber recurso. Todos têm que receber recurso, ou seja, aqui nós não podemos construir espaços para se beneficiar de recursos públicos ou privados, ou de opinião pública, nós temos que romper com essa indústria da desertificação, a indústria do Nordeste, isso não interessa ao povo. O que interessa é soluções concretas, seja aqui ou em qualquer lugar. Nós temos que romper com essa visão que nós somos diferentes, não somos diferentes, nós somos brasileiros e a questão do semiárido, da aridez e etc., em que obedecer critérios científicos e não geopolíticos de tradições arcaicas.

O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA) – Tem gente inscrita querendo falar. Damos a palavra ou nós vemos para as deliberações? Vamos votar, para ser democrático. Quem é a favor de voltar com as deliberações e corrigir as deliberações, mais nada. Eu vou ter que contar. Então, vamos continuar. Bom, tinha essa da realização do planejamento anual, que foi uma recomendação do pessoal da ASA. Outro tema que está para deliberação é a elaboração do Fórum Virtual, que foi a proposta do colega em caráter experimental, a ser apresentado na próxima reunião da Comissão. Então, é a criação de um Grupo de Trabalho. O próximo seria a preocupação da colega de Alagoas na questão do apoio aos PAEs. Bom, uma última tem a ver com a questão do alinhamento do PAN. Como nós temos limitação por parte o Decreto, ou seja, tem o Decreto que criou a Comissão, que estabelece quem faz parte da Comissão. Então, estamos tentando a deliberação, a questão do INSA ela já está contemplada

1818quando o INSA representa o Ministério da Ciência e Tecnologia na Comissão, o que
1819está se pautando é a formalização. Mas, o INSA é o representante do Ministério de
1820Ciências e Tecnologia. Então, a intenção é convidar representações dos povos indígenas
1821e quilombolas, para que eles estejam mais presentes para o alinhamento do PAN, não
1822interferir na questão inclusive territorial que tem uma Normativa toda específica. Mais
1823alguma coisa? Então, vamos entrar nas deliberações...

1824**O SR. PROCÓPIO (SEAPAC/RN)** – Aí a proposta era ter reuniões, aí eu não sei se da
1825Comissão, ou de um grupo que possa acompanhar a reunião do CONAMA, que é uma
1826discussão séria. O CONAMA tem deliberações importantes, temos várias e não tem
1827nenhum diálogo com essa discussão da convenção da desertificação.

1828**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Então, a preocupação do
1829Procópio é pertinente, assegurar a presença de uma representação da Comissão nas
1830reuniões do CONAMA. E para isso, uma reunião preliminar. Aí eu vou fazer uma
1831crítica, se me permitem à sociedade civil, Paulo, como ponto focal vem insistido para
1832que nas reuniões da Comissão seja viabilizado um momento para a sociedade civil que
1833anteceda a nossa reunião, e sistematicamente eu vejo o esforço dele, que chega na hora
1834e os colegas não chegam. Então estou fazendo uma crítica por ele. Para nós
1835valorizarmos essas oportunidades.

1836**O SR. PROCÓPIO (SEAPAC/RN)** – Outro ponto é a PEC da Caatinga que não está
1837colocado e nós precisamos retomar.

1838**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – O Gileno, da Assessoria
1839Parlamentar do MMA, antes de sair vai dar um informe, nós estamos de fato
1840trabalhando muito próximos da assessoria parlamentar, todo o movimento que nós
1841estamos fazendo, seja como representação da Comissão ou como departamento. E a
1842PEC da Caatinga é uma luta que nós temos... Mais alguma coisa?

1843**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Na verdade o seguinte, eu queria deixar amarrada aí
1844essa questão... Na época do Projeto de Transposição do São Francisco, o projeto que
1845politicamente foi um pacto, o Governo Lula conseguiu pelo menos iniciar o projeto,
1846conseguiu convencer a sociedade, políticos e etc. principalmente quando ele mostrou a
1847contrapartida do projeto de revitalização, porque principalmente a comunidade
1848científica batia muito com relação às condições do Rio São Francisco, das condições
1849dos Municípios que estão nas margens, na calha do São Francisco. Então, o Governo
1850Lula decidiu criar essa carteira de revitalização do rio e dentro dessa carteira de
1851revitalização tem saneamento dos Municípios que estão na calha e nas bacias
1852receptoras, que inclui projetos de resíduos sólidos, de abastecimento de água,
1853esgotamento sanitário. E uma outra parte dentro dessa carteira de revitalização é essa de
1854controle e processos deduzidos pelo SIPE, que está em torno de 330.000.000.

1855**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – E, na verdade, o que seria a proposta desse Grupo de
1856Trabalho aí? É interceder, tentar até auxiliar, apoiar a CODEVASF para que esses
1857projetos tenham andamento porque a CODEVASF tem a grande dificuldade com
1858relação à desapropriação de áreas, principalmente de áreas ribeirinhas, eles não estão
1859conseguindo desapropriar e não conseguem executar as ações de recomposição de mata
1860ciliar e eu acho que talvez o DNOCS dos órgãos aqui componentes dessa Comissão vai
1861interceder junto à CODEVASF. Eu acho que o principal objetivo desse Grupo de
1862Trabalho é esse daí, mas do jeito que está aí talvez não está tão compreensível.

1863**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Então, para nós não
1864criarmos expectativa. Registrar a iniciativa do Ministério junto com os Estados, iniciar
1865uma proposta para fechar daqui para agosto, só que como eles estão fazendo da calha e
1866entra no detalhe que a CODEVASF está tendo dificuldade para terminar, a minha

1867pergunta é a seguinte, o Ministério do Meio Ambiente fez um esforço e apresentou um
1868levantamento em 265 comunidades, elaborou um projeto, fez um diagnóstico nessas
1869comunidades e elaborou um projeto de intervenção, com tecnologias sociais para
1870reverter ou evitar esse processo de degradação. Cada comunidade teve esse projeto
1871discutido, aprovado na comunidade, e nós fechamos uma proposta para encaminhar para
1872a CODEVASF, eram 30.000.000. Mas, não tem nada a ver com a mata ciliar porque a
1873calha é só mata ciliar e aí muda completamente a mobilização que nós tínhamos feito
1874com os colegas da ASA e com os pontos focais estaduais. Porque se for isso, é assim, é
1875o famoso mata ciliar. É só isso?

1876**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Não é só isso. É mais amplo porque as principais
1877atividades são... Não é só isso não. Ou está errado da forma que está aí. Isso que e eu
1878fiquei preocupado porque depois quando o Grupo de Trabalho for se reunir ele não
1879perceber direito qual a missão dele.

1880**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – O Grupo de Trabalho vai
1881ser subsidiado, inclusive com essa proposta que já foi feita pelo Ministério do Meio
1882Ambiente, que está pronta como a Câmara.

1883**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – É um questionamento e uma sugestão... O MAPA
1884propôs que fossem detalhados, indicados pelo menos os 27 processos que você falou
1885que está em andamento e eu acrescentaria a identificação e o monitoramento desses 27
1886projetos. E aconteceu uma coisa muito importante que foi a distribuição da ata da 3ª
1887Reunião Ordinária, vejam, o lapso temporal foi muito grande entre a 3ª reunião e a 4ª e
1888nós vemos na folha 17 os encaminhamentos que tiramos naquela oportunidade. Alguns
1889foram efetivados e outros, a grande maioria, não. Aí o Governo vem fazendo um rol
1890enorme de novo de coisas para deliberar. Eu pergunto, eu não estou afirmando, não
1891seria bom nós darmos uma repassada no que ficou pendente da terceira para nós vermos
1892se vai ou não retomar? Aí uma sugestão que vai ao encontro da proposta do Wouter, da
1893comunicação, eu acho assim, e aí uma sugestão, essa ata dessa 4ª reunião não pode
1894demorar seis meses para sair. Nós perdemos o tempo de apreciação e de contato com os
1895temas. Então, eu sugiro, Chico, que, eu sei das dificuldades do departamento, da
1896diretoria, mas assim, a primeira missão é segunda-feira seja degravar essa reunião, e já
1897disponibilizá-la aqui ao Conselho, tem nossos e-mails todos aí para que nós possamos
1898encaminhar, para não ter um lapso temporal tão grande e nós perdermos o contato. Está
1899certo?

1900**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – É um fato, isso é uma
1901dificuldade tremenda, a degravação são 200 páginas, de tudo que está sendo falado aqui
1902e aparece desse jeito, então você conhece o sistema de degravação. Então a degravação
1903é a coisa mais fácil do mundo e rápida, o problema é alguém ter tempo para formatar a
1904ata. Para você entender, tem 30 processos na mesa nossa que era para ser entregue
1905ontem, de monitoramento de projetos. Ou seja, ou nós paramos para isso ou tem a
1906cobrança do TCU. Por conta disso, nós estamos estruturando uma secretaria executiva
1907para a Comissão dentro de departamento, para se dedicar à Comissão, que também vai
1908cobrar dos Grupos de Trabalho. A sua proposta é repassar aqui para ver se algum desses
1909encaminhamentos está refletido ou não estão. Então, querem minimamente olhar na
1910página 17 e nós fazermos um comparativo? Então, só o primeiro ponto, o que seria uma
1911reunião extraordinária ou uma reunião ordinária, que foi inviabilizado por falta de
1912recursos no Ministério.

1913**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Eu sugiro que na próxima vez, consulte os parceiros
1914governamentais para lhe ajudar nessa tarefa dos recursos.

1915 **SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Está registrado. Próximo
1916 ponto, a criação das Câmaras Técnicas, ou seja, o GT da política de combate à
1917 desertificação foi feito e atuou; no GT para acompanhamento do PPA nós fizemos uma
1918 revisão do que está no PPA, o Planejamento também fez uma revisão, existem mais
1919 objetivos no PPA e Programas que refletem ações na desertificação do que na própria
1920 revisão do Ministério do Planejamento. Outro ponto, os Programas Estaduais de
1921 Segurança Alimentar, isso está jogado.

1922 **O PROFESSOR DANIEL DUARTE (INSA)** – Então, é uma proposta de inserção,
1923 nesse momento está sendo formatado e já em fase de execução do MEC, um programa
1924 chamado PRONACAMPO. Esse programa surgiu em função principalmente da
1925 constatação de que principalmente no que nós conhecemos como semiárido,
1926 conhecemos também como ASDs, existe um problema muito sério de alfabetização. É
1927 analfabetismo. Então, nesse momento o MEC ainda está receptível a contribuições no
1928 sentido de que essas escolas do campo... Porque o programa é voltado principalmente
1929 para as escolas, a princípio são escolas na zona rural, mas que nós podemos, como
1930 instituições, e esta Comissão também poderia, trabalhar no sentido de que sejam escolas
1931 do campo voltadas para a convivência com a semiaridez ou o combate à desertificação.
1932 Porque aí nós criaríamos uma semente da tecnologia social, a semente de muitas coisas
1933 que estão sendo discutidas aqui seria jogada no solo fértil, no solo que foi fertilizado
1934 pelos princípios da educação. Está certo? Então, esses jovens que estão lá no ambiente
1935 de desertificação, ou no semiárido, estariam sensibilizados para essa questão.

1936 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Só uma explicação. O que
1937 o Procópio está cobrando do ENED é exatamente isso, porque isso está lá no ENED,
1938 qual é a obrigação, ou seja, o que toca ao MEC. Nesse documento o MEC mais ou
1939 menos aponta para isso.

1940 **A SRª NÃO IDENTIFICADA** – Me perdoe. Só para complementar a informação de
1941 Daniel, existe no MEC um Programa Dinheiro Direto na Escola, você pode usar esse
1942 recurso cerca de R\$ 12.000,00 por escola para instalar bomba, para refazer fiação
1943 elétrica, para refazer, onde existe, refazer instalações sanitárias desde que tenha um
1944 Conselho Escolar. Então, esse programa já existe e a adesão, infelizmente, das escolas
1945 situadas no semiárido é muito baixo.

1946 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Então, vamos lá. Dos
1947 pontos que estão na ata da terceira reunião, já falamos das Câmaras Técnicas; o debate
1948 sobre o Programa de Alimentação está vazio. Então, é um ponto pendente da pauta
1949 passada. Solicitar aos Estados que apresentem um planejamento para a execução dos
1950 PAEs, prevendo as dificuldades de uma agenda comum, é o que a Elessandra, da
1951 sociedade civil de Alagoas cobrou. Discutir mudanças no Código Florestal, as
1952 participações que ocorreram em termo Código Florestal foi por caráter pessoal, não foi
1953 em nome da Comissão. Agora então, ele está retomado aqui. Vai haver o debate para
1954 nós vermos o encaminhamento. Retomar o pacto, a decisão no semiárido é o que
1955 Procópio manda recuperar da questão do ENED. O seis e o sete estão iguais. Na
1956 próxima reunião do semiárido figure dois dias, minimamente cumprimos, foram três, no
1957 primeiro se discutiu a COP10 e os PAEs. Essa dos PAEs ficou um pouquinho
1958 esvaziada. No segundo as Câmaras Técnicas, pelo menos nós estamos caminhando para
1959 elas. Discutir os PAEs focados para 2012, isso não houve, isso era para ter ocorrido em
1960 dezembro ou novembro. O curso de cromatografia do solo, sinceramente eu não sei
1961 quem foi que propôs esse ponto, deveria estar mais explicitado aqui. O item 11 também
1962 não foi cumprido. Criar os Agentes Comunitários de Saúde, sinceramente eu estou
1963 achando isso um problema de redação.

1964**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É criar os agentes de combate à desertificação. É que
1965está errado aí. Aqui a proposta é de criar Agentes de Combate à Desertificação, usando
1966um pouco a metodologia dos Agentes de Saúde.

1967**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Beleza. Aprofundar a
1968interação da Comissão com a Comissão da Biodiversidade, com os Fundos de
1969Conversão da Dívida Americana, com Fundo Caixa, Fundo Caatinga e com o
1970monitoramento do desmatamento. Isso está extremamente contemplado. Nós fizemos
1971uma matriz sobre a estratégia financeira e implementação da Convenção e todos os
1972fundos que o Ministério Meio Ambiente hoje tem ação ou está articulado, estão
1973apoioando projetos de combate à desertificação. Os projetos de convenção da dívida, o
1974esforço nosso foi apoiar projetos voltados para os processos de conservação. Então,
1975apareceram oito projetos, acho que um conjunto de 20, se não me engano, foram
19764.000.000 em número redondo para apoiar a criação de Unidade de Conservação na
1977Caatinga ou a qualificar o processo de gestão.

1978**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – O CONABIO está elaborando um mapa das zonas
1979prioritárias para conservação do uso sustentável e repasse de benefício. E o tema da
1980caatinga não estava proposto. Eu acho que não estava claro. Tinha ficado da Secretaria
1981Executiva da Comissão dialogar com a Secretaria de Biodiversidade e Floresta para
1982assegurar a temática da caatinga na elaboração do mapa para definir área prioritária.

1983**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Não ocorreu dentro da CONABIO, já foi aprovado o
1984mapa, já tem um processo de publicação e o próximo mapa é o bioma Caatinga. Então,
1985ficou a sugestão na reunião passada de a Comissão dialogar com a CONABIO e com
1986esse Grupo de Trabalho que vai estar fazendo esse trabalho. Para nós também conhecer
1987e colocarmos as nossas contribuições.

1988**O SR. CHICO** – Nesse ponto nós temos tranquilidade que, primeiro, tem um mapa
1989específico do bioma caatinga, está contemplado, o que nós precisamos definir é a
1990estratégias de participação da Comissão porque nós enquanto departamento e enquanto
1991ação articulada com a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, nós estamos muito bem
1992representados, tem a equipe Núcleo da Caatinga, inclusive existe uma intenção dessa
1993equipe ser incorporada ao Departamento de Combate à Desertificação, mas numa
1994reunião entre os secretários ficou visto que era mais estratégico nós mantermos o núcleo
1995Caatinga na Secretaria de Biodiversidade e Florestas e trabalhar de forma extremamente
1996articulada com ele. É assim que nós viemos fazendo, todas as ações da desertificação
1997com o Núcleo Caatinga está presente, e nas ações da secretaria o departamento se faz
1998presente. Então, estão somando e por coincidência nos grandes debates lá no Banco
1999Nordeste, estavam os dois representados, na reunião da Confederação Nacional das
2000Indústrias estava o Núcleo Caatinga, está junto. Então, enquanto Ministério, nós
2001estamos tranquilos de que isso está contemplado, agora se a Comissão quer se fazer
2002presente nós temos que criar um Grupo de Trabalho ou deliberar que alguém aqui, com
2003capacidade técnica, conhecimento técnico e facilidade, seja o representante da
2004Comissão. Tem dois caminhos, ou nós aceitamos essa ação do departamento e do
2005Núcleo Caatinga como representação, ou nós deliberamos que uma pessoa passa a ser o
2006representante da Comissão. Certo? Tudo bem. Beleza. Isso aí que nós estamos
2007integrados nesse trabalho. Com certeza e eu vou dizer para vocês qual é o nosso foco.
2008Normalmente esses mapas eles tentam focar na parte da conservação e nós viemos
2009batendo pesado que é conservação, uso sustentável e repartição de benefício. Isso para
2010assegurar os trabalhos históricos das comunidades extrativistas e assegurar que o uso
2011seja integrante de uma política mais ampla de conservação, não só criação e
2012identificação de área preservação. Então, aqui nesse ponto nós precisamos fazer uma

2013deliberação, se vocês vão aceitar que secretaria acompanhe e faça o processo de
2014publicação em cima da proposta do colega que centraria nesse Fórum de Gestão do
2015Conhecimento. Intensificar os esforços para a PEC, aí o colega Gileno vem
2016acompanhando isso. Bom, intensificar esforços para a questão de Unidades de
2017Conservação. Veja, já é parte desse encaminhamento, mas é importante nós sabermos
2018que o Ministério fez um estudo junto com o Núcleo Caatinga e com um antigo projeto
2019que tinha de conservação, uso sustentável da caatinga, apontando toda uma estratégia
2020para a criação e gestão das Unidades de Conservação da Caatinga. Isso entraria como
2021ponto de pauta do Plano de Combate ao Desmatamento da Caatinga. Então, esse esforço
2022técnico está pronto e precisa só ser socializado. Ele é amplo, envolve as três esferas,
2023inclusive municipal. Intensificar os esforços para a conservação de espécies
2024classificadas como ameaçadas de extinção, raras e superexploradas. O colega João
2025Arthur do Núcleo Caatinga propôs uma pauta específica sobre isso. Inclusive, está se
2026lutando junto com a nossa assessoria parlamentar e foi feita uma Minuta de um Decreto
2027para o Programa de Conservação da Caatinga, e esse Decreto está na Casa Civil. Só
2028para vocês saberem que nós estamos trabalhando essa pauta.

2029**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só uma observação, enquanto o Decreto está parado
2030nós estamos sugerindo que no encerramento dessa reunião nós plantemos o exemplar de
2031uma árvore em extinção da caatinga, um exemplar de Imbiratanha, prima da barriguda,
2032e nós vamos simbolicamente plantar aqui para consolidar... Enquanto o Decreto está
2033parado nós estamos plantando.

2034**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Registrado. Então, pronto
2035pessoal. Gileno vai falar.

2036**O SR. GILENO** – Acredito que daqui para frente, conhecendo um pouco mais a
2037Comissão, nós vamos nos dedicar mais nessa questão. Duas coisas que eu tenho focado,
2038uma é a questão da Política Nacional de Combate à desertificação e outro é o resíduo
2039sólido. Tenho acompanhado essas questões com muito carinho. E eu queria deixar
2040quatro pontos que eu acho fundamentais para a Comissão, primeiro, que eu falei ontem
2041do cenário nacional, essa eu não sei como vai ser a estrutura de intervenção, como vai
2042ser esse esforço de uma questão executiva mais presente em Brasília da sociedade civil,
2043que é fundamental, é fundamental a presença da Comissão num cenário nacional. E
2044junto a isso essa questão que nós estamos trabalhando e inclusive precisamos costurar
2045na diretoria essa questão da Frente Parlamentar de Combate à Desertificação e de
2046Convivência no Semiárido, esse nós vamos tentar ainda esse ano articular com os
2047parceiros, deputados, senadores, é um fortalecimento desse trabalho nosso, de vocês
2048aqui, essa frente é um palco que chama atenção daquele evento, as frentes estabelecidas,
2049é um palco muito importante que nós vamos tentar consolidar daqui para dezembro. E
2050outra coisa é essa questão da eleição, de nós termos um olhar, uma nota, alguma coisa,
2051um encaminhamento dessas instituições que... Se o Estado entraria nessa história, mas
2052uma nota é importante, uma orientação para a questão dados principalmente
2053majoritários. E por final gente, é a questão que eu vou ficar com o compromisso de
2054vocês também, que está depois e-mail de todos na ata, e eu vou repensar todos os
2055projetos de lei que têm a ver com conosco, que têm a ver com essa questão de combate
2056à desertificação, a questão do semiárido, convivência, tudo que tiver nessa área, fazer
2057um levantamento com a equipe e vou mandar para o e-mail de vocês. E eu queria dar
2058um destaque especial para a questão que vai ser muito polêmica, o Código Florestal
2059ainda este ano. Esse Projeto de Lei é um projeto que vai mexer muito com a questão da
2060estrutura brasileira do meio ambiente, da questão de mudanças climáticas, é um projeto
2061que vai ser pautado esses dias ou talvez no próximo ano, depois da eleição, na eleição

2062praticamente o Congresso dá uma parada. Mas, eu gostei muito de estar com vocês e
2063ouvir a discussão aqui, os trabalhos que estão sendo encaminhados e eu estou me
2064colocando à disposição, eu assumo esse compromisso de manter essa relação com
2065vocês. Muito obrigado, foi um prazer estar com vocês.

2066**O SR. MARCELO RIBEIRO (AL)** – Eu queria saber o que essa Plenária vai
2067deliberar sobre a questão do Código Florestal.

2068**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – O que nós estamos propondo hoje aqui, já que a
2069Comissão por suas razões já explicitadas, atendeu deliberação posta por diversas razões
2070e natureza, inclusive, saiu uma nota do Comitê em Defesa das Florestas e do
2071Desenvolvimento Sustentável, uma nota que eu reputo da melhor qualidade. Então, nós
2072estamos propondo, eu posso ajudar organizando esse espaço, fórum dialogado, a uma
2073moção de apoio à nota que saiu. É a única coisa que nós estamos propondo aqui, uma
2074moção de apoio à nota. Nós temos duas moções, uma moção de apoio a essa nota e uma
2075moção de apoio ao documento da ASA.

2076**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Então, nós saímos para
2077almoçar e retornamos para as deliberações e enquanto isso nós vamos replicar a nota.

2078

2079

01 de junho de 2012 – tarde

2080

2081**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Bom, podemos voltar
2082agora para os encaminhamentos? Tentar fechar. Bom, eu tinha uma sugestão, o Grupo
2083de Trabalho que foi criado ficou de preparar um documento para ser apresentado pela
2084Comissão e submeter ao Governo em cima de três pontos. Um era reivindicar a
2085participação da Comissão no Comitê Integrado de Combate à Seca na Região do
2086Semiárido Brasileiro. Esse Comitê foi criado por uma Portaria do Ministério da
2087Integração e o Ministério do Meio Ambiente e essa própria Comissão não se faz
2088representar aí. Então, uma proposta desse Grupo de Trabalho foi primeiro reivindicar a
2089inclusão de uma representação da Comissão no Comitê. A outra era a mudança do nome
2090para resgatar todo o esforço que vem sendo feito, de convivência com o semiárido. E o
2091terceiro era em cima das experiências, dos planos estaduais de combate à desertificação
2092e mitigação referente à seca, apresentar propostas que poderiam ser absorvidas nessas
2093estratégias desse Comitê para que numa situação de emergência nós preparássemos
2094ações ou déssemos encaminhamento de ações estruturantes. Como nós aqui temos duas
2095propostas de encaminhamento de moção, eu daria então, como também uma sugestão
2096que nós déssemos encaminhamento nesse sentido, e aí nós preparemos esse documento
2097e submetemos depois à Comissão por meio eletrônico e fechamos o documento. Mas,
2098pelo menos a reivindicação da presença da Comissão nesse Comitê já fica registrada,
2099nós vamos, como Secretaria-Executiva fazê-la acontecer. Aí fica para apreciação, como
2100mais um tema para deliberação ou não. O documento do Grupo de Trabalho já foi
2101entregue a todos.

2102**A SR^a. MARIA DO SOCORRO (ANA)** - Eu quero fazer uma consideração somente.
2103Uma estratégia. É preciso ter uma estratégia aí porque o que aconteceu na criação do
2104programa água para todos, eles incluíram responsabilidades quanto à regulação e isso
2105está sob a responsabilidade da Agência Nacional de Águas, sem consultar a Agência
2106Nacional de Águas e a Agência Nacional de Águas não tem assento no programa água
2107para todos. Nem voto nem nada. Aí foi feita uma correspondência relatando o que
2108aconteceu ao gabinete da casa civil, que recepcionou falou muito bem do Ministério da
2109Integração se pronunciar, um ano depois nós não temos nenhum pronunciamento.
2110Então, não basta reivindicar, vai ter que ter um trabalho aí para poder se inserir porque,

211 inclusive eu estava olhando agora na *Internet*, está criando o Comitê em tudo quanto é
212 lugar.

213 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Mas a nossa proposta não
214 é só fazer e parar aí. Nós, inclusive já tivemos uma reunião com a chefe do gabinete do
215 Ministério da Integração e também ficou de estar aqui porque ela coordena um projeto
216 de combate à desertificação do Ministério da Integração com o INSA, tem uma parceria.
217 Então, nós tínhamos combinado de ela estar aqui presente, já para ela ir se
218 sensibilizando para ver como nós podemos tramitar depois esse encaminhamento que ia
219 ser dado aqui. Infelizmente ela não veio, mas nós estamos fazendo gestão, inclusive eu
220 já falei com o nosso secretário para nós termos um contato com o Ministro Fernando
221 Bezerra e ver como nós podemos começar a direcionar os nossos trabalhos. Então, é
222 complicado, é um Ministério extremamente forte. Então, eu estou dizendo que nós não
223 vamos ficar só no encaminhamento. Com relação ao tema participação do INSA na
224 Comissão nacional. Só lembrando, o INSA já representa o Ministério da Ciência e
225 Tecnologia, o que está faltando é uma formalização. Então, como deliberação fica aqui
226 a Comissão nacional, querem verificar o quorum?

227 **O SR. MARCELO RIBEIRO (SEMARH/AL)** – O que eu alego é em função de
228 garantir a legalidade. Eu acho que nós temos que garantir a legitimidade dessa
229 Comissão.

230 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Nós fizemos um balanço.
231 Dos 11 Estados, nove estavam representados. Os pontos focais, os representantes dos
232 Estados e da Sociedade Civil. No caso de Minas, veio da Sociedade Civil e não veio do
233 Estado. Então, nesse ponto já temos quase 20 participantes e alguns Ministérios.

234 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – A preocupação é o seguinte, não vai ter uma alteração
235 no Regimento?

236 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Vai se propor.

237 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Então, pode ter reunião que não dê quorum. Mas,
238 não havendo quorum, permanece o indicativo. Entendeu, para não perder muito.

239 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - A segunda é a questão do
240 INSA como coordenador do encontro de tecnologias sociais para convivência do
241 semiárido brasileiro. E aí a proposta de Larisa de nós elaborarmos um projeto. Então,
242 aqui se concordam, não quer dizer passar a responsabilidade para o INSA não, é estar
243 junto com o INSA. Então, todo mundo concorda? Então está aprovado. Encaminhado.
244 Agora vamos lá, quem vai fazer parte para escrever esse documento? Larisa se propõe.
245 O que a Larisa está propondo é que a Comissão seja formada por um representante da
246 academia, da Sociedade Civil, do governo e aí nós temos... Doutor, se ele vai coordenar
247 o encontro, tem que ser a instituição que está por dentro de tudo que vai ser proposta e
248 levantado no encontro. Então, preferem um Grupo de Trabalho. Vamos lá. Pelo INSA,
249 Aldrin, pelo MMA, Larisa. E pela sociedade?

250 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Pela sociedade, se houvesse uma aceitação eu
251 propondo o nome o Wouter.

252 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Os outros concordam da Sociedade Civil?

253 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Pode ser? Nada contra?
254 Querem botar prazo já? Só para nós termos um pouquinho de tranquilidade, o Comitê
255 da Conferência Internacional de Ciência e Tecnologia está propondo para a segunda
256 semana de fevereiro, mas na visita que foi feita aos Estados, o Governo de Pernambuco
257 propôs que ela fosse para depois do carnaval, uma semana depois do carnaval porque
258 ficaria uma estação de baixa e existe uma proposta que o CRIC seja em sequência a essa

2159situação. Esta data que eles botaram tão amarrada já está passível de flexibilização,
2160então nós podemos de repente deixar a nacional para o início de 2013.

2161**A SR^a. LARISA GAIVIZZO (SEDR/MMA)** - A programação tem que ficar pronta
2162antes de outubro para poder entrar na programação orçamentária, para nós podermos
2163empenhar e ter um dinheiro reservado em janeiro porque, senão nada feito.

2164**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Se nós vamos usar a
2165cooperação técnica, precisamos desse recurso este ano. O recurso é passado este ano,
2166faz-se o projeto, nós vamos encaminhar, como foi da outra vez para a ANA, uma
2167proposta do apoio, a ANA transfere o recurso para o Ministério. O DCD faz uma
2168solicitação e a secretaria autoriza, a transferência do recurso para a cooperação técnica.
2169Aí está guardado e não tem nenhum problema. E passa de um ano para o outro sem
2170maiores problemas. Os três estão de acordo com a entrega do projeto para 30 de junho?
2171Aprovado, vamos para o próximo ponto. Esse daqui é mais estratégico e aí vocês
2172reflitam, a nossa ideia é ter o INSA como a instituição respondendo como
2173correspondente científico brasileiro perante a Convenção. Eu vou fazer uma ponderação
2174sobre o papel do correspondente científico para não pensar que tem uma carga de
2175trabalho tão grande. O correspondente científico via de regra vai participar da reunião
2176do Comitê que ocorre uma vez assim sistematicamente junto com o CRIC, não é uma
2177coisa que vai demandar todo mês uma viagem internacional, não demanda também
2178maiores trabalhos. E um detalhe: toda convocação é viabilizada. Também não ter que
2179ter taxa na instituição, que isso faz parte da taxa que nós pagamos para fazer parte da
2180convenção. Então, quando tem uma convocação, a UNCCD viabiliza a ida da pessoa. A
2181língua, tem que falar uma das línguas oficiais. Então, feitas essas considerações, a
2182Comissão está de acordo que o INSA seja o correspondente científico do Brasil na
2183UNCCD? Aprovado. Aí nós vamos agora fazer uma manifestação enquanto País
2184dizendo que vai haver uma substituição, porque nós propomos ao atual correspondente
2185científico nosso, que é o professor Waldemar, que nós iríamos fazer uma transição ética,
2186profissional e transparente porque ele tem muito conhecimento sobre o papel do Comitê
2187científico e isso já pode começar na Conferência Nacional. A minha proposta é pelo
2188encaminhamento de que durante o nosso encontro nacional, nós consolidemos esta
2189transição. Seguindo a recomendação da Comissão (...), eu faço a solicitação ao
2190Itamaraty que comunique esta decisão à UNCCD. Próximo. Código Florestal, aí vem a
2191proposta de Procópio, leram e aí qual é a posição da Comissão? A moção, todo mundo
2192leu a moção?

2193**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Vocês vão ter a moção e conter a proposta que foi
2194encaminhada pelo Comitê Brasil em defesa das florestas e do desenvolvimento
2195sustentável, uma folha só, e com os argumento sobre o veto. E a moção diz o seguinte,
2196nós, membros da Comissão nacional de Combate à Desertificação reunidos em
2197Campina Grande nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho, movidos pelo sentimento de
2198justiça social e ambiental aprovamos essa moção de apoio à nota pública sobre o novo
2199Código Florestal em anexo emitida pelo Comitê em defesa das florestas e
2200desenvolvimento sustentável baseado no que estabelece a Constituição Brasileira, no
2201seu art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de
2202uso comum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao poder público
2203e à coletividade defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações. Então,
2204vamos lá a sanção parcial do Código Florestal pela Presidenta Dilma reforça a
2205necessidade de ampliar a mobilização da campanha Veta Tudo Dilma, que se tornou um
2206fenômeno social no Brasil, seguramente pontuará, pois a sanção parcial não encerra a
2207vontade da Comissão nacional e dos brasileiros e brasileiras de construir o Código

2208Florestal que concilie conservação, produção e a defesa dos bens comuns e dos direitos
2209de povos e comunidades tradicionais do semiárido brasileiro.

2210**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Um ponto importante que não estava no código nem
2211nas leis anteriores nem na Medida Provisória que antecedeu o código que vem é com
2212relação a normas gerais e específicas. É importante que a Comissão faça aqui onde se
2213diz concilie conservação, produção e defesas dos bens comuns, dos direitos dos povos e
2214comunidades tradicionais colocasse algum adendo com relação às especificidades das
2215áreas susceptíveis à desertificação do semiárido. Porque na norma geral o código já trata
2216disso, ele abre, tem um determinado momento que ele fala em norma geral, mas ele
2217deixa muito em aberto as normas específicas e uma oportunidade da Comissão até
2218porque ainda é possível emendas, é uma oportunidade de a Comissão fazer valer a
2219questão de que o código para o ambiente semiárido, para o ambiente susceptível à
2220desertificação tem que ter uma, digamos, uma especificidade. A norma específica.

2221**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Construir um Código
2222Florestal que concilie conservação produção e defesa dos bens comuns dos direitos dos
2223povos e comunidades tradicionais e as normas específicas voltadas para o semiárido
2224brasileiro e as áreas susceptíveis à desertificação. Porque ao mesmo tempo em que nós
2225estamos apoiando o documento, nós também estamos fazendo ver que estamos
2226reivindicando uma especificidade com relação ao ambiente que nós estamos.

2227**A SRª. MARIA DO SOCORRO (ANA)** - Eu gostaria de fazer uma consideração aos
2228membros do Governo. No meu caso, a instituição que eu estou aqui representando,
2229trabalhou arduamente para chegar ao código que foi vetado pela presidenta Dilma.
2230Então, eu não posso votar contrariamente à minha instituição que participou. Então, eu
2231estou fazendo e faço questão de registrar essa minha posição porque foi a posição
2232defendida pela instituição que eu estou representando. A minha situação pessoal aqui
2233não interessa.

2234**A SRª. ÉRIKA LUZ** - Eu também queria fazer um registro em relação a isso. O Banco
2235do Nordeste, embora não tenha participado como a ANA participou, mas é uma
2236instituição, é um órgão do Governo Federal. Então, ir de encontro ao veto que foi
2237estabelecido pelo Governo Federal, eu também não vou votar em relação a essa moção
2238como o Banco do Nordeste.

2239**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu também enquanto, Governo, me abstenho.

2240**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Porque veja bem, na
2241verdade, o Marcelo começa a ter razão, nós não vamos poder deliberar nada mesmo
2242porque já entramos nos contratempos da legalidade. Eu até acho que não tem nenhum
2243problema nós fazemos a contabilidade aqui de alguém se abstém e votar e, se a moção
2244passar, passou, se não passar, não passa, independente que tenha quorum ou não.

2245**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu acho o seguinte, que nós não poderíamos perder a
2246oportunidade da Comissão sugerir alguma coisa. Uma moção de repúdio é uma coisa,
2247mas eu acho que como ainda é possível emendas ou coisa parecida, eu acho que
2248Comissão talvez não agora, talvez esse não seja o momento adequado ou poderia ser
2249também. Mas, eu acho que com relação principalmente a essa observação das normas
2250gerais e específicas, eu acho que Comissão poderia fazer uma observação que não seria
2251uma moção de repúdio, seria uma observação o que código, que na concepção, talvez
2252numa medida Medida Provisória porque já saiu atrelada a uma MP e outras Medidas
2253Provisórias poderão sugerir tem, por exemplo, essa questão das áreas consolidadas, as
2254áreas não consolidadas e as áreas de uso restrito, que fica uma grande interrogação
2255porque está atrelada a lei da reforma agrária. Então, talvez nós estejamos perdendo o
2256momento que se a Plenária poderia fazer alguma sugestão que poderia ser transformada

2257 numa emenda por alguma instituição, mas relativo às especificidades do ambiente
2258 semiárido e das áreas susceptíveis à desertificação, seria mais nesse sentido. Que se não
2259 seja a aprovação da moção, mas pelo menos que nós tenhamos algum direcionamento
2260 nesse sentido. Entrando no viés da questão das normas gerais e normas específicas.

2261 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Então, a sugestão também. Eu acho que existe hoje
2262 como ponto focal, existe hoje uma diretoria que essa Comissão poderia estar, inclusive
2263 respaldando a própria diretoria nas posições que forem assumidas perante o Governo
2264 com suas articulações nos seus debates, nas suas articulações para a discussão do
2265 Código Florestal. O que eu vejo hoje que é muito complicado realmente para o governo
2266 assumir uma postura que vá de encontro com a própria decisão do Governo. Então, para
2267 se evitar um impasse aqui desnecessário, eu acho, eu acho que seria melhor transformar
2268 essa ação que não fosse uma moção para a Presidenta Dilma, mas sim uma moção ou
2269 uma carta aqui que desse um documento e respaldasse a diretoria que está lá com a
2270 assessoria jurídica, com a assessoria Legislativa nas discussões nos debates e olha nós
2271 estamos aqui discutindo não é só pelo Ministério, mas com o respaldo de uma Comissão
2272 que deliberou sobre esse posicionamento tirado numa Reunião Ordinária da Comissão.
2273 Então, a sugestão que eu dou é essa, que não se perca a oportunidade da moção, mas
2274 que seja uma moção não dirigida certa a presidente, mas sim uma carta que dê o
2275 respaldo às decisões que a diretoria vai dar nos seus procedimentos dentro do Governo.

2276 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Só dando reforço a isso, se
2277 o Código Florestal é o instrumento de gestão de recurso florestais, essa lei deveria estar
2278 apontada para uma boa gestão e o combate à desertificação passa por isso, se nós temos
2279 uma boa gestão florestal no ambiente das áreas susceptíveis à desertificação, nós temos
2280 o principal elemento, o principal indicador que a cobertura florestal minimamente
2281 assegurada que se vai ser utilizada como critério de sustentabilidade. Só para fora
2282 fortalecer a relação da desertificação com o Código Florestal. Ela é muito direta. Tanto
2283 é que aí fora, a grande ação de combate à desertificação é ou plantar ou fazer boa gestão
2284 florestal, e nós estamos apostando muito na questão do uso sustentável.

2285 **O SR. PAULO PEDRO (ASA)** – Realmente nós não poderíamos perder a
2286 oportunidade de fazer esse debate aqui. Nós tínhamos que fazer alguma coisa e para
2287 Sociedade Civil a leitura que nós fazemos é que o que foi aprovado o veto Dilma é
2288 insuficiente para fazer a mudança que nós esperávamos que são necessárias para o novo
2289 código. Mas, assim eu também entendo a posição do pessoal do Governo. Eu
2290 particularmente entendo a situação e a posição. Agora nós poderíamos continuar com
2291 essa moção, faz uma votação para ver, se vota pelo menos no registro da ata e teve esse
2292 debate e teve essa proposta que foi assim encaminhada e definida. Alguém falou aqui
2293 que vai para 2013. Que bom que há esse prazo, aí eu acho que Comissão pode
2294 realmente ser mais pró-ativa nessa construção, se nós temos chance do Congresso
2295 Nacional propor emendas, eu acho que seria muito importante. Nem se dar por vencido,
2296 mas também trabalhar no que nós podemos ir melhorando, no que nós podemos ir
2297 superando.

2298 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu gostaria de marcar a minha posição, essa situação
2299 é difícil. Eu, membro efetivo da Comissão representante do Estado e votando como
2300 membro efetivo contra. Então, eu gostaria que na votação, o meu voto seja nominal e
2301 declarado na ata que foi contra. Colocar nominalmente que o meu voto foi contra.

2302 **O SR. FRANCISCO** – Tudo bem, nós vamos botar em votação, mas aí como estou na
2303 função de moderador, eu daria uma contra proposta. Quer votar a moção, eu acho que é
2304 importante para registrar se houve aceitação ou não. Porém para nós não perdermos a
2305 oportunidade, dar sequência ao que o professor Daniel está colocando como proposta e

2306o que Paulo acabou de referendar, ou seja, se a moção não é aprovada, mas que se
2307registre a necessidade de qualificação do código em termo das normas para um
2308atendimento a essa realidade nossa e de que a Comissão nacional esteja inserida mais
2309perto debate. Aí seria um meio termo. Então, vamos votar, quer que seja nominal?

2310**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu, particularmente, gostaria da registrar que o meu
2311voto foi não, porque não é qualificada essa assembleia.

2312**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Mas para nós também
2313assegurarmos o processo democrático que foi acordado. Quando foi discutida a questão
2314do código chegou-se a um acordo que não se perderia a riqueza do momento e seria
2315dado o encaminhamento no que foi aprovado. Foi isso? Então, isso foi acatado
2316democraticamente. Na hora do enfrentamento nós temos que estar lembrados. Isso é um
2317ponto. A outra é o seguinte, pelo regimento interno que está precisando de adequação,
2318diz que é maioria, tem aquela maioria absoluta ou em termos, 22 ou a maioria dos
2319presentes. Não está explicitado no Regimento Interno. Então, ainda existe uma dúvida
2320que se esse mínimo que está aqui é representativo. Então, só para nós não voltarmos
2321atrás. Então, eu daria sequência à votação e fica como encaminhamento. Todos
2322acordados?

2323**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Chico, eu estou entendendo, veja só, nós estamos
2324evidentemente em qualquer parte do Brasil onde vamos fazer esse debate sobre o
2325Código Florestal, nós vamos ter de fato esse momento, esse direcionamento porque nós
2326estamos, na verdade, aqui nos colocando que nós representamos. E é muito importante
2327nós ficarmos registrado sobre o que essa Comissão pensa sobre o Código Florestal. É
2328importante registrar. Porque fizemos uma iniciativa de sair com o documento e não
2329saímos. Agora estamos aprovando uma moção, não é repúdio de Governo, é uma moção
2330de apoio ao texto que faz uma avaliação profunda do que foi o veto. E identificando que
2331no veto tem um conjunto de consensos, inclusive da anistia e da redução das APPs e das
2332reservas legais e tem um conjunto de contradições. E estão dizendo que é importante
2333ampliar a moção e estamos ampliando, inclusive trazendo uma reflexão do professor no
2334sentido de dizer bom, mas há possibilidade de nós termos uma norma específica dentro
2335das gerais que trata do semiárido brasileiro. E gostaria que a moção fosse da nossa
2336consciência mesmo, porque não vale nós dizermos que estamos votando não vou votar
2337porque não tem quorum. É uma forma meio escapatória, vamos dizer o seguinte, vamos
2338garantir o código, se fizemos um acordo político a minha posição é esta. E isso é legal.
2339É elegante. E fica registrado na nossa ata para nós, inclusive reconhecer qual é o nosso
2340campo, a nossa posição da Comissão contra o Código Florestal e dizer assim nós temos
2341contradições e é natural que tenha. Eu acho que a coisa mais bela na vida política e
2342humana é você assumir o que você defende e o que você representa. Isso é importante
2343até para demarcar as nossas relações dentro da Comissão. Nós estamos propondo
2344porque nós temos a convicção política de que essa nota é fundamental ser apoiada
2345porque ela representa. E nós estamos no semiárido, sabemos que o desmatamento no
2346semiárido é exatamente o nosso debate de desertificação fortemente. E dizer que o
2347Governo, inclusive esse espaço aqui é um espaço de uma Comissão que tem Governo e
2348sociedade, mas nós não estamos simplesmente votando contra ou a favor do favor do
2349Governo, nós estamos votando a favor de uma causa que é maior do que o Governo. Eu
2350estou pensando no Estado Brasileiro quando eu voto nisso. Eu estou pensando na
2351sociedade, não no Governo. O Governo é o momento, eu estou pensando no Estado
2352Brasileiro. Estou falando do Banco do Nordeste como instituição do Estado. Eu estou
2353falando do Ministério porque o Ministério é do Estado Brasileiro, não é do Governo
2354fulano ou sicrano. Essa que é a discussão central. É tratada a política de Estado. Ou nós

2355pensamos como Estado enquanto parte do povo ou vamos pensar só como Governo. É
2356muito pouco. Agora seria importante se nós não fizermos essa votação, o consenso é
2357vamos deliberar as coisas porque houve um esforço de trabalho, ontem tinha quorum,
2358uns tiveram que viajar, vamos considerar isso e vamos votar. Estou votando porque o
2359Governo Federal, a companheira foi clara, elegante, eu acho que foi bacana. A nossa
2360posição da ANA é orientar o pessoal porque é a posição do Governo. Tudo bem, fica
2361registrado e daqui para frente nós sabemos exatamente como lida a relação de Governo
2362e sociedade dentro de Comissão. Isso é muito bom, é democrático e transparente. E eu
2363quero falar aqui de Estado, não de governo, nesse debate.

2364**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Em minha opinião eu vejo dificuldade, eu vejo
2365possibilidades. Dificuldade eu vejo o seguinte, esse documento aqui que a Comissão ia
2366referendar, para a Comissão votar teria que analisar cada uma dessas afirmações que
2367estão aqui. Embora seja interessante é um pouco difícil de fazer, eu acho que difícil que
2368sairia votado de forma tal que principalmente dos representantes das instâncias
2369governamentais possam votar a favor. Agora, seria perder uma grande oportunidade se
2370essa Comissão não saísse desse encontro com uma moção formulada no sentido de a
2371Comissão nacional de combate à desertificação, embora entenda a complexidade do
2372momento político que o País vive, não expressar a sua preocupação com a nova
2373formulação do Código Florestal, pois identifica o risco que deságua em maior taxa de
2374desmatamento nas áreas sustentáveis da biodiversidade. Ter uma possibilidade de
2375expressar de uma forma elegante uma preocupação com as consequências do novo
2376Código Florestal para as áreas susceptíveis à desertificação. Eu acho que essa
2377possibilidade existe. Agora, para nós mobilizarmos essa possibilidade, talvez teríamos
2378que desistir da referência explícita a esse documento da nota pública.

2379**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – A moção anterior foi aprovada por unanimidade.

2380**A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** - São duas. A do Código Florestal nós ainda estamos
2381discutindo. Já passamos para outra.

2382**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Então, qual a moção o que nós estamos discutindo?
2383Do código? Então, eu vou concluir a minha fala. Eu acho que tem uma possibilidade de
2384formular de forma elegante pela preocupação da Comissão para o novo Código
2385Florestal sem que isso comprometa os representantes que estão aqui presentes. A
2386Comissão nacional que tem uma responsabilidade para com as áreas de risco de
2387desertificação, não pode passar sem manifestar a sua preocupação para com as
2388consequências do novo Código Florestal. Não fazer isso seria negar. Então, quanto a
2389isso eu acho que o Procópio tem trazido o tema para o debate. Eu proponho uma nova
2390formulação da moção, que não faça referência explícita à nota pública sobre o novo
2391Código Florestal porque essa nota pública traz uma série de referências que têm
2392afirmações que para nós, se nós quiséssemos aprovar isso, teríamos que entrar no debate
2393sobre cada uma das informações, dadas essas políticas aqui presentes, mas que nós
2394fazemos uma moção nossa, uma moção da Comissão nacional de combate à
2395desertificação que expressa a preocupação com as consequências que o novo Código
2396Florestal possa trazer para as áreas susceptíveis à desertificação consequências tais
2397como aumento de taxa de desmatamento, incentivo para os agricultores familiares
2398investir, não é a agricultura sustentável, mas é agricultura tradicional e por aí. Teria que
2399definir qual a formulação comum, mas eu acho possível fazer uma formulação elegante
2400que, no entanto expressa fortemente essa preocupação. Desvinculada da nota pública. A
2401minha posição pessoal não conta. Não dá para nós colarmos a moção da Comissão
2402nacional à nota pública. É complicado isso. Eu acho que teria de fazer um esforço de
2403elaborar em 20 minutos uma nova redação.

2404 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Então, são 17 temas para
2405 votação. Nós estamos no terceiro tema, não é mais estratégico nós avançarmos em tudo
2406 que não é polêmico e parar depois e fazer a reflexão em cima desses que vão talvez
2407 gerar um debate, e aí vou inviabilizar outras que são estratégicas, porém não são
2408 polêmicas. O que vocês acham? Nós vamos marcar de amarelo, depois nós votamos
2409 tudo e voltamos. Porque aí nós ganhamos tempo, fazemos a redação com calma. Pode
2410 ser? Então, o próximo. A posição da Comissão na Rio+20. Eu vou perguntar a turma da
2411 Sociedade Civil em termos da participação da Rio+20, que eu registrei dois
2412 encaminhamentos, um é que nós pudéssemos socializar todos os eventos que são
2413 pertinentes ao tema desertificação que vão ocorrer na Rio+20 para nós assegurarmos a
2414 participação da Comissão.

2415 **O SR. PROCÓPIO LUCENA (SEAPAC/RN)** - Na verdade, pode ser duas coisas,
2416 todo mundo já sente um pouco de ausência de governança da própria Comissão para
2417 com essa temática junto à UNCCD na Rio+20. Nesse sentido, nós, da Sociedade Civil
2418 estamos engajados não na Rio+20 oficial nós já sabemos que ela não representa o nosso
2419 interesse. Ela é um evento para fortalecer uma lógica de economia verde claramente. É
2420 inclusive um evento que vai tratar muito mais de economia e no campo social meio
2421 disfarçado e negar o campo ambiental. Isso está claro. O próprio Governo já afirmou
2422 isso. O Governo Mundial está vindo muito para referendar acordos que não foram
2423 cumpridos e um papel vago e vazio nessas relações. Até hoje não se tem um acordo
2424 claro do que será o documento final. Mas é preciso fechar o documento final entre os
2425 governos e nós da Sociedade Civil vamos estar na Cúpula dos Povos, fazendo toda uma
2426 manifestação de denúncia das outras soluções e das nossas soluções. O campo do
2427 pensamento de que a crise estrutural, a nova forma do capital via economia verde e as
2428 formas de privatização dos bens comuns e da natureza. Nós temos muita coisa disso.
2429 Então, são coisas diferentes. A nossa preocupação anterior, lá de Recife e da última
2430 reunião era que essa Comissão tivesse posicionado frente à Rio+20 se preparar,
2431 inclusive dentro do Governo para ter um espaço de governança junto ao secretariado
2432 para colocar a nossa posição do Brasil e não foi possível. Então, nós estamos no campo
2433 de desgastar sem governança e politicamente difícil porque a própria Ministra não
2434 reconhece a importância da própria diretoria no impacto desse processo. Está faltando
2435 organização desse processo. É um quadro delicado, no meu entendimento, e que
2436 estamos perdendo uma oportunidade grande na Rio+20 diante da fragilidade que foi a
2437 Comissão sem pedir uma posição mais firme junto ao Governo de garantir que a
2438 secretaria, que a Comissão tivesse mais força para validar esse processo junto ao
2439 secretariado. Então, não houve essa possibilidade. Então, é essa preocupação que eu
2440 deixo aqui, agora o que se pode fazer no momento que podia fazer, não sei como é que
2441 estão as relações dos *stands* que vão para o secretariado, tem os documentos nossos dos
2442 PAEs, pelo menos ter algumas faixas nos Estados e enfim fazer alguma manifestação no
2443 sentido de dizer que tem alguns documentos, têm algumas produções, têm alguns
2444 encaminhamentos, tem a Comissão, pelo menos para referendar isso porque lá na
2445 Cúpula dos Povos, nós vamos fazer a nossa manifestação lá, inclusive denunciando o
2446 Governo naquilo que nós entendemos o que Governo não tem assumido no Brasil.
2447 Denunciando inclusive o Governo pelos pactos que fez com grande capital, com as
2448 grandes obras que vem destruindo os direitos da sociedade, desmatando e avançando no
2449 retrocesso, inclusive dos direitos sociais e ambientais no semiárido no Brasil todo. Nós
2450 vamos denunciar as grandes obras pesadas que têm aí, aquela obra lá da Usina de Belo
2451 Monte que estamos chamando de Belo Monstro. Está expulsando o 40 mil pessoas. Belo

2452 Monstro está aí e nós vamos ter que deixar isso claro no nosso evento. Nós precisamos
2453 denunciar as terras de plástico. Panfletando e a denunciando, inclusive.

2454 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Então, só para ver qual o
2455 encaminhamento que nós devemos dar eu vou fazer um contraponto do que foi feito
2456 dentro do MMA para atender o encaminhamento da Comissão. Nós conseguimos
2457 colocar um técnico do departamento na representação dos trabalhos do Ministério frente
2458 à Rio+20. Todo o material técnico que nós temos foi encaminhado e vai ser distribuído
2459 na Rio+20. Foram abertos espaços e o nosso departamento estava com espaços
2460 definidos em eventos da Rio+20. O que nós asseguramos com o Fernando Lírío, que é o
2461 coordenador geral? Que todo o material nosso está lá. Todos os planos estaduais vão ser
2462 distribuídos por meio eletrônico. Então, o Ministério adotou uma estratégia de não ter
2463 impressão de documento. Mas, vai ser dado um *pendrive* com todo esse material para
2464 quem quiser ter um estoque, alguma coisa assim. Nós perdemos todos os eventos
2465 paralelos que nós tínhamos marcado, não foi só o departamento, foi uma estratégia mais
2466 ampla, mas nós asseguramos um espaço para um evento paralelo com uma sala para 100
2467 lugares a ser definida ainda na Rio+20 no parque dos atletas. Esse foi o único evento
2468 que nós conseguimos, além da comemoração do dia 17 que foi uma coisa feita em
2469 articulação com o secretariado, onde o Brasil basicamente vai entrar na composição, não
2470 vai ter nenhum espaço maior de questionamento, é um ato comemorativo, mas
2471 efetivamente nós só temos as publicações, inclusive nós temos discutido por várias
2472 pessoas da Comissão para ter acento nos debates. Foi o máximo que nós poderíamos
2473 fazer. Para dizer que nós lutamos para dar sequência ao que foi encaminhado.

2474 **O SR. MARCELO RIBEIRO (SEMARH/AL)** - Chico, se me permite esclarecer
2475 algumas dúvidas, o credenciamento nós sabemos que o evento é da ONU e alguns
2476 eventos paralelos, por exemplo, os diálogos, salvo melhor juízo, esse credenciamento
2477 parece que até o prazo se inspirou. O diálogo para sustentabilidade já não há mais como
2478 se inscrever. Então, peço para você o seguinte, uma coisa bem justificativa, eu enquanto
2479 ponto focal do Governo para poder justificar a minha ida ao Rio de Janeiro, para pedir
2480 viagem, qual seria a justificativa? Eu tenho como, por exemplo, nesse evento de 100
2481 pessoas, estar garantida a minha presença e dos pontos focais?

2482 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - É um encaminhamento
2483 aqui em termos de Rio+20, o departamento pode mandar para os Estados essa relação
2484 de eventos e pedir que o Estado viabilize a presença dos pontos focais no dia 17 e nos
2485 eventos relativos à temática da desertificação. Tem um debate no Jardim Botânico sobre
2486 sustentabilidade, extremamente pertinente, tem uma temática sobre a questão da
2487 energia. Então, a Secretária-Executiva da Comissão fará correspondência pedindo a
2488 presença de vocês. O representante do Maranhão está perguntando se nós vamos ter o
2489 espaço para o lançamento do PAE Maranhão. Nesses eventos tem que ter uma
2490 tramitação de formalidade muito séria. O que eu combinei com o Fernando Lírío? Eu
2491 quero um espaço com uma hora para nós registrarmos o esforço que foi feito com o
2492 Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste colocou o MMA em uma situação de parceiro
2493 do processo, e o nosso compromisso foi assegurar, na Rio+20, o que pudesse de
2494 ambientes para a divulgação dessa ação. Com a ABEMA já está assegurada uma ação
2495 com a Secretaria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro para o anúncio dessa carta, mas
2496 isso vai estar na declaração. Mas, isso é uma ação com a ABEMA e o Ministério do
2497 Meio Ambiente, vai ser nesse espaço que nós estamos conseguindo. O que é nós
2498 estamos propondo é que nesse espaço nós teríamos a declaração da Caatinga, com a
2499 intenção da criação do fundo. O lançamento de um livro que está sendo feito em
2500 parceria com a ONG Caatinga que é um olhar sobre a Caatinga, uma publicação e o que

2501tivesse de demanda que nós pudéssemos, que nós não conseguimos o espaço para nós
2502colocaríamos nessa uma hora e meia. Então, essa demanda do Maranhão pode estar
2503junto conosco lá como pode estar Sergipe, todos os Estados que tenham e queiram está
2504lá mostrando, nós vamos fazer uma espécie de *stand*.

2505**O SR. TELMO MENDES (IMARH/NFMA/SEMA/MA)** - Eu só queria colocar para
2506todos, primeiro o convite não sei se vocês estão sabendo, o Maranhão está junto lá para
2507nós termos dois biomas e estar dentro da Amazônia Legal, nós vamos ter um *stand* lá do
2508Maranhão junto com os outro Estados da Amazônia Legal. Então, nós vamos ter um
2509mini auditório. Como nós falamos de desertificação e o Nogueira falou de desertificação
2510da parte da Amazônia também, o espaço está lá, vai ter um *stand* só do Estado do
2511Maranhão na Rio+20 está aberto, quem tiver material, quiser que nós coloquemos lá,
2512nós vamos ter o lançamento do nosso código contra queimadas, vai ser no sábado na
2513Rio+20 e estão todos convidados.

2514**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Vamos para o próximo?
2515Tema 6, ainda faltam 11. Encaminhamento da Comissão nacional para as ações
2516emergenciais, isso tem a ver com esse Comitê que foi criado. A ideia desse item 6 é que
2517nós fizéssemos um documento reivindicando que a Comissão esteja presente no Comitê
2518integrado de combate à seca, com três encaminhamentos. No ingresso da Comissão
2519nacional, a mudança do nome e as propostas técnicas que estavam minimamente
2520resumidas, que foi o Grupo de Trabalho que fez. Porque eu propus antes? É que nós
2521fizéssemos uma moção de que a Comissão se fizesse presente e preparasse um
2522documento para isso e a base disso já está encaminhada, só para nós não perdermos
2523tempo e ficar registrado.

2524**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – O que nós estamos propondo é uma moção que o
2525documento da ASA que está na pasta de todo mundo. Ficou a mesma coisa, ficaram os
2526dois juntos.

2527**O SR. FRANCISCO** - Devido ao item 6, 6.1 é a moção da ASA, e o 6.2 seria uma
2528moção para a Comissão fazer ser integrada ao Comitê de combate à seca. Pode ser
2529assim? A minha proposta é o Grupo de Trabalho que já foi criado. O que aconteceu foi
2530que realmente o Grupo de Trabalho fez um exercício de discussão e tudo mais,
2531sistematizou, mas não deu uma redação. Então, nós queremos que ele tenha a redação,
2532inclusive houve a ideia de resgatar um documento que foi feito na época de reivindicar
2533da SUDENE e foi quando falou que a ASA estava fazendo um documento e que como
2534estava em elaboração, nós não podíamos ter acesso à informação. Mas nós temos dois
2535pontos aqui no item 6, a moção é que nós apoiemos a carta da ASA, não é isso?

2536**A Sr.^a DIONE FREITAS (MDA)** - Eu enquanto representante do MDA não posso
2537apoiar essa moção porque na página 6, se vocês abrirem, está dizendo que é lamentável
2538e inaceitável que o MDA não realize chamada pública, que leve mais de um ano para
2539celebrar contrato e não leve a sério as chamadas existentes e engavete os do semiáridos.
2540Diz ainda o que MDA está desestruturando as organizações e afastando a assistência
2541técnica de centena de pessoas e etc. e tal. Então, não é só como representante do MDA
2542que não posso aprovar essa moção, mas é enquanto cidadã também. Não acredito que o
2543Ministério, que tem como foco a agricultura familiar, seja leviano o suficiente para fazer
2544o que está escrito nessa moção. Hoje, o MDA tem 141 contratos atende mais de 260 mil
2545famílias, envolve 270 milhões, tem mais de 35 contratos que nós estamos viabilizando
2546os fiscais, estamos analisando mais chamadas do Brasil sem Miséria e voltado para
2547juventude, inclusive em Alagoas. Nos termos que está dito que não leva a sério, que está
2548desestruturando, que está desorganizando, que engaveta as chamadas do semiárido, é
2549impossível eu, enquanto pessoa, enquanto cidadã, inclusive apoiar essa moção.

2550 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu gostaria, inclusive que MDA em nome da ASA, 2551 três mil instituições diga que isso é mentira no papel, oficialize isso que eles estão 2552 dizendo. A ASA não é irresponsável para colocar um documento seu que coloca sendo 2553 mentira. Eu gostaria que essa Comissão solicitasse do MDA um documento oficial 2554 dizendo que isso é mentira, que nós estamos dizendo em documento oficial da ASA. 2555 São três mil instituições, para esta carta sair, nós passamos 15 dias discutindo nos 2556 Estados. Ouvindo, analisando, uma carta balizada, séria, feita com responsabilidade. 2557 Nós estamos tratando da insuficiência das chamadas, isso é mentira? É que nós 2558 precisamos deixar de ser governista, nós precisamos ser mais Estado, mais nação, mais 2559 País, mais justiça, mais igualdade, mais reforma agrária. Precisamos fazer isso. Essa 2560 Comissão não pode agora deixar de botar no amarelo porque alguém está insatisfeito. 2561 Porque eu julgo o meu Ministério. Nós recebemos uma crítica de manhã aqui do 2562 companheiro, e nós respeitamos a crítica. Em vez de pedir o companheiro para 2563 conhecer. Nós recebemos uma crítica de uma pesquisa, respeitando, solicitando 2564 dialogar, conhecer a pesquisa normal, não teve problema nenhum. Nós estamos falando 2565 disso não. Por favor, porque nós estamos aqui na Comissão e é com ao debate. Então, é 2566 necessário verdadeiramente que nós façamos o debate apresentado a crítica. Então, a 2567 crítica é fundamentada, nós queremos saber. Bom, estamos solicitando ao MDA que 2568 oficialize um documento dizendo que é mentira o que nós estamos dizendo, não tem 2569 problema nenhum. Faça um documento. Como nós queremos conversar com o 2570 companheiro, conversar com todo respeito para conhecer o documento correr atrás dos 2571 ajustes e já fizemos isso democraticamente. Agora, eu proponho que nós, nesse sentido, 2572 a carta está aí apresentada, e aí fica claro que nós vamos fazer um momento vamos ter 2573 que fazer votação realmente, nominar até, e vamos botar na ata vamos nominar os votos 2574 de todos os membros, quem votou a favor quem votou contra. Isso é democracia. A 2575 história vai pautar isso, vai ter um momento importante dentro da ata e vai dizer a ata 2576 foi votada assim, os elementos X foram votados assim, a posição foi esta do Ministério 2577 tal de entidade tal, de movimento tal democraticamente. Eu proponho, Chico, que bote 2578 em votação logo, porque se ficar no amarelo, quiser afinal de contas, aqui só ficou a 2579 Sociedade Civil e foi só ela que votou. Se for assim, nós vamos parar a discussão e 2580 vamos embora, todo mundo.

2581 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu quero dizer ao MDA e à Beranger, da Paraíba e ao 2582 colega da ASA, um esclarecimento, de natureza metodológica. De fato, o documento da 2583 ASA estava previsto ser discutido aqui e ele é antes, há bastante tempo, elemento de 2584 análise do Governo e de todos os membros da Comissão. O encaminhamento dado para 2585 que a Comissão aprove, ou melhor, endosse a carta da ASA está sendo feita agora pela 2586 ASA. Cabe encaminhamento contrário também, você encaminha de forma contrária. 2587 Entretanto há um fato entre o documento lançado pelo ASA e no momento presente 2588 esse documento chegou à Presidenta da República, à Ministra do Meio Ambiente, eu 2589 acredito até que no MDA. Portanto, há uma questão só de encaminhamento, que eu 2590 acho mais relevante do ponto de vista político-institucional do que decidir se o Governo 2591 concorda com o Governo ou não concorda. O encaminhamento é que a Comissão 2592 solicite uma audiência ao Ministério do Desenvolvimento, ao MMA, à Casa Civil e à 2593 própria Presidência da República para que não só receba a carta da ASA, mas debata ao 2594 nível mais alto da república a carta. O conteúdo da carta é a expressão da vontade da 2595 ASA. O que nós devemos fazer é que essa vontade seja discutida. E aí sim o MDA 2596 oficialmente, a própria Presidente e tal vai explicar quanto a esse ponto concordamos e 2597 discordamos com esse, não há problema nenhum. Então, eu encaminho no sentido de 2598 que essa Comissão acolha a carta da ASA e solicite que ela seja apreciada numa

2599 instância superior e não só recebida, mas seja respondida. Então, vivemos um País
2600 democrático, a Presidenta da República evidentemente concorda em receber e o
2601 Governo Federal tem a sua posição política. Outra coisa que nós não somos aqui, não
2602 temos aqui nenhum Ministro capaz de responder pelo Governo e nem para por em pasta.
2603 Importa mais conveniente que nós solicitemos que essa carta e os demais documentos
2604 sejam analisados numa instância superior e cabível e não precisamos posicionar quanto
2605 à carta porque de fato, quem deve se posicionar é Governo oficialmente.

2606 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - O seu encaminhamento
2607 seria de mudar a proposta de moção e a Comissão assumir a responsabilidade de dar o
2608 encaminhamento e buscar a interlocução. O que os colegas que propuseram a moção
2609 acham?

2610 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu achei interessante a solução política. A nossa
2611 posição nessa Comissão é de contribuir com o semiárido. E nós temos o entendimento
2612 que nós da sociedade organizada estamos na ASA e temos feito esse esforço, essa
2613 contribuição reconhecida, inclusive pelo Estado Brasileiro e por várias organizações
2614 internacionais. Então, o nosso reconhecimento desse espaço nos leva a ter posições
2615 políticas. Porque fazer dentro de parceria com o Governo requer primeiro dar a nós
2616 autonomia. Para ser parceiro do Governo, nós temos que dialogar com Governo e
2617 vamos dialogar com o Estado Brasileiro quando for preciso e na hora que for preciso.
2618 Agora, a proposta do companheiro é uma proposta de transformar moção num
2619 documento encaminhado pela CNCD oficialmente aos órgãos do Governo. Não tem
2620 problema com isso. Se a Comissão reconhece que vai para a sua ata e o que documento
2621 está aprovado e vai ser entregue sem ter moção. Eu recebo oficialmente o documento, é
2622 recebido pela Comissão e a Comissão oficialmente encaminha para os órgãos. A nossa
2623 luta é pelo Brasil. Essa luta é pela justiça. Estamos de acordo. Os dois documentos estão
2624 aí. Você encaminha os dois documentos que integra a ata e que integra a
2625 responsabilidade da secretaria e encaminhar para os órgãos do Governo.

2626 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Então, desse jeito nós
2627 superamos aquela pendência que ficou no encaminhamento. Só uma observação por
2628 conta de que você chamou atenção, nós passamos a pauta pelo menos 20 dias atrás, no
2629 mínimo três vezes, pedimos sugestão. A pauta final, mais as correspondências
2630 anteriores, solicitamos uma reflexão, sugestões sobre a pauta preliminar e não houve um
2631 questionamento. O item 6.1, que é com relação ao Comitê. Todo mundo concorda que
2632 do mesmo jeito foi esse encaminhamento de que o secretariado prepara um documento
2633 solicitando o acesso ao Comitê, são três pontos que nós queremos nesse documento. Um
2634 é o nosso ingresso, o outro a mudança do nome, e o terceiro é o resgate do esforço dos
2635 plano estaduais do combate a desertificação nas ações que vão ser implementadas.
2636 Outra questão é a que o colega do Planejamento chamou a atenção, todos concordam
2637 em montar uma equipe técnica para propor sugestões para nós resumirmos, usando a
2638 mesma estratégia proposta para o evento científico que vai ser feito aqui no INSA.
2639 Montar um grupo de trabalho composto por três representações para elaborar o
2640 documento. Pode ser assim?

2641 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Havíamos combinado diferentemente. Os Estados
2642 receptores de água Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, fariam um projeto e os seus
2643 pontos focais e o Ministério do Meio Ambiente viabilizariam um consultor para fechar
2644 isso no projeto, um projeto de forma que o Estado seja o conveniente, mas que em
2645 comum passando as atividades para a ASA executar e a ASA faria grande parte desse
2646 projeto nesses municípios. Agora depois de o consultor pescar essas informações dos
2647 pontos focais de cada Estado, nós íamos ter uma reunião para fechar o projeto e a

2648CNCD seria o Embaixador, o porta-voz para ir lá ao Ministro para carimbar na
2649CODEVASF, como uma ação do Ministério para combate à desertificação e esse
2650projeto seria como seu, quer dizer, o documento do próximo a esse projeto seriam os
2651PAEs da cada é Estado.

2652**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Hoje pela manhã nós
2653sentamos, e eu acho que você operacionalizou um pouco o que nós fomos discutindo
2654hoje pela manhã, mas o combinado era que nós estaríamos viabilizando um técnico que
2655tinha um diálogo interessante com uma experiência já de diálogo com a ASA e que nós
2656iríamos preparar uma proposta num formatado adequado e aí você falou que poderia ser
2657talvez um adendo à experiência que já se existe para o programa da cisterna.

2658**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É a mesma coisa, juntar no projeto as duas ações,
2659Governo e Sociedade Civil. Agora você disse que era muita dificuldade para fazer
2660direto com a Sociedade Civil. Mas o Estado da Paraíba já está viabilizando com a ASA
2661a construção de cinco mil cisternas. Então, já tem uma forma.

2662**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Para dar encaminhamento:
2663o que ficou acertado? Sentaria Governo Federal e Sociedade Civil os ponto focais, que o
2664projeto que nós iríamos fazer ia ser para o Estado porque é mais fácil conveniar com o
2665Estado e que os Estados implementariam em parceria com a Sociedades Civil não foi
2666isso? E que o consultor seria uma pessoa que tivesse já experiência com esse trabalho
2667para que o desenho já fosse adequado. E aí entra já na estratégia da expansão das
2668parcerias com o programa das cisternas como um adendo ou não, mas isso seria o
2669operacional. (...) Então aqui troca por projeto em vez de programa? Acordados? O resto
2670é operacional. Os compromissos é que os Estados não estão presentes, o Ministério vai
2671viabilizar uma assessoria técnica. Só falta acrescentar que a Comissão será interlocutora
2672entre os Ministérios e os órgãos, que é Integração e CODEVASF.

2673**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** - O objetivo de conservação das bacias receptoras, as
2674que estão recebendo água do rio São Francisco. É isso? Já que estamos falando de bacia
2675receptora, eu proponho também que esse pense nas lá no rio São Francisco.

2676**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Desculpe, é porque esse recurso está no PPA no PAC
2677já carimbado, e não está sendo utilizado. Esse é específico.

2678**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** - Está carimbado, mas nós da Comissão não podemos
2679também nos excluir de um ponto considerado importantíssimo, eu sou ribeirinha, nasci
2680na cidade de Penedo, eu me emociono de ver os bancos de areia crescendo nas cidade
2681de Penedo, no leito do rio e são grandes extensões de bancos de areias, os esgotos da
2682cidade de Penedo isso não é típico só da cidade de Penedo, está indo diretamente no rio.
2683Nós temos no baixo São Francisco, vou falar em Penedo, cana-de-açúcar na margem do
2684rio desmatamento, erosão, esgotos caindo dentro do rio é aí nós vemos aí, é interessante,
2685é manter, mas nós não podemos descartar que poderia sair daqui questionando a
2686revitalização do rio São Francisco. Revitalização sim que deve ser implantada por
2687recurso para transposição, são bilhões e quando se fala em revitalização, é uma
2688quantidade ínfima em relação à quantidade que está indo para transposição. Não posso
2689sair daqui sem fazer esse desabafo e fazer uma proposta. Vamos questionar a
2690revitalização do rio São Francisco, lá na cidade de Penedo, aliás, no baixo São
2691Francisco. Já que estamos aí vendo a questão do recurso para um trabalho de
2692revitalização nas bacias receptoras.

2693**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Está registrado. A sua
2694preocupação é extremamente pertinente, onde que nós vemos viabilizá-la? Na proposta
2695que o Procópio deu, desde a Reunião da Comissão passada que é ter um Grupo de
2696Trabalho que faz um trabalho de supervisão no PPA, o que nós tivemos e foi um

oportuno do colega do Ministério do Planejamento alertar que no PPA esse programa está parado, mas a proposta é que exista um Grupo de Trabalho que fique fazendo de caráter permanente. O Comitê da bacia do Rio São Francisco recebe 22 milhões por ano para fazer projetos dessa natureza. Deixa eu dizer para vocês a título de informe, está sendo feito um edital com o Fundo Nacional do Meio Ambiente em parceria com a ANA, com o Serviço Florestal, com o Departamento de Combate à Desertificação e com o Fundo Socioambiental da Caixa só para a recuperação de área degradada na bacia de São Francisco ele é específico e, inclusive o Comitê da bacia está presente nesse grupo para evitar que nós concentremos os esforço aí não vou dar mais o exemplo dos nordestinos, vou falar dos paulistas para evitar que os esforço fiquem concentrados só na bacia lá em cima, estamos falando de Minas Gerais. Então, o Comitê está presente, esse é um esforço que está sendo feito para mostrar que existe um trabalho em cima da sua preocupação. A outra foi o que eu falei, os 265 projetos que foram elaborados, 70 estão na região de Sergipe e Alagoas. Todos voltados para recuperação de áreas degradadas ou prevenção da degradação na bacia do São Francisco. Que é um recurso que a ANA ia nos apoiar o ano passado. Houve um recurso do PAC de 30 milhões, que a CODEVASF passou parte desse recurso para o Ministério do Meio Ambiente 14 milhões, o Ministério não conseguiu implementar porque a jurídica não autorizou, e como nós não executamos, nós penalizamos a CODEVASF, foi falha institucional a área jurídica do Ministério do Meio Ambiente não autorizou, nós não tínhamos como dar a canetada pelo projetos de vocês e foi aprovado e publicado e não foi viabilizado, foi anulado. Então, às vezes, fazendo um pouco justificativa de como, às vezes, nós ficamos numa situação complicada é esta, nós implementamos tudo e de repente a área jurídica simplesmente inviabiliza dinheiro, contrato assinado, edital posto na praça, processo licitatório e não se viabiliza. Faz parte dessa necessidade, desse marco regulatório. Está registrado e têm ações sendo feitas no GT.

SR. RICARDO PADILHA (DCD/SEDR/MMA) - Hoje eu estive por alguns momentos com o Marcos, que é o diretor do Fundo Clima. E no nosso diálogo houve um consenso e ele solicitou que fosse encaminhada a apreciação dos membros da Comissão a seguinte proposta. Primeira delas, que essa Comissão apoie os esforços e manutenção dos recursos do Fundo Clima oriundos das compensações de petróleo porque está havendo um PL no Senado e agora está na Câmara, onde isso não está assegurado para o futuro. Então, solicitar que permaneçam recursos para o Fundo Clima e dentro do Fundo Clima eventualmente você pode ter um destaque para a região semiárida, mas de fato permanecer porque é nova redação dada e aprovada pelo Senado não assegura claramente que os 10% que hoje recebem correspondente aos recursos que o Doutor Marcos falou ontem, em torno de 560 milhões que pudesse se projetar até 1,2 bilhões, eles não estarão seguros se for alterada essa lei. Esta é o primeira pedido de apreciação. O segundo pedido vai à direção das preocupações da colega do MDA e que o Fundo Clima tem e que nós do departamento de combate à desertificação também temos. É a mudança do marco regulatório no sentido de que a acessibilidade aos recursos do Fundo Clima pela sociedade, seja ela civil, ou seja, ela em forma de empréstimos, seja desburocratizada. A solicitação é essa, para que o fundo possa de fato ser mais ágil. Ou seja, prevaleça a visão de que o fundo não é um fundo econômico, é um fundo ambiental e, portanto deve ter a natureza superficial de facilidade de repasse para a Sociedade Civil e de facilidade de empréstimos porque esses empréstimos terão de ter caráter de recuperação ambiental, portanto, uma solicitação de que se encaminhe o pedido, a exigência ou enfim, um termo mais adequado que houver para que de fato não ocorra isso, que é a dificuldade de que o Fundo Clima percebe a sua diretoria

2746gerencial de atender as demandas. São essas duas questões quanto ao Fundo Clima.
2747Esse marco regulatório é bem prático. É alterar a acessibilidade legal ao Fundo Clima
2748de forma a facilitar o acesso da Sociedade Civil e segundo, que também na questão dos
2749reembolsáveis a uma visão ambiental não econômica apenas.

2750**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Isso vai ser na relação que
2751nós vamos ter com o Banco do Nordeste, ainda é, na nossa expectativa, um grande
2752operador do Fundo Clima na área de atuação. Vamos passar para o outro item. O item 8.
2753Programa de criação das unidades de conservação. O MMA já tem uma estratégia e
2754vem trabalhando com o núcleo Caatinga, alguém aí podia ampliar para a questão das
2755ASDs, Mata Atlântica uma área extremamente prestigiada nesse sentido, mas dentro do
2756Ministério existe um trabalho feito e vem sendo articulado com os governos estaduais
2757para que exista um programa estadual de criação na área de conservação. Apoio a isso.
2758Como nós vimos fazendo isso indiretamente? Pelo Funbio, na chamada do Funbio,
2759Unidades de Conservação. Nós podemos fazer o mesmo encaminhamento que foi feito
2760aos da ASA, que a secretaria faça chegar junto aos Ministérios do Meio Ambiente e aos
2761Governos Estaduais registrar essa demanda no sentido de que se esforcem na
2762implementação de unidades de conservação da caatinga, registrando as experiências
2763vivenciado essa campanha de Pernambuco que pegou passivos ambientais da
2764CODEVASF e transformou isso numa reserva de 12 mil hectares. Vamos para o item 9.
2765Aqui participação da CNCD para mudança do marco regulatório, essa foi uma proposta
2766do Procópio, a minha pergunta é nós nos sentimos representados talvez com a
2767participação já da Sociedade Civil ou você quer que...

2768**O SR. PROCÓPIO LUCENA (SEAPAC/RN)**- A minha proposta é que a secretaria se
2769levantasse, tem um Grupo de Trabalho para levantar, todas as dificuldades eu estou com
2770aquela carta que nós fizemos, que eu posso passar para ficar no documento aí para a
2771reunião do fórum da reunião com a secretaria, pedir para fazer edital do fundo, mas a
2772proposta é que o setor de aplicação levantasse todas as dificuldades que encontra hoje
2773para operar e encaminhar uma para os que estão na comissão. Mais fácil.

2774**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Registrar aqui que o
2775secretariado fará um levantamento das dificuldades de parcerias e de contrato com a
2776Sociedade Civil e encaminhe isso para um grupo que está tratando do marco
2777regulatório. As dificuldades para contratos parcerias convênios. Tem um Grupo de
2778Trabalho que é paritário, metade da Sociedade Civil e metade do Governo. De várias
2779organizações, então, um seminário foi promovido no ano passado pela Secretaria Geral
2780da Presidência da República, a ASA esteve representada pela minha pessoa e tem um
2781conjunto de propostas que foi colocada sobre diversos componentes para constituir a
2782reformulação desse marco regulatório. A Comissão poderia pedir esse material e ver o
2783que está faltando que pudesse contribuir. Eu acho que esse documento que nós
2784colocamos coloca apenas alguns entraves concretos que nós sentimos porque não tem
2785esse marco, mas eu acho que um documento reforçando alguns pontos, dando algumas
2786dicas, seria muito pertinente e o Grupo de Trabalho é aberto tem, inclusive uma
2787plataforma virtual que lá dá acesso a esse GT. Como deliberação, que o secretariado,
2788frente à necessidade de trabalhar efetivamente com a Sociedade Civil devido ao que está
2789acordado na UNCCD vai encaminhar a esse grupo uma carta, mostrando a preocupação
2790que haja mais efetividade e aí nós encaminhamos esse documento em anexo e
2791referendamos a necessidade de marco regulatório até para a convenção ser
2792implementada, porque essa Comissão aqui amplia a implementação da convenção e uma
2793dificuldade nossa é o envolvimento da Sociedade Civil como parceira, por conta do
2794marco regulatório. Próximo. Agora vêm os GTs. Um por um, todo mundo concorda

com esses GTs. Isso já foi ponto de pauta. Foi ponto pacífico, a minha proposta é agora nós nominarmos os membros do Grupo de Trabalho. Revisão do Regimento Interno, quem se propõe? Marcelo. Um da Sociedade Civil e um do Governo. Vamos manter sempre isso. Quem seria a outra representação? Mário da Diaconia. Marcelo Alagoas. ANA. O Grupo de Trabalho de acompanhamento do PPA. Tem o colega do Planejamento. Nós temos isso já registrado na ata. Em todos os membros que estão na ata. GT de Alinhamento do PAN. Nós temos um trabalho em parceria com o IICA, que é uma equipe técnica que está sendo contratada para isso, tem o termo de referência já definido, que tem que ter uma questão regional. Pela Sociedade Civil? Procópio. O Nogueira, do Maranhão. Thiago do MRE e Jaime do DCD, um pela parte técnica e outra pela parte política. O próximo grupo. Energias renováveis. Eu perguntaria primeiro para a Sociedade Civil alguém que tenha o perfil realmente ligado mais diretamente ao tema.

O SR. PROCÓPIO LUCENA (SEAPAC/RN) - É um assunto que está colocado no alto nível, é o semiárido, Ministério de Minas e Energia e nós estamos preocupados com os eventos que estão acontecendo de preocupação, da lógica da grande capital que chega se apropriando dessa energia, e vem energia solar e enfim. Precisamos dominar melhor as energias e ter conhecimento. E que esse grupo estudasse um pouco isso, eu até acho viú, que aí poderia ter um grupo mais técnico mesmo para formular uma primeira propositura e eu acho que uma questão que se tenha a Sociedade Civil, mas pelo menos formular a primeira discussão para trazer para dentro dessa comissão e fazer o debate mais aprofundado sobre as energias renováveis.

O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA) - O Ministério do Meio Ambiente vem participando dos debates do Fórum Socioambiental de Mudanças Climáticas, que foi focado nessa questão energética. Então nós já vimos enquanto departamento, participando dos debates do fórum. Agora enquanto Comissão nós não estamos presentes. Nós vimos focando nesse Fórum Social de Mudança Climática a necessidade de se ter um planejamento para a questão da biomassa florestal, que é presente na matriz energética do Nordeste e que se faça um tratamento puramente ambiental não existe um tratamento estratégico e o que nós vemos com isso é um processo de degradação tanto do Cerrado como da Caatinga simplesmente para virar cinzas. Quando isso poderia ser transformado numa política de produção biomassa com a matriz energética descentralizada. Então, me coloco à disposição pelo MMA, o INSA pela energia solar, pela sociedade civil da Bahia o Markus Breuss. Grupo de Trabalho de gestão de CNCD. Procópio e Paulo Pedro da sociedade civil, Fabiana do Espírito Santo, Ricardo Padilha do DCD. GT de comunicação e fórum de gestão do conhecimento. INSA, Vera de Sergipe, Elessandra da sociedade civil, Marcela e Luciana do DCD. GT de acompanhamento do PPA. Nós não registramos a cooperação que houve no Grupo de Trabalho no Ministério do planejamento em várias ocasiões, estivemos reunidos vários dias com o Planejamento e há uma intenção, que nós consigamos viabilizar a participação da Sociedade Civil no orçamento. Então, não posso falar em nome do Governo Federal, mas pelo menos em nível das ações do nosso departamento e aquilo que está transversalmente ligado ao tema de desertificação, está acordado com o Planejamento que a Sociedade Civil participe antes do processo de oficinas do Governo Federal. E também participe depois para uma validação, eu sugeriria que vocês olharem a LOA deste ano e o PPA e vocês vão verificar em alguns momentos, inclusive quanto às nossas temáticas que há uma série de inconsistências de monitoramento. Dados que não permitem avaliar corretamente o que está sendo feito. Então, eu acho que a sociedade e todos os órgãos do Governo devem atentar para o que

2844está aprovado, no sentido de alterar no próximo ano para que os dados, as metas sejam
 2845verdadeiras e que reflitam minimamente alguma possibilidade de acompanhamento. O
 2846item 13, instrumentos de fomento de combate à desertificação. Esse vai colocar a
 2847proposta da colega Elessandra, eu diria o seguinte como deliberação se é pertinente que
 2848nós façamos constar em todos os editais na justificativa que aquelas iniciativas vêm para
 2849apoiar a implementação dos planos estaduais, em uma ação conjunta do governo com a
 2850Sociedade Civil, que isso seja uma espécie de parágrafo obrigatório em todos os editais
 2851que nós só vemos registrando duas iniciativas, uma que aquela ação é casada com o
 2852planejamento já realizado e a outra que ela é feita em conjunto com a Sociedade Civil
 2853por conta das nossas obrigações da UNCCD. Próximo ponto, convidar as representações
 2854dos povos indígenas, APOIMNE e FUNAI e quilombolas, MICQB e SEPPIR para
 2855participarem das discussões da CNCD. Todos concordam? Aprovado. Próximo,
 2856número 14, uma proposta antiga, assegurar a representação da CNCD na reunião do
 2857CONAMA. Então, nós trazemos para o secretariado da Comissão a responsabilidade de
 2858acompanhar e informar, já que vai ter uma estratégia de comunicação. Item 15: PEC do
 2859Biomio Cerrado, deliberado que o Secretariado da CNCD mantenha o trabalho
 2860permanente para assegurar a aprovação da PEC. Item 16: a secretaria executiva da
 2861CNCD vai passar aos membros da Comissão a relação de todos os projetos que foram
 2862aprovados pelos fundos e informar, já no exercício da estratégia de comunicação nome,
 2863valor, um resumo executivo deles. Item 17: PEC do trabalho escravo. Secreta
 2864Executiva da CNCD mantenha o trabalho permanente para assegurar a aprovação da
 2865PEC.

2866**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu gostaria de pedir o nosso último esforço no dia de
 2867hoje no sentido de nós não sairmos daqui sem se manifestar sobre o Código Florestal.
 2868Eu acho muito importante que nós não deixemos passar esse momento decisivo para o
 2869futuro do País sem uma Comissão nacional de combate à desertificação se manifeste
 2870sobre uma lei ambiental. Então, é o momento para nós realmente nos manifestar, nós
 2871vimos que não foi fácil chegar a um consenso, eu fiz uma redação de um pequeno texto
 2872que gostaria de apresentar esse texto e colocar em votação pró ou contra, pode ser muito
 2873rápido, mas eu gostaria de fazer essa última tentativa de não deixar passar esse
 2874momento sem uma tentativa de se manifestar. Pode ser? Carta CNCD.

2875**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** – Carta da Comissão
 2876Nacional de Combate à Desertificação à Presidência da República. A Comissão
 2877Nacional de Combate à Desertificação, na ocasião de sua quarta Reunião Ordinária em
 2878Campina Grande/PB, expressa através dessa carta a preocupação com o novo Código
 2879florestal e suas consequências para ASDs na questão da desertificação. As ASDs são
 2880caracterizadas por uma alta vulnerabilidade ambiental e consequentemente
 2881socioeconômica, sendo os processos de degradação dos recursos do sistema semiárido
 2882brasileiro e suas áreas de entorno em muitos casos irreversíveis. Que sejam consultados
 2883para contribuir com mais elementos para o aperfeiçoamento da implementação do novo
 2884Código Florestal. Bom, isso tinha sido mais ou menos o encaminhamento do professor
 2885Daniel e o que o nosso assessor parlamentar apresentou aqui que ainda existem espaços
 2886de negociação nesse sentido. Eu ia sugerir fazer um *link* com a questão florestal. Eu
 2887acho que nós temos que deixar claro que é a alta vulnerabilidade ambiental tendo o
 2888desmatamento como o principal vetor do processo de desertificação... se nós
 2889concordamos com isso, esse detalhe de redação nós podemos fazer com calma, eu acho
 2890que aqui nós temos que chamar atenção para que a gestão adequada de recursos
 2891florestais no semiárido é vital para a reversão do processo de desertificação, nesse

2892sentido, a Comissão se coloca à disposição porque aí amarra bem a nossa preocupação
2893com o código.

2894**O SR. THIAGO CAVALCANTI (MRE)** - É bem simples, a questão até seria um
2895preciosismo, mas, só porque está gravando, eu queria corrigir aquela informação que eu
2896passei ontem: que são 194 países na UNCCD, pois na verdade são 193 países mais a
2897União Europeia.

2898**O SR. FRANCISCO CAMPELLO (DCD/SEDR/MMA)** - Então, pessoal, o
2899encerramento simbólico é com o plantio de uma árvore. Obrigado a todos.